

## **RELAÇÕES DE COOPERAÇÃO ANGOLA - PORTUGAL**

**Tarcísio Afonso Tchivole**

**Trabalho de Projecto de Mestrado em Relações  
Internacionais na área de Especialidade de Relações  
Internacionais**

**Março de 2017**

Trabalho de Projecto apresentado para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais, na especialidade Relações Internacionais realizado sob a orientação científica do Prof. Doutor Tiago da Mota Veiga Moreira de Sá

*Dedicatória*

*Aos*

*40 anos de Relações de Cooperação Angola-Portugal!*

## AGRADECIMENTOS

Tenho a plena certeza de que não foi em vão ter investido horas a fio dedicados à investigação deste trabalho. Esta certeza é ainda extensiva para todos que comigo caminharam e caminham no rubicão deste trabalho dedicado ao mestrado, em primeiro lugar e, em seguida, ao doutoramento.

Foi necessário criar espaço de muito diálogo e várias adaptações, incluindo a escolha do curso em questão, isto é, de Relações Internacionais, uma vez que venho das áreas de Filosofia-Teologia-Comunicação Social, e agravando ao facto de ter ficado dez anos fora das carteiras depois da minha licenciatura. Era como sentar-se à mesa de estranhos!

Moldado por uma escolástica missionária fui instruído a reconhecer os sinais que vão para além da força humana, o sobrenatural. Pois, canta o salmista que é uma ilusão acordar antes da aurora se “Aquele que é” não estiver connosco!

Obviamente, trabalho como estes envolvem sempre contributo de muita gente e de diferentes formas: desde família, amigos, professores, colegas, instituições, apenas para mencionar estes. Todavia, vai um reconhecimento muito especial ao meu orientador Professor Doutor Tiago Moreira de Sá que incansavelmente sempre esteve comigo. Aliás, o seu acompanhamento na verdade começou desde que enquanto docente de Política Norte Americana, incentivou-me a trabalhar em matérias que tinham que ver com relações bilaterais de Angola e outros países, assim com Estados Unidos de América e Portugal.

Uma palavra de apreço e estima ao Professor Carlos Gaspar, meu teórico das Relações Internacionais! Quanta inspiração! É uma sorte ter sido seu aluno em Teoria das Relações Internacionais. Foi ele que teve o beneplácito de me indicar o meu grande orientar professor Tiago Moreira de Sá. Suas ideias e sugestões pertinentes têm servido muito para este trabalho e para a Tese do doutoramento.

Ao meu dilecto amigo e Director Geral da Escola Superior Pedagógica do Bengo (ESPB), Professor Doutor João B. Ima Panzo, o meu muito obrigado por me ter iluminado num momento decisivo de escolhas rápidas, ter sugerido ir a Lisboa fazer os estudos de mestrado, ter ele próprio feito a inscrição na Faculdade de Ciências Sociais

e Humanas (FCSH), da Universidade Nova de Lisboa, inicialmente para o curso de Filosofia Política. Fico-lhe ainda mais grato, enquanto funcionário da ESPB afecto ao seu gabinete, ter gozado das dispensas sempre que necessário e das ajudas de todo o tipo.

Ao Pedro Valinho Gomes e sua esposa Joanna, minha família por adopção, o meu muito obrigado. A aventura da inscrição em Relações Internacionais foi pensada juntos. Trilhou-se os passos difíceis do visto de estudante juntos. A sua disponibilidade e da sua/minha família têm deixado marcas indeléveis na minha vida.

Ao incansável Pedro Tchivole, meu bancário, quanto sacrifício! Na verdade cada ponto de yota desta Trabalho de Projecto tem o seu suor. Por isso, devo-lhe o doutoramento!

Ao meu compadre Miguel Alexandre Costa, companheiro e irmão das lutas de frias e quentes de Lisboa, sua esposa, minha comadre Sandra, o meu muito obrigado.

Que dizer da Avenida Óscar Torres, 42, 4º Esquerdo: ao João, Paulo, Elsa, Pires, Marquês, Fábio, Ruth? Grandes irmãos portugueses. A minha procura por um quarto para residir enquanto estudante fez-me ter grandes e novos amigos. A eles o meu singelo agradecimento.

Ao Joaquim Kapango de Almeida e Eduardo Tchipolo Tchapeseka, ambos sacerdotes e colegas de ordenação, da Congregação do Espírito Santo, amigos e irmãos de toda a caminhada. Convosco aprendi a acreditar que a água do baptismo pode ser mais forte do que qualquer laço de consanguinidade.

Aos religiosos, madres, padres, bispos, confrades da Congregação do Espírito Santo, as vossas orações sem dúvida, têm sido a o báculo para puder enfrentar todas as adversidades, apoio quando me desequilibro no meu caminhar e um canto na hora da alegria para que nunca me esqueça de quem eu sou: um missionário e sacerdote em todos momentos da minha vida!

Um obrigado especial ao Cesário Kalei, Domingas Marisa, Eduardo e Domingos Capingana (Stério) pela vossa benfeitoria, pois, sem essa ajuda, pela crise que se vive no presente momento na ausência de divisas, essa etapa e a próxima ficariam gravemente comprometidas. Por isso, o meu profundo sentimento de gratidão.

# **RELAÇÕES DE COOPERAÇÃO ANGOLA-PORTUGAL**

**TARCÍSIO AFONSO TCHIVOLE**

## **RESUMO**

**PALAVRAS-CHAVE:** Relações Angola - Portugal; Cooperação; Interdependência; Política Externa.

As relações de cooperação entre Angola e Portugal enquadram-se num contexto histórico, sociocultural, político-diplomático, económico-comercial e, à luz da globalização, encontram-se ancoradas no paradigma institucionalista liberal com prevalência da interdependência complexa, onde o papel do Estado apesar de sentida como actor principal dessas relações, é notória uma participação inquestionável e activa de outros actores, desde particulares, não estatais, transnacionais e da sociedade civil, isto nos dois sentidos.

Assim, esta investigação pretende emprestar seu enfoque analítico descritivo sobre as Relações de Cooperação Angola-Portugal, no período correspondente ao fim da guerra civil em Angola, em 2002 até aos tempos actuais.

O trabalho procurará dar resposta aos factores que determinam e caracterizam as relações de Angola com Portugal percebidas como economicamente interdependentes e promotora de uma política externa pragmática entre ambos os Estados.

A aferição da interdependência e do pragmatismo nas relações entre os dois actores foi sendo demonstrada pelo peso da balança de comércio dos dois lados, reforçada por intensas relações económicas, investimentos a todos os níveis, desde o micro aos

macro negócios, pelo número de empresas e interesses dos dois lados, circulação de pessoas, bens e serviços com indicadores elevados de sensibilidade e vulnerabilidade entre os seus agentes, mesmo que vista como assimétrica com o peso favorecendo Portugal. Outrossim, a condução da política externa dos dois actores apesar de obedecer a um certo pragmatismo nas suas relações bilaterais, confirmada na consistência das acções político-diplomáticas, económico-comerciais e sociais no período pós-independência, guerra civil e do pós-guerra civil/reconstrução e consolidação da paz, tem sido pouco articulada e compreendida na dinâmica da interdependência complexa.

Daí a sustentação do argumento do trabalho segundo o qual entre Angola e Portugal existe uma crescente mútua dependência (interdependência) nas economias dos dois Estados, com impacto nas políticas domésticas e externas de cooperação dos dois países, reflectidas nos indicadores que cada estado acusa quanto aos factores de sensibilidade e vulnerabilidade resultantes dessa cooperação.

## **ANGOLAN - PORTUGUESE RELATIONS' COOPERATION**

**TARCÍSIO AFONSO TCHIVOLE**

### **ABSTRACT**

**KEYWORDS:** Angolan - Portuguese Relations'; Cooperation; Interdependence; Foreign Policy.

The Angolan-Portuguese Relations' cooperation is framed in bases of historical, sociocultural, political-diplomatic, economic-commercial context and, from a globalization viewpoint, is anchored in the liberal institutionalist paradigm supported on bases of complex interdependence, whereby the role of the state despite being seen as central and main actor, it is clear and unquestionable the active participation of other actors, such as private sector, non-state members, transnational organizations and civil society, in both ways.

Thus, this research intends to lend its descriptive analytical focus on the Angolan-Portuguese Relations' Cooperation, corresponding to the period of 2002, the end of the civil war in Angola to the present time. As such, it will try to answer to the factors which contribute to determine and characterize Angola's relations with Portugal perceived as economically interdependent and promoter of a pragmatic foreign policy between both states.

The measurement of interdependence and pragmatism in relations between the two actors was demonstrated by the weight of the trade balance of both sides, reinforced by intense economic relations dealing with investments at all levels, from the micro to



the macro businesses, by the number of companies and businesses interests of both sides, movement of people in both sides, movement of goods and services with high indicators of sensitivity and vulnerability among its agents, even though seen as asymmetric with weight favoring Portugal. In addition, the conduct of the foreign policy of the two actors despite a certain pragmatism in their bilateral relations, confirmed in the consistency of politic-diplomatic, economic-commercial and social actions in the post-independence period, civil war and post-civil war / Reconstruction and peacebuilding period, such actions has been poorly articulated and understood in the dynamics dealing with complex interdependence.

This work argues that there is a pragmatic relationship between the two countries either political, economic and socially even though it is noticeable gradual perception of interdependence among them with affects the way they react on foreigner policy.

Thus, the investigation tries to answer to the factors which determined and characterize this relation as economically interdependent.

Hence, the works that argues that between Angola and Portugal there is a growing mutual dependence (interdependence) on the economies of both states, with an impact on the domestic and external policies dealing with cooperation of the both countries, reflected through indicators of sensitivity and vulnerability carried out by them as a result of such cooperation described and characterized as mutually dependent.

## ÍNDICE

Dedicatória .....	III
Agradecimentos .....	IV
Resumo.....	VI
Índice.....	X
Lista de Abreviaturas .....	XI
Introdução.....	13
Capítulo I: O caso de Angola e Portugal - Teoria e História .....	18
I. 1. Formulação do problema .....	20
I. 2. Objectivo do estudo.....	22
I. 3. Descrições de termos .....	23
Capítulo II: Estrutura conceptual.....	26
II. 1. Estado da Arte e Problematização .....	27
II. 2. Definição do objecto de Estudo. ....	74
Capítulo III: Justificativa Metodológica .....	89
III. 1. Métodos de abordagem .....	92
III. 2. Métodos de procedimentos.....	93
III. 3. Procedimentos técnicos .....	94
III. 4. Apresentação da estrutura.....	95
Conclusão .....	97
Fontes e Bibliografia .....	100
Anexos .....	109

## LISTA DE ABREVIATURAS

AICEP	Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal
BCP	Banco Comercial Português
BNA	Banco Nacional de Angola
BPI Banco	Português de Investimento
CE	Comunidade Económica
CEDEAO	Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental
CID	Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
CPLP	Comunidade de Países de Língua Portuguesa
CRGIL	Conferência Internacional sobre os Grandes Lagos
ESPB	Escola Superior Pedagógica do Bengo
EU	União Europeia
EUA	Estados Unidos de América
FCSH	Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
FMI	Fundo Monetário Internacional
SD	Sociedade das Nações
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
IDE	Investimento Directo Estrangeiro
INE	Instituto Nacional de Estatística
MPLA	Movimento Popular para Libertação de Angola
OMC	Organização Mundial do Comércio
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PIC	Programa Indicativo de Cooperação
PND	Programa Nacional para o Desenvolvimento
SADC	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
TPI	Tribunal Penal Internacional
UNITA	União Nacional para Independência Total de Angola
UNL	Universidade Nova de Lisboa
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## Introdução

De acordo ao Diário da República, 2ª Série – Nº 151 – de 05 de Agosto de 2015, referente a realização da componente não lectiva conducente ao grau de mestre, o aluno deve optar por uma das seguintes modalidades: Dissertação, Trabalho de Projecto e Estágio com Relatório. A nós, coube optar para o Trabalho de Projecto, pois, o mesmo insere-se no âmbito do macro projecto de doutoramento já em curso com defesa prevista para 2018.

O Trabalho de Projecto, salvaguardando especificidades de cada Instituição “é um documento que tem por finalidade explicitar as várias etapas de um trabalho [investigação] de pesquisa, abordando os seguintes aspectos, entre outros: o que será pesquisado; por que desejamos fazer a pesquisa; como será realizada; quais recursos necessários para sua execução”<sup>1</sup>.

Assim, esta escolha terá sido guiada por uma motivação implicando a exploração e/ou resolução de um problema ou assunto que seja concreto, exequível, mensurável, realístico, acessível e que se enquadra num determinado tempo; tudo isto, no ramo de estudo que pretendemos inserir a pesquisa, ou seja, no contexto das Relações Internacionais. Em outros termos, o problema a ser abordado em função do tema deverá ser o que em gestão de projecto se denomina de SMART (Specific, measurable, achievable, realistic and time based). Para nós, a problemática em questão é “*As Relações de Cooperação Angola-Portugal*”.

Relativamente ao objecto de estudo, destaca-se o termo cooperação pelo facto de ser o conceito através do qual irá gravitar todo o trabalho.

Não obstante o uso corrente do termo cooperação na literatura das Relações Internacionais, aliás, tal como a revisão bibliográfica irá demonstrar, teremos nesta investigação uma abordagem, a nosso ver, inovadora, que se cingirá em duas realidades: uma, com o focus na matriz pragmática liberal das relações de cooperação entre os dois actores, e, a segunda, na interdependência económica entre os mesmos.

---

<sup>1</sup> Cléber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas, *Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Académico*, Universidade Feevale, Brasil, 2013, p. 169.

A confirmação desta abordagem inovadora, como é de se esperar para qualquer projecto que aspire à tese de doutoramento, será o estado da arte desta pesquisa. Como veremos, existe uma grande lacuna e vazio seja na literatura já existente, seja nos trabalhos académicos de pesquisa de dissertações, teses e, seja ainda nas publicações das duas representações diplomáticas, o Ministério das Relações Exteriores (MIREX) e a sua congénere o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE).

Assim, afirma António Carlos Gil no Ensaio sobre metodologias que “a pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionado ao problema”<sup>2</sup>.

As lacunas identificadas no âmbito da cooperação entre os dois actores demonstra, em parte, a complexidade e ambivalências que o próprio termo carrega, sendo que lança ao investigador nessa área um permanente desafio de *accountability* em termos do seu enquadramento racional, sistemático e social no sentido de vir a dar respostas concretas ao que se pretende. Pois, o homem sempre cooperou, as sociedades sempre cooperaram, os Estados, as organizações sempre cooperaram e cooperam! Porém, a questão que se coloca é, se sempre que há um relacionamento há uma cooperação; ou seja, o que é cooperar, como se procede, suas diferenças. Ademais, como é que essa cooperação entre dois actores, nesse caso o Estado, reage na presença e na fluidez duma interdependência económica e complexa em si mesmo no contexto das relações internacionais<sup>3</sup>.

A cooperação, grosso modo, será sempre uma realidade presente na convivência humana e, *ipso facto*, na convivência entre os Estados, seja sob o ponto de vista (neo)realista ou (neo)liberal ou ainda das teorias mais modernas e contemporâneas como o construtivismo. Não é em vão a afirmação que diz que “Para além da guerra, da fragmentação política e do conflito, outra das principais questões

---

<sup>2</sup> António C. Gil, *Como Elaborar Projectos de Pesquisa*, 4ª Edição, Atlas Editora, São Paulo, 2002, p.17.

<sup>3</sup> Is it really possible speaking of cooperation on the anarchical environment of the political system, today? And if so, to what extent? And at what cost?

abordadas pela teoria das relações internacionais é a cooperação, a integração, [Guerra], e a paz.”<sup>4</sup>

Julgada pertinente e relevante a questão de cooperação entre os Estados as Constituições das duas Repúblicas, nomeadamente, a angolana e a portuguesa contemplaram um artigo cada, dedicado às relações internacionais. No caso de Angola, encontramos plasmado no seu Artigo 12º, ponto 1, alíneas g) e i), e, quanto para Portugal a referência na Constituição encontra-se no Artigo 7º, ponto 1 e 4, invocando não só a amizade e cooperação tal como a de Angola, mas enfatizando os laços históricos privilegiados de amizade e cooperação com os países de língua portuguesa.

Ora, o tema escolhido para o projecto sobre as Relações de Cooperação Angola-Portugal não só encontra respaldo constitucional das duas repúblicas no contexto das relações internacionais, mais precisamente no âmbito bilateral e multilateral, como também mostra-se original e, por isso, relevante e viável tendo em conta dois aspectos: na actualização dos factos relacionados com a área científica das Relações Internacionais, mormente em História e Teoria das Relações Internacionais em que a tese se inscreve, passando em revista diferentes épocas da História da cooperação, sua evolução, redefinições das políticas de política externa entre as duas repúblicas desde 1975 aos tempos actuais, sem no entanto fugir ao focus da delimitação temporal do trabalho, de 2002 à actualidade, e, em segundo lugar, apresenta uma relevância social procurando estabelecer um diálogo entre a compreensão académica e sociedade, nomeadamente agentes económicos e comerciais sobre o conhecimento no âmbito das relações de cooperação bilateral face à realidade da interdependência e dos ganhos recíprocos, benefícios ou custos relativos que toda uma relação interdependente acarreta. Em outros termos, o projecto e assim a tese pretende distinguir-se pela resposta a Questão Principal sobre o impacto da Interdependência nas relações de cooperação entre Angola e Portugal, onde a variável independente identificada é o impacto da interdependência e a variável dependente é distinguida pela cooperação entre dois países.

---

<sup>4</sup> James E. D., e Robert L P., *Relações Internacionais, As Teorias em Confronto*, 2ª Edição, Gravita, Lisboa, 2003, p. 641.

Embora a questão económica seja o elo mais forte dessas relações de cooperação entre Angola e Portugal, a nossa abordagem quanto ao objecto de estudo estará orientada para um modelo crítico e interdisciplinar das correntes heterodoxas, onde se preconiza a necessidade da intervenção pública e integração dos factores sociais numa articulação sistémica onde a economia é inseparável tanto da política como de outras vertentes de conhecimento e da acção e, assim, cumprindo o objectivo epistemológico em que se insere este Trabalho de Projecto.

Tendo em linha de conta a abordagem do termo cooperação decorrer no contexto das Relações Internacionais na especialidade de História e Teoria das Relações Internacionais é importante referir que várias correntes se debruçaram a respeito, mas para maior coerência com os nossos objectivos conduzidos pelas hipóteses, a tónica principal será dada a teoria neoliberal Institucionalista juntando-se ao paradigma da interdependência complexa de Robert Keohane e Joseph Nye, mas, no entanto, sustentada também pelas ideias de Susan Strange na sua observação sobre o poder estrutural, numa vertente mais realista tal como observa C. Chavagneux, lembrando os ensinamentos dela que a “separação entre as abordagens, as ideias e os fundamentos das disciplinas da ciência económica e da ciência política conduz a análises erradas que estão na base de maus conselhos de acção política”<sup>5</sup>.

Em suma, o tema estará delimitado no estudo do aprofundamento das relações bilaterais obedecendo o trinómio, político-diplomático, económico-comercial e social de inserção internacional, mas também, prestará atenção a título mais abrangente para o posicionamento dos dois actores nos cenários de cooperação multilateral, nomeadamente para os fora regionais, tais como: a CPLP, PALOP, CE/EU, SADC/CEDEAO, CRGL.

As razões fundamentais que estiveram na base da escolha dos dois países (Angola-Portugal), mais num olhar de Angola para Portugal foram as seguintes:

- a) A relevância histórica, cultural, política, económica e comercial de ambos;

---

<sup>5</sup> Op cit. Ennes M. Ferreira e Adelino Torres, *In A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no contexto da globalização: problemas e perspectivas*, 2008, Lisboa, p.8 .



- b) A emergência de novos actores no cenário internacional e regional, onde Angola pretende posicionar-se como um player/actor relevante no tabuleiro político internacional nessa corrida;
- c) Uma cooperação deduzida cada vez mais interdependente, por isso, exposta à indicadores de sensibilidade e vulnerabilidade decorrentes das alterações dentro do sistema político de ambos os países derivados dos custos advindos do exterior, variáveis pouco controláveis nas relações bilaterais;
- d) Uma dimensão deduzida programática da Política Externa dos dois países face às crises e crispações que se têm verificado seja em termos da sua articulação da política doméstica versus política externa de ambos, seja relacionadas com o impacto da crise internacional *latu sensu*;
- e) A verificação duma progressiva substituição de Portugal, país tradicionalmente importante na balança do comércio e cooperação activa, dando lugar a República Popular da China<sup>6</sup>, ou ainda duma cooperação Sul-Sul, onde se enquadra o Brasil.
- f) Um olhar atento às Relações de Cooperação entre os dois Estados ao longo dos 40 anos, servindo, deste modo, de balanço do percurso itinerário dos 40 anos de cooperação desde a Assinatura do primeiro Acordo Geral de Cooperação em Bissau em 1978, marcadas pelo reatamento das relações bilaterais entre Angola e Portugal desde a Independência

---

<sup>6</sup> Cfr. José Francisco Pavia, *A Política Externa de Angola no Novo Contexto Internacional*, In as Relações Angola – R.P. China, Lisboa, 2011, p.7.

## Capítulo I: O Caso de Angola e Portugal – Teoria e História

Este Trabalho de Projecto pretende focar a sua atenção no Estudo das “Relações da Cooperação Angola-Portugal”, na sua tríplice dimensão: Político-diplomática, Económica e Comercial, estando no substrato a hipótese duma interdependência económica e comercial pragmática entre os dois actores; ou seja, neste estudo de caso, teremos a participação de vários actores, nomeadamente, o Estado como fazedor das políticas de cooperação no seu contexto internacional, mas também a presença de diferentes agentes, desde as Organizações Internacionais, agentes comerciais, onde desde logo, o papel do Estado como agente principal estará bem vincado.

O caso de Angola e Portugal na conjuntura das suas relações de cooperação bilateral, neste trabalho, é visto como uma relação apoiada nos três pilares acima referenciados, nomeadamente, o político-diplomático, o económico-comercial e o social, elos estratégicos na inserção internacional dos dois países, aliás, fundamentais para a compreensão das mesmas, não obstante a visibilidade e o pragmatismo do segundo pilar, isto é, o económico-comercial.

O trinómio referenciado (o político-diplomático, o económico-comercial e o social), apesar duma profunda correlação e interdependência nos seus processos, no caso de Angola, é assegurado, *grosso modo*, pelo chefe do executivo, o presidente da república, que tem a autoridade de definir e dirigir a execução da política externa do Estado, fazendo jus ao artigo 121º, da alínea a) da Constituição da República no capítulo sobre as competências nas relações internacionais.

Neste estudo as relações de cooperação, os dois actores são caracterizados como mutuamente dependentes nos assuntos político-diplomáticos, económico-comerciais e social.

Assim, este estudo visa conhecer a título exploratório como e por quê da mútua dependência, procurando descobrir o impacto da sensibilidades e vulnerabilidades que advêm desta interdependência no âmbito geral da cooperação.

Pois, o estudo pretende decorrer de acordo com uma perspectiva interpretativa procurando compreender como os dois actores querem ser vistos um

pelo outro, que imagem pretendem comunicar? que mensagens têm veiculado? qual é a postura real diante dos assuntos político-diplomáticos, económico-comerciais e sociais? qual é o modo de ver as relações de cooperação entre os dois actores?

A escolha do estudo de caso “Relações de Cooperação Angola-Portugal”, prende-se com o facto de serem países que além de possuírem uma vasta tradição cultural e consanguíneas, fruto dos 500 anos de colonização até ao período da descolonização em 1974, coincidindo com a queda do regime de ditadura em Portugal e consequentemente com a independência de Angola a 11 de Novembro de 1975, enquadrar-se numa das relações bilaterais mais notórias que o país (Angola) possui a nível da sua trajectória política, diplomático, económica, comercial, cultural e com influência na esfera das relações internacionais.

Os períodos ora escolhidos, 2002 aos tempos actuais, coincidem com o fim da guerra civil em Angola, 27 anos de conflito armado e com o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) para 2013-2017, marcando um novo ciclo da história de Angola, sua emergência no plano internacional e regional. Ainda, no contexto deste período, Portugal com a nova visão estratégica de cooperação procura reconfirmar o seu posicionamento junto dos países Africanos de expressão portuguesa enquanto causa específica, assumindo, deste modo, a liderança na União Europeia quanto a causa da cooperação com a África enquanto causa geral.

Porém, essa trajectória entre os dois países obedeceu diferentes momentos, seja político-diplomáticos, seja económico-comercial, seja ainda na sua inserção na arena das relações internacionais através de diferentes fora de cooperação multilateral com influência directa e/ou indirecta na formulação e decisões de política externa dos dois actores.

Para uma melhor compreensão do objecto do estudo o presente trabalho de investigação recorrerá a um enquadramento conceptual multidisciplinar do ponto de vista da matriz epistemológica das Relações Internacionais.

## I. 1. Formulação do problema

A cooperação usada como instrumento de política externa entre os estados ou actores internacionais qualquer que seja o seu fim comum, “o sucesso na obtenção deste objectivo comum depende de determinadas condições que a cooperação implica, tais como: um consenso em relação aos fins a atingir, a existência de interesses comuns, a confiança recíproca dos actores”<sup>7</sup>.

Ora, este Trabalho de Projecto pretende, a título explorativo, analisar o grau de interdependência entre os dois Estados e, assim, procurar compreender a dimensão da vulnerabilidade, sensibilidade e conjecturas simétricas e/ou assimétricas subjacente às relações de cooperação destes. Outrossim, quer examinar os efeitos dessa interdependência económica do ponto de vista de dois países situados em hemisférios diferentes: Norte-Sul; desenvolvido e emergente regional. Pretende-se, nesta investigação, identificar na cooperação existente entre Angola e Portugal comportamentos resultantes e motivados ou não pelo processo da interdependência aferidas através dos níveis de exposição da vulnerabilidade de cada Estado nas suas acções externas. Deste modo, a investigação será guiada pelas teorias da cooperação e das relações bilaterais dos estados no contexto das Relações Internacionais

Com o alcance da paz em 2002, quase 30 anos depois da independência, Angola vem confirmando progressivamente as mudanças das suas infra-estruturas, economia, recursos humanos e seu relacionamento pragmático com o exterior a nível dos seus parceiros. A nível da África, o país tem procurado afirmar-se como uma potência regional político-diplomático e económico, nomeadamente na SADC, Região dos Grandes Lagos e do Golf da Guiné; tem procurado igualmente liderar os Países Africanos cuja língua oficial é o português (PALOP).

Angola, movida pelo ímpeto do crescimento rápido da sua economia, resultante da estabilidade política e militar do país e dos rendimentos petrolíferos e não petrolíferos e na vontade da internacionalização das suas empresas públicas e privadas, tem-se lançado para outros mercados, que por razões linguísticos, históricos e culturais, Portugal tem sido esse mercado prioritário. Do mesmo modo, Portugal tem

---

<sup>7</sup> Fernando de Sousa e Pedro Mendes, *Dicionário de Relações Internacionais*, Edições Afrontamento, 3ª Edição, Porto, 2014, p. 62.

encontro, pelos mesmos motivos apontados, de paz e segurança, somados à cultura, história comum e língua, faz dele um mercado estratégico. Deste modo, os dois encontram um no outro razões de sobra para essas parcerias, derrubando fronteiras, formalizando diversos canais de comunicação e de negócios/negociações, sem uma clara hierarquização de assuntos.

Ademais, num momento em que as economias mundiais parecem cambalear ainda dos efeitos da crise de 2007 e a actual descida do petróleo, a luta pela sobrevivência passa exactamente pelas alternativas de mercados lucrativos e da priorização estratégicas de ganhos recíprocos, em que as economias pequenas, nomeadamente de Portuguesa e Angolana, sem puderem competir em pé de igualdade com as dos países emergentes e das grandes potências, traduzidos pelos valores de amizade, estas encontram razões mais que justificáveis de apoio mútuo em ganhos recíprocos (Win-Win).

Daí, a nossa grande questão é a seguinte: Qual é o impacto da Interdependência nas Relações de Cooperação Angola-Portugal de 2002 aos tempos actuais? Ou seja, de que forma a interdependência afecta a cooperação entre os dois Estados? A interdependência encoraja ou não o processo, progresso, evolução dessa cooperação?

Questão Derivada 1: Quais são os benefícios e custos relativos da interdependência sobre a cooperação entre os dois Estados?

Questão Derivada 2: De que forma a interdependência afecta as políticas internas de cada país?

Questão Derivada 3: De que forma a manipulação e controlo das assimetrias têm revelado o poder que cada Estado detém junto do outro?

Esta investigação nos conduz para a seguinte Hipótese como a tentativa de resposta à Questão Principal: As Relações de Cooperação entre Angola e Portugal no período em estudo, 2002 à actualidade, assentam num relacionamento pragmático, articulado no contexto angolano nas três importantes premissas: a) uma política externa entendida como instrumento de desenvolvimento económico; b) onde a diversificação das relações diplomáticas pretendem aprofundar a integração do país na economia mundial, ampliando, deste modo, sua importância internacional e diminuindo suas vulnerabilidades internas; c) optando pela inserção autónoma e livre

dos condicionalismos da Guerra Fria, devendo maximizar a capacidade de decisão do Estado face ao sistema internacional. Para Portugal, o relacionamento pragmática assente na garantia da continuidade das suas empresas, negócios, preservação dos interesses tradicionais e por uma diplomacia de valores no âmbito dos direitos humanos, isto numa lógica do *primus inter pares* de manutenção hegemónica diante dos seus parceiros ocidentais.

## I. 2. Objectivo do estudo

Esta pesquisa tem como objectivo geral proporcionar maior familiaridade e compreensão da dimensão da interdependência económica no actual processo de cooperação entre os dois actores, com base nas relações pragmáticas, tendo em conta sua origem, seus benefícios, custos relativos e sua simetria. Este estudo permitirá, ainda, avaliar a evolução da política externa angolana nos termos da sua formulação e decisão por meio de *policy makers* vis-à-vis a política externa portuguesa, no período de 2002 aos tempos actuais.

Para a prossecução desse desiderato, o estudo irá guiar-se por um amplo e profundo estudo bibliográfico e análise documental aliados a uma pesquisa de campo no sentido de realizar colecta de dados junto das pessoas competentes versadas sobre o objecto de estudo, com os objectivos específicos de:

- a) Avaliar os benefícios e os custos relativos envolvidos na cooperação entre os dois Estados;
- b) Conhecer a dimensão/níveis de simetria existente entre os dois Estados e as alternativas subjacentes na cooperação;
- c) Conhecer os níveis de dependência de cada actor e suas alternativas para sua contrabalança;
- d) Analisar os avanços e recuos desta cooperação;
- e) Determinar (Diagnosticar) factores de estreitamento, desconfiança, conflitos e desarmonia nas relações;
- f) Contribuir para o conhecimento do impacto da política da interdependência nas políticas internas e sua articulação com política externa de cada país;
- g) Descrever as condições sob as quais se desenrolam as relações bilaterais;

- h) Preencher o vazio na literatura das Relações Internacionais em matéria de cooperação bilateral e internacional contemporâneo entre os dois actores;
- i) Propiciar um conhecimento mais profundo sobre a dimensão, relevância e sentido de oportunidade trazidas pelas relações de cooperação entre os dois actores;
- j) Propiciar e estimular mais investigação na área das Relações Internacionais em Angola e a pesquisar assuntos contemporâneos relacionados com parcerias estratégicas do país;
- k) Relatar o trabalho intenso entre Angola e Portugal nas diferentes áreas de cooperação das espaços diversos da economia, comércio, finanças, educação, porém, pouco divulgados;
- l) Potenciar o Estado angolano e português e agentes não estatais a uma percepção mais detalhada sobre a importância da cooperação bilateral;
- m) Identificar possíveis factores estranguladores, limitadores e inibidores do processo de cooperação entre as duas partes.

### I. 3. Descrições de Termos

A temática em estudo sobre as “Relações de Cooperação Angola-Portugal”, embora enunciado e explorado por alguns investigadores e sectores da área das Relações Internacionais e não só, nos seus diferentes enfoques, a mesma apresenta ainda lacunas, a nosso ver, que dão margem a mais estudos e esclarecimentos, relativamente ao grau e níveis de interdependência a que esta relação de cooperação está exposta e abrindo caminho, desta feita, para uma possível avaliação destas relações.

Todavia, para que o estudo se enquadre de forma científica na área em que está chamada a se fixar é deveras importante o uso adequado da sua terminologia.

Antes, porém, é preciso referenciar que a literatura sobre a temática apresenta termos como cooperação para o desenvolvimento, cooperação de ajuda para o desenvolvimento, cooperação para ajuda externa, cooperação técnica internacional; ou seja, apresenta a cooperação sempre acoplada e interligada a sua implicação ideológica Norte-Sul, desenvolvido-subdesenvolvido, centristas e periféricos no quadro

das relações internacionais, cada um segundo a sua zona de influência, Portugal-ocidente e Angola-terceiro mundo.

Contudo, o uso dessas terminologias não só carregam ambivalências e ambiguidades quanto a sua aplicação no contexto da cooperação internacional, por si só geradora de confusão, como também provocam um clima de desconfiança fazendo ressuscitar celeumas colonias e anticoloniais, ou ainda narrativas anacrônicas no caso de relações de um país colonizado e outro na posição de colonizador.

Assim, sem pretender mergulhar para a questão acima descrita, constatamos, no âmbito do objecto de estudo, a necessidade e uso do termo interdependência acoplada à cooperação.

Ou seja, tendo em linha de conta ao objecto de estudo deste trabalho, isto é, as Relações de Cooperação entre Angola e Portugal com o focus na interdependência económica, a investigação irá gravitar em torno de dois conceitos fundamentais: Cooperação e Interdependência. Em outras palavras, através dum focus temporal muito específico, 2002 aos tempos actuais, saber da existência ou não duma interdependência económica entre Angola e Portugal no processo da sua cooperação bilateral pragmática. A confirmação desta interdependência, levará, obviamente, ao estudo do grau e níveis desta, colocando em destaque os seus indicadores reais.

Ora, para que esse desiderato seja atingido apontamos dois termos fundamentais, através dos quais irão gravitar a investigação: cooperação e interdependência.

Assim, do ponto de vista da descrição de termos e a sua relação com os conceitos a serem explorados nesta investigação, julgamos mister, os termos cooperação e interdependência serem vistos como dois termos chaves a serem trabalhados concomitantemente com outros, nomeadamente, regimes internacionais, relações de reciprocidade, sensibilidade e vulnerabilidade, pragmatismo “responsável”. Ademais, os dois termos referenciados, cooperação e interdependência, serão apoiados na sua abordagem teórica, pelas teorias de Economia Política Internacional fazendo sobressair as ideias de Robert Gilpin sobre “A Economia Política das Relações Internacionais” e das teorias da Interdependência e



Interdependência Complexa, no *Power and Interdependence* com os professores Joseph Nye e Robert Keohane, porém sempre num confronto de ideias com a Kenneth Waltz in *Theory of International Politics*.

Sem o facto de se secundarizar outros autores, os apontados farão o *mainstream* material teórico com o propósito de tornar o discurso mais coerente e menos confuso, seja a nível terminológico, no contexto da sua utilização corrente, seja a nível da melhoria da própria estratégia de cooperação com os processos analíticos mais objectivos e previsíveis entre os dois actores.

## Capítulo II: Estrutura conceptual

O Campo de Estudos das Relações Internacionais enquanto parte do conjunto de Ciências Sociais debate-se em alguns circuitos do saber com a sua autonomia científica e epistemológica.

Não obstante a razão do nosso estudo estar relacionada directamente com o termo cooperação, que por inferência da sua hipótese far-se-á articular com outro termo a interdependência, o facto é que a estrutura conceptual a ser seguida neste trabalho será de matriz multidisciplinar, concorrendo desta feita de forma sincrónica com outras ciências sociais como as Ciências Políticas, a Economia, a História, a Psicologia e a Sociologia.

Assim, a estrutura conceptual estará imbuída de multidimensionalidade, pois o contexto das relações bilaterais entre Angola e Portugal assumiu esta postura seja nos discursos proferidos pelos seus agentes, seja a nível da literatura apresentada para o estudo dessas relações. Noutros termos é dizer que o contexto internacional da cooperação fazia com que diversos actores de cenário internacional assumissem um discurso e postura das relações de cooperação tradicional, isto é, uma cooperação voltada para os processos assistencialistas, vertical, vistas à luz critério ideológico hemisfério norte-sul, desenvolvido e subdesenvolvido, doadores e receptores.

Ora, parafraseando José Francisco Pavia, a emergência de novos actores, como o caso de Angola do ponto de vista regional, implicará o reordenamento do sistema internacional fazendo com que os Estados anteriormente hegemónicos sejam questionados por estes no sentido da partilha de liderança ou no mais radical do destrono daqueles, justificando o nascimento duma nova Ordem Internacional, implicando *ipso facto* novas formas de posicionamento e abordagem no que tem que ver com a cooperação internacional.<sup>8</sup>

Daí que o pacote terminológico ligado à cooperação tradicional, vista nestes termos, facilitou por arrasto e por consequência da narrativa histórica dessa época a desenhar a estrutura conceptual das relações Angola-Portugal, de tal forma que os

---

<sup>8</sup> José Francisco Pavia, *A Política Externa de Angola no Novo Contexto Internacional*, In as Relações Angola – R.P. China, p.9.

trabalhos investigativos que encontramos na maioria das suas abordagens estavam viradas para este prisma: Cooperação de Ajuda ao Desenvolvimento, Ajuda Externa, Assistência Técnica, encontrando-se pouco espaço para uma cooperação vista em termos de reciprocidade, mutualidade, ou seja, para uma cooperação interdependente propriamente dita. Sendo que, mesmo sem ter uma pretensão excludente doutras formas de cooperação, faz-se mister alargar o quadro da estrutura conceptual para esta linha, cujo propósito nos propusemos, não no sentido da elaboração da sua conceitualidade, mas para dentro das suas práticas de política externa inferirmos esta interdependência que assenta numa relação de matriz pragmática liberal.

A construção dessa matriz conceptual transcende, a nosso ver, o discurso e a praxis política ideológica no contexto hemisfério Norte-Sul, já referido, ou ainda assente na realidade e jogos de influência dos Blocos Oeste-Leste, para enfim, se apegar à realidades conducentes às práticas de cooperação internacional per se onde o pendor pragmático liberal, repousando nas teorias neoliberais no contexto das Relações Internacionais encontra sentido funcional realístico e actualizado.

Pretende-se buscar uma estrutura conceptual de cooperação reflectida do ponto de vista horizontal, não no sentido ideológico de hemisférios, mas que tenha na sua base os princípios de mutualidades e reciprocidade, ou seja, um conceito de cooperação alinhado às teorias e escolas neoliberais, com maior ênfase para Robert Keohane e José Nye, com o liberalismo institucional e da interdependência complexa.

## **II. 1. Estado da Arte e Problemática**

Em referência a bibliografia sobre o estudo de caso em questão – Relações de Cooperação Angola-Portugal – apesar de existir literatura que aponte a história da presença, de colonização e das lutas para libertação nacional, no período de 1975, ano da independência de Angola, o primeiro documento indicado fazendo menção ao restabelecimento da cooperação entre os dois estados é o denominado “Espírito de Bissau”, assinado no dia 24 de Junho de 1978, na Guiné Bissau, entre António

Agostinho Neto, presidente de Angola e Ramalho Eanes, presidente de Portugal<sup>9</sup>. Assim, na sequência, a 4 de Julho de 1979, em Lisboa, foram trocados entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros da República Portuguesa e o embaixador da República de Angola os instrumentos de ratificação do Acordo Geral de Cooperação, aprovado pela Lei Nº 6/79, de 9 de Fevereiro.

Ademais, ainda na prossecução dos Acordos a sustentar o “Espírito de Bissau” do Acordo Geral da Cooperação foi aprovado o Acordo Cultural<sup>10</sup> entre os dois governos, no sentido de desenvolver a cooperação e intercâmbio nos domínios da ciência, da cultura e da técnica.

Ora, sendo a atribuição do acto de “agir conjuntamente com o outro, ou de interagir em vista à realização de um fim comum”<sup>11</sup>, constituir o fundamento do conceito cooperação, no que Durkheim chamaria de “fundamento do elo social”<sup>12</sup>, é importante, a nosso ver, para a prossecução e operacionalização dos objectivos inerentes a mesma cooperação, “consenso em relação aos fins a atingir, a existência de interesses comuns, a confiança recíproca dos actores, a elaboração em comum de um conjunto de regras, um acordo sobre o modo de coordenação de acções, a participação activa de todos os elementos”<sup>13</sup>, apenas para citar estes.

Tendo em linha de conta a realidade das relações de cooperação entre Angola e Portugal ocupar um lugar de destaque no manancial historiográfico internacional dos dois países, nomeadamente, dos assuntos relacionados com política, diplomacia, áreas militares e de segurança, economia, comércio, educação, saúde, matérias jurídicas e social, torna o estudo muito mais relevante de tal sorte que traçarmos um marco teórico para o assunto é deveras importante.

---

<sup>9</sup> Diário da República, Iª Série, nº 221, de 24 de Setembro de 1979

<sup>10</sup> Diário da República, Iª Série, nº298, de 28 de Dezembro de 1979

<sup>11</sup> Fernando de Sousa e Pedro Mendes, *Dicionário de Relações Internacionais*, Edições Afrontamento, 3ª Edição, Porto, 2014, p. 53

<sup>12</sup> *Ibidem*

<sup>13</sup> *Ibidem*

Porém, a dificuldade da constituição de um estado de arte sobre assunto apesar de todo um esforço interdisciplinar e multidisciplinar está presente desde a sua génese nas relações entre os dois actores. Se de um lado quer os documentos a partir duma visão de Angola e, da mesma forma, os documentos a partir de Portugal não negam a existência de uma cooperação, tímidas ou não, com um carácter mais interventivo na manutenção das mesmas, por outro lado, pouco se sabe dos meandros do processo que trilhou essa cooperação marcada ao longo de duas décadas, isto desde 1974/5 a década de 90, marcada por um processo arrastado de reaproximação, re(in)definições de políticas externas de cooperação entre as duas partes. Como bem afirmam os estudos de Fernando Pinto da Costa e Fernando de Sousa sobre a Política nas Políticas de Cooperação Portuguesa,

“... só em 1999 Portugal criou um “documento enquadrador”, identificando de forma coerente e estruturada as orientações estratégicas nacionais de cooperação para o desenvolvimento. Refira-se que este documento apenas foi revisto pela “visão estratégica” elaborada em 2005 e em Março de 2014 com o “Conceito estratégico para o período 2014 – 2020”<sup>14</sup>.

Ora, lendo a literatura diversificada sobretudo com ligação aos arquivos diplomáticos dos Negócios Estrangeiros e Relações Exteriores verifica-se nelas estagnação, burocracia, interferências e sobreposição de políticas domésticas/partidárias às externas, um papel forte dos seus líderes, a realidade insofismável e efectiva encontradas nelas relaciona-se com a relevância da cooperação entre os dois Estados e países, desde o seu reatamento. É disto exemplo o discurso proferido à Nação por António Agostinho Neto, ao esclarecer nessa altura que “a cooperação não significa apenas uma dádiva ou um benefício em sentido único. Ela tem um carácter recíproco o que lhe dá o carácter novo nas relações Angola-Portugal”<sup>15</sup>.

---

<sup>14</sup> Fernando P. Costa e Fernando de Sousa, *A Política nas Políticas de Cooperação Portuguesa*, Lusíada. Política Internacional e Segurança, nº 10, 2004, p. 143.

<sup>15</sup> Discurso de António Agostinho Neto dirigido à Nação em 1978.

Se por um lado, o espaço de cooperação entre Portugal e Angola esteve sempre presente, fruto da ausência de estratégia claras e esforços poucos coordenados de vários sectores interessados em continuar a fazer de Angola o terreno privilegiado para tal efeito, por outro lado, aos problemas internos, fez com que Portugal assumisse uma atitude mais pragmática no seu relacionamento com Angola.<sup>16</sup>

Tal como faz perceber Maria Raquel Freire e Rafaela Rodrigues de Brito no seu ensaio bibliográfico, *Estudos sobre Política Externa Portuguesa após 2000*,

sobre “... o facto de apesar de as relações com países africanos e com o Brasil (ou mesmo no âmbito da CPLP) serem referidas como importantes e utilizadas essencialmente numa lógica contextual, as análises dos processos que lhes subjazem e das linhas caracterizadoras destas relações, em quadros bi ou multilaterais não serem aprofundadas. Claramente, existe neste âmbito espaço para o desenvolvimento de contributos especializados”<sup>17</sup>.

Daí que, o resultado do levantamento bibliográfico revela, de antemão, um registo e um exercício académico por parte das Escolas das Relações Internacionais seja de Portugal seja de Angola (esta quase inexistente ou ainda a dar os seus primeiros passos soltos e titubeantes) uma linha mais reactiva do que proactiva, salvo excepções. Daí, pensamos nós, justificar-se o facto de não se encontrar um estudo e uma escola com solidez na área da cooperação a seguir e a antecipar, por exemplo, os caminhos das relações de cooperação os dois actores ou ainda de uma análise virada mais especificamente para o processo e a possibilidade de uma cooperação interdependente entre eles e estudos analíticos advindos do impacto da interdependência. Noutros termos, na recolha bibliográfica feita, verifica-se uma ausência de literatura que aborda em simultâneo o trinómio político-diplomático, económico-comercial e social à luz da inserção estratégica na arena internacional, como *conditio sine qua non* para se perceber as relações entre os dois actores, em

---

<sup>16</sup> Maria Sousa Galito, *Diplomacia Económica de Portugal*, p. 69.

<sup>17</sup> Maria R. Freire e Rafaela de Brito, *Ensaio Bibliográfico, Estudos sobre Política Externa Portuguesa Após 2000*, p. 176

primeiro lugar e, ao mesmo tempo, possa avaliar, verificar, estudar a interdependência económica entre eles como uma variável independente do ponto de vista do seu impacto e a cooperação dos dois ser vista como uma variável dependente. Isto dar-nos-ia a resposta de como a cooperação reage com o impacto da interdependência complexa, para se poder equacionar e analisar também de forma mais realista sobre as vulnerabilidades de cada actor quando teoricamente o que se pretende numa e qualquer relação são ganhos recíprocos também esta de forma explícita nos benefícios e protecção dos interesses nacionais.

Não obstante a tudo o que foi dito sobre a lacuna que foi identificada na literatura no que concerne ao estado da arte, temos a referir-nos da data de 1978, como o marco da assinatura do Acordo Geral de Cooperação, em Bissau, entre António Agostinho Neto, presidente da República Popular de Angola e Ramalho Ennes, presidente da República de Portugal. O documento produzido, denominado “Espírito de Bissau”, dava assim a marca de abertura de uma nova era e de reaproximação entre os dois estados.

Contudo, fazendo um mapeamento da bibliografia mais relevante publicadas em Angola e Portugal, respectivamente, com o focus temporal das publicações após 2000 em função do assunto em investigação sobre cooperação bilateral entre os dois actores, envolvendo desde monografias, dissertações, teses de doutoramentos, livros, artigos publicados em revistas científicas de especialidade, jornais, entrevistas publicadas, discursos, relatórios e comunicações, no âmbito das Relações Internacionais, foi possível captar o seguinte:

1. Uma literatura histórica com o focus nas relações pós coloniais onde prevalece o dilema/ articulação, Europa e África, a influência ou impacto da guerra fria, sem contudo a proxy guerra em Angola também não ter sido abordado com profundidade;
2. Uma abordagem colectiva sobre as relações de Portugal com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), deixando a questão da bilateralidade ofuscada nos papéis da multilateralidades;

3. Uma literatura em linha com a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID) e suas diferentes vertentes, como Ajuda Externa, Cooperação Técnica, Ajuda ao Desenvolvimento;
4. Estudos desenvolvidos na área de Diplomacia económica, comercial, com interesse analítico para economia e para o comércio e outros ainda mais específicos como da cooperação militar, policial, jurídica e assim por diante;
5. Por último, muito estudo atribuído a análise de Política Externa, cada um segundo a sua zona de influência nos seus diversos temas: segurança, política de vizinhança, política regional; outrossim, verifica-se um *crescendum* para a literatura com abordagem para uma cooperação sul-sul e triangular.

Assim, aglutinando os vários contextos multidisciplinares relacionados ao processo das relações de cooperação Angola-Portugal, no âmbito do trinómio político-diplomático, económico-comercial e estratégico operacional na arena internacional baseadas no pressuposto das relações pragmáticas e duma crescente interdependência complexa entre os dois actores, este desenho de modelo de cooperação no quadro bilateral foi, desde então, endossado pela Lei nº 218/1, que apresenta para ratificação o acordo de cooperação entre a República Portuguesa e a República Popular de Angola, assinado em Bissau a 26 de Junho de 1978. Estes instrumentos foram aprovados e ratificados, por sua vez, pela Lei nº 6/79, de Fevereiro.

Desde cedo, esse acordo de cooperação entre Angola e Portugal, “animados do desejo de consolidar as relações de amizade e solidariedade entre os respectivos povos, na base dos princípios do respeito mútuo pela soberania nacional, integridade territorial, igualdade e não ingerência nos assuntos internos”<sup>18</sup>, apresenta-nos as bases fundacionais do trinómio político-diplomático, por meio da sua articulação de protecção e dos interesses nacionais, somadas às marcas identitárias de cada povo; económico-comercial, no sentido da salvaguarda de vantagens mútuas; e, social na inserção estratégica na arena internacional, por meio do princípio da não ingerência nos assuntos internos, promoção da paz e da valorização da língua portuguesa no

---

<sup>18</sup> Proposta de Lei Nº 6/79, de Fevereiro.



âmbito das relações internacionais.<sup>19</sup> É possível dizer que os acordos desde a sua génese previam e forjavam caminhos para um “win-win” político, económico e no cenário internacional, baseada numa cooperação essencialmente pragmática de matriz liberal e economicamente interdependente cuja tese a presente investigação defende.

A definição dessas relações com base no pragmatismo e numa crescente interdependência económica face à problematização que sustenta esta investigação, pode ser analisada sob uma perspectiva que corresponde ao trinómio político, económico e estratégico no posicionamento de cada um dos actores em causa no cenário internacional, perpassando pelas realidades endógenas, correspondendo aos cenários domésticos de cada actor e exógeno, correspondendo às modificações do cenário internacional. Aliás, nas características do mundo hodierno, “a condução das relações internacionais já não é mais separável da política interna de cada Estado, como noutras épocas, nem compatível com a existência de coligações contraditórias entre si.”<sup>20</sup> Ou seja, estas linhas orientarão a visão problemática desta investigação num argumento metodológico multinível e sistémica vis-à-vis a análise dos diversos condicionalismos impactantes à relação bilateral em que se pode enquadrar e justificar.

Noutros termos, esta investigação passa a apresenta-se três factores que fazem o constructo da problemática: o mundial ou internacional, o bilateral-multilateral e o interno: a) O factor mundial ou internacional como condição do posicionamento de cada actor na sua inserção no cenário internacional, como pretende ser visto, como se projecta; b) factor de nível bilateral e multilateral, como cada um quer projectar-se junto do outro e como são geridos o equilíbrio de forças resultantes do poder de cada um e como são compensadas as vulnerabilidades políticas e económicas salvaguardando os interesses nacionais, como valores, direitos humanos e benefício

---

<sup>19</sup> Ideia subtraída do Plano Nacional de Desenvolvimento de Angola 2013-2017 e dos Acordos celebrados com a República Popular de Angola assinados em Bissau, em 26 de Junho de 1978 – Lei nº 6/79, de 9 de Fevereiro (Diário do Governo, nº 34); Acordo cultural entre os dois governos, Angolano e Português, respectivamente, assinado em Lisboa, em 20 de Junho de 1979 – Decreto nº 145/79, de 26 de Dezembro (Diário do Governo, nº 298); ideia confirmada e reforçada no fórum multilateral da CPLP.

<sup>20</sup> Ennes M. Ferreira e Adelino Torres, *In A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa no contexto da globalização: problemas e perspectivas*, Lisboa, p.7.

económica; c) factor interno: como cada actor percepção as mesmas relações e que expectativas nacionais que cada actor espera do outro.

Assim, segundo se apresenta o quadro geral de cooperação entre Angola e Portugal nos seguintes moldes:

1. Desde a assinatura do primeiro Acordo Geral da Cooperação entre Angola e Portugal, em Bissau, a 26 de Junho de 1978, entre António Agostinho Neto e Ramalho Eanes, presidentes de Angola e Portugal respectivamente, até aos tempos actuais, apesar de serem caracterizadas e existirem clivagens, tensões, altos e baixos, aproximações, e abrandamentos ou estabilidade, estas relações nunca foram cortadas, seja pelos canais político-diplomático seja pelo económico-comercial ou ainda junto dos fora internacionais. Ou seja, em nenhum momento das relações de cooperação entre os dois actores atingiu o nível de saturação que pudesse revogar o tratado de 1978, apelando para o seu Artigo XII, do Tratado Nº2/1 que pudesse dar por suspensas ou o fim das relações das duas partes.
2. A lista de acordos formais celebrados entre as duas partes, abrangem quase todos os domínios de actividade, nomeadamente os domínios culturais, económicos, comerciais, educação e ensino, formação de quadros, investigação científica e tecnologia, saúde, segurança militar, policial, segurança marítima, segurança alimentar, boa governação do estado, transparência, fortalecimento das instituições, justiça, internacionalização e até entre as instituições públicas, apenas para mencionar estes. Noutros termos, é o mesmo dizer que os contactos bilaterais entre os dois países atingiram vastos domínios de cooperação, de dimensões a nível dos seus custos e benefícios que se torna muito oneroso em termos de imaginarmos um possível rompimento das relações entre as duas partes. Pois, o número e a dimensão desses acordos denunciam claramente a importância que cada um tem para o outro. Aliás, na afirmação de Augusto Santos Silva, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, “as relações entre Portugal e Angola são muito boas, no plano

político-diplomático, muito estreitas do ponto de vista económico e são relações excepcionalmente boas do ponto de vista dos respectivos povos”<sup>21</sup>.

3. Assim, politicamente, a importância atribuída às relações de cooperação entre os dois países, reflecte-se, dentre outras, na visitas diplomáticas de chefes de estados e ministros, na dimensão de representação diplomática seja de Angola para Portugal (Faro, Porto e Lisboa), seja de Portugal para Angola (Benguela, Luanda e em curso Cabinda), ainda para as sessões da Comissão Bilateral Angola-Portugal, ao número de Portugueses e angolanos a residir dum e doutro lado a apontarem para 26 557 para os angolanos e 91 900, para portugueses, segundo o Observatório Português. Do ponto de vista de investimento directo estrangeiro, da balança do comércio ou de negócios no geral, é notória a real assimetria com indicadores favoráveis para Portugal, com cifras a rondarem em milhares de euros. 75.8 Mil milhões em 2009, resultados do mercado angolano; o Investimento Directo Estrangeiro (IDE) passou de 40 milhões em 2003 para 775 milhões investidos em Angola no ano de 2008. Em sectores como a banca, construção, pequenas e médias empresas é notória uma presença expressiva, desde a Caixa Geral de Depósitos, Santander Totta, BCP (Millennium Angola), BPI (BFA), construtoras como Mota-Engil, Teixeira Duarte, Soares da Costa, Opway e Edifer, a cimenteira Secil, as operadoras de telecomunicações Portugal Telecom, Zon Multimedia e Visabeira e a petrolífera Galp. O INE estima chegou a estimar mais de 13 mil construtoras e 200 mil trabalhadores com presença em Angola. Do lado de Angola, embora a balança seja favorável a Portugal, e do relativo abrandamento das importações de Angola em Portugal por causa da queda do preço do petróleo no mercado internacional, o diferencial tem vindo a diminuir. No período homólogo de 2013 quando Portugal exportava 1, 713 mil milhões de euros, Angola não excedia a 983 milhões de euros, uma variação respectivamente de 1, 0% e -46,1%, contas apresentadas pela Câmara do Comércio de Portugal. Não obstante aos valores

---

<sup>21</sup> <http://www.redeangola.info/portugal-quer-intensificar-relacoes-bilaterais-com-angola-em-2016/>

Consulta 13.03.2017.

claramente assimétricos apresentados sobre as duas realidades, verifica-se, no entanto, um emaranhado sistémico e complexo de interesses de negócios dos dois lados. É nesse âmbito que se nota uma crescente participação de investimentos e de empresas angolanas como a Sonangol no BCP, na Galp, no Banco Bic, no BPI, Zon, Portugal Telecom, Santora Finance e muitas outras, indica o Semanário Económico.

Se de um lado a apresentação da caracterização do quadro da cooperação entre os dois países é vista por alguns pensadores de forma optimista, positiva e com perspectivas futuras de grande relevo para os dois actores, porém, por outro lado a quem a caracterize de forma pessimista, apontando pontos estranguladores do processo de cooperação, nomeadamente, a alegada falta de transparência dos investimentos angolanos, a dificuldade de liquidação das dívidas que o Estado deve ao sector privado, a inexistência de um acordo de dupla tributação.

Não obstante não ser este o focus da nossa investigação, porquanto o mesmo se refere às dificuldades e entraves na eficácia das relações, entre os dois actores, o assunto não deixa de ter sua relevância para uma análise na compreensão global das mesmas relações.

Fruto das dificuldades acima referenciadas, Ricardo Soares de Oliveira (2005), no seu ensaio crítico sobre as Relações entre Portugal e Angola ao fim de trinta anos, citando um diplomata diz que “para o governo [de Luanda] o apoio de Portugal é dado adquirido pelo que os portugueses acabam por receber muito pouco em troca desse apoio.”<sup>22</sup> Na mesma senda o autor nota que “um número sem fim de observadores tem expressado a sua insatisfação, tanto no que diz respeito à relação propriamente dita como no modo como sucessivos governos portugueses a têm gerido”<sup>23</sup>.

Na afirmação de Oliveira (2005) escrevendo numa perspectiva portuguesa sobre às relações de cooperação que envolvem os dois países, considera que,

---

<sup>22</sup> [http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista\\_ri/pdf/r8/RI08\\_03RSOliveira.pdf](http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/r8/RI08_03RSOliveira.pdf), Consultado 11.11.2016

<sup>23</sup> *Ibidem*

“[...] em primeiro lugar, uma série de factores distintos resulta cumulativamente numa política submissa, assimétrica e sem mais-valias para o prestígio e interesse nacional portuguesa. Estes factores incluem a dimensão obsessiva de Angola no imaginário colectivo português, um vago idealismo lusófono inquinado por um complexo de culpa pós-colonial, a percepção de que não há alternativa credível ao actual power bloc luandense e o receio de retaliação perante uma postura portuguesa mais afirmativa. Em segundo lugar, [...] defende que um conjunto de interesses corporativos assaz pragmáticos – actores económicos e actores políticos em áreas tão diferentes quanto a banca, a construção civil, a consultadoria e as forças armadas – assentam a sua lucrativa presença nessa mesma política submissa e constituem parte activa e determinante do lóbi qua a perpetua”<sup>24</sup>.

Assim, o mesmo autor não hesita em concluir que “ *a política portuguesa para com Angola deve ser reequacionada com grande urgência sob o signo de idoneidade, da real reciprocidade por parte de Angola no que diz respeito aos interesses portugueses, e de distância saudável face a facções duvidosas da elite luandense que, de outro modo, acabarão por danificar a credibilidade de Portugal e de sua política africana.*”<sup>25</sup>

Apesar de Ricardo Soares de Oliveira arrumar seus argumentos com base em constatações políticas do ponto de vista do cenário Português na sua relação bilateral com Angola, deixa-nos questões por serem avaliadas, a nosso ver importantes no seu enquadramento e articulação entre a defendida nalguns fora de “diplomacia de valores” de Portugal vis-à-vis o realekonomik, da política económica internacional, soft power, smart power.

Nesta senda, Fernando Pinto da Costa e Fernando de Sousa no seu opúsculo sobre A política nas políticas de cooperação Portuguesa no que concerne uma agenda clara de organização de Portugal vis-à-vis aos seus parceiros, por inerência Angola,

---

<sup>24</sup> [http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista\\_ri/pdf/r8/RI08\\_03RSOliveira.pdf](http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/r8/RI08_03RSOliveira.pdf)

<sup>25</sup> *Ibidem*

“que só em 1999 Portugal criou um ‘documento enquadrador’, identificado de forma coerente e estruturada as orientações estratégicas nacionais de cooperação para o desenvolvimento”<sup>26</sup>. Acrescentam os autores, o mesmo documento foi revisto pela ‘Visão estratégica’ elaborada em 2005 e em Março de 2014, actualizado para o ‘Conceito estratégico para o período 2014-2020’. Como se pode perceber apesar de ser um opúsculo a levar em conta, o mesmo nos conduz para apreciações generalistas seja do seu enquadramento conceitual seja da sua revisão histórica, ficando por responder qual é de facto a política bilateral Portugal-Angola nas políticas de cooperação Portuguesa.

Assim, verificando todas estas lacunas de enquadramento teórico é nosso argumento, para melhor percebermos o contexto das relações de cooperação entre Angola e Portugal no contexto hodierno é necessário vinculá-las e analisá-las no quadro conceptual com base na teoria da interdependência complexa de Joseph Nye e Robert Keohane e de outros trabalhos subsequentes, onde cooperação pode ser concebida como *assimétrica interdependente* (Assymmetrical Interdependence<sup>27</sup>).

Na esteira do que nos diz João Pontes Nogueira e Nizar Messari em Teoria das Relações Internacionais, reflectindo sobre a interdependência, significa que cada vez mais os acontecimentos que ocorriam em um país [Angola e/ou Portugal] tinham efeitos concretos sobre outro país. Ou, dito de outra forma, cada vez mais países [Angola e Portugal] se encontram diante de problemas (económicos, políticos ou

---

<sup>26</sup> Fernando P. Costa e Fernando de Sousa, *A Política nas Políticas de Cooperação Portuguesa*, Lusíada. Política Internacional e Segurança, nº 10, p. 143.

<sup>27</sup> Assymmetrical interdependence functions as follows. The more resources one country possesses (or the less it needs), the stronger it is; conversely, the less a country has of it (or the more it needs), the weaker it is. Bargaining relationships, Keohane recalls arguing, “might be symmetrical, as in case of Germany and France; it might be asymmetrical, as in case of the Unites States and Guatemala. This is a subset of general and widely employed set of bargaining models in which players with more intense or immediate preferences are disadvantaged vis-à-vis those with less intense preference or more patience, and will be compelled to sacrifice to sacrifice relatively more in order to get what they want. In the context of International relations, asymmetrical interdependence offers what is potentially an extremely parsimonious model of bargaining, since it derives bargaining power from the same basic source as state preferences. In Andrew Maravesik, *Power, Interdependence, and Non state Actors in World Politics*, p. 249-250.

sociais) causados por decisões ou factos que tiveram lugar em outro país e sobre os quais não tinham qualquer controlo<sup>28</sup>.

É bastante ilustrativo para o caso, os efeitos da crise financeira e económica que assolou o mundo e particularmente Portugal em 2007/8 e a realidade ligada às migrações que se seguiu no sentido de entrada de pessoas e empresas portuguesas em Angola a procura de bom mercado de emprego e de venda que coincidiu com o boom da emergência e crescimento económico de Angola. Sendo que, o contrário também é um facto, nomeadamente, o da internacionalização das empresas angolanas através do mercado português e, mais recentemente, o regresso das empresas portuguesas e de pessoas singulares pelo impacto da queda do petróleo no mercado angolano, tornando a economia estagnada ou ainda em estado de recessão.

Ao propormos o entendimento do relacionamento de cooperação entre Angola e Portugal nesta direcção, pretendemos reorientar o debate académico na Escola das Relações Internacionais em Portugal e em Angola e ainda de forma extensiva aos fazedores de política externa um novo posicionamento e articulação e nos conduzirmos para uma abordagem mais compreensiva possível para o entendimento do comportamento dos dois Estados na sua leitura e acção pragmática em políticas de cooperação.

Assim, no “Poder e Interdependência: A Política Mundial em Transição”, uma crítica à visão realista clássica<sup>29</sup>, de Robert Keohane e Joseph Nye, é sem dúvida, um clássico, uma obra incontornável no estudo das Relações Internacionais. Sua pertinência confunde-se com o historial académico dos autores, exímios cultores do saber e inquietos indagadores, que se defrontam com realidades distintas da política internacional daquelas a que foram instruídos enquanto estudantes na década de 50 e 60, na única utilização dos “óculos realistas” quanto a análise e interpretação dos fenómenos vivenciais das relações internacionais, cuja ênfase consubstanciava-se na iminência permanente da guerra entre os Estados soberanos, com prevalência na

---

<sup>28</sup> João P. Nogueira e Nizan Messari, *Teoria das Relações Internacionais*, Elsevier Editora Lda, 2005, p. 81.

<sup>29</sup> O. Robert Keohane e Joseph S. Nye, *Poder e Interdependência: a política mundial em transição*, Boston: Little, Brown, 4ª. Edição, Fevereiro, 2011, p. 368 ISBN-13: 978-0205082919 ISBN-10: 0205082912 Edition: 4<sup>th</sup>

auto-ajuda, num clima internacional anárquico onde os Estados se firmam como únicos actores do sistema internacional.

Nesta obra, Keohane e Nye tentam afinar a redefinição do conceito de poder, “elusive concept and now more slippery,” explorado de distintas maneiras, que agora se propõem aplica-lo nas relações internacionais baseada na noção de interdependência. Ainda para Keohane e Nye, interdependência significa dependência mútua; ou seja, “Interdependence in world politics refers to situations characterized by reciprocal effects among countries or among actors in different countries”<sup>30</sup>.

Assim, inconformados com essa realidade, a da leitura dos acontecimentos sob o prisma realista mormente da sua incompatibilidade e inadequabilidade teórica e analítica quanto a abordagem da emergência económica na concomitância política no plano internacional junto duma cooperação institucionalizada, sem no entanto, negar por completo ou fugir dos holofotes desta visão realistas no que concerne ao exercício do poder e dos seus interesses, os autores, lançaram-se no desafio de se encontrar uma ‘teoria’ alternativa explicativa que possibilitasse um entendimento mais alargado do espectro político mundial da cooperação internacional.

Porém, se numa primeira fase, Keohane e Nye se confrontam com as limitações teórico-analíticas do realismo, quanto à cooperação e a relevância das questões económicas no cenário internacional, já no enquadramento empírico, os mesmos afirmam que estas limitações tenham influenciado negativamente a acção de política externa americana na sua percepção e entendimento no quadro das mudanças de natureza política no contexto do sistema internacional, mais concretamente nas suas parcerias.

Keohane e Nye, nesse contexto, pretenderam trazer à discussão novas abordagens, novas formas de olhar para a realidade da política internacional e acima de tudo para uma nova construção teórica e analítica contrária ao realismo, propondo para isso, a interdependência complexa,<sup>31</sup> ou seja, o ‘ideal type’ de construção teórica

---

<sup>30</sup> Joseph S. Nye e Robert Keohane, *Power and Interdependence*, 2009, p.7.

<sup>31</sup> *Idem*, p. 19.



e analítica cujas características se aproximam mais a realidade [contextual] do que o próprio realismo.<sup>32</sup>

#### **a) Enquadramento da obra**

Na verdade, Poder e Interdependência, enquanto obra científica, nasce num contexto *hic et nunc*, propício dessa reflexão quanto a conjuntura do ambiente da política internacional. Pois que, os esforços teóricos liberais como, por exemplo, as teorias funcionalistas, já apontavam anteriormente sobre as dinâmicas das organizações internacionais, porém, sem produzirem um grande impacto no momento, devido a grande predominância do realismo. De igual forma, encontramos autores como Norman Angel, Mitrany e Haas, Henry Kissinger, este numa perspectiva mais clássica, no entanto, debelando-se com a realidade da interdependência numa tentativa da valorização dos outros actores para além dos Estados como entes centrais na política internacional.

Contudo, o ambiente favorável e distinto dos anos 70, fez rapidamente criar espaço para as reflexões sonantes de Keohane e Nye, inicialmente com o *Transnational Relations and World Politics* em 1971, e em seguida com o *Power and Interdependence: World Politics in Transition*, em 1977.

A proeminência do Poder e Interdependência deu até o presente momento cinco reedições e milhares de citações no mundo académico. Tal como foi afirmado anteriormente, revela-se uma obra incontornável para os nossos tempos. Um livro essencialmente analítico e teórico, porém, com enquadramento empírico no seu estudo de caso nas relações de políticas monetárias ligadas ao oceano e as relações dos Estados Unidos de América com Canadá e Austrália quanto a interdependência complexa das suas economias e com mais ou menos enfoque, nos dois estudos de caso persiste similitudes no comportamento dos Estados a maneira como os conflitos políticos são resolvidos sem uma acção directa do poder da força militar.<sup>33</sup>

Contextualizando a obra no tempo e espaço, esta, goza duma notória oportunidade exploradas de maneira muito atenta pelos autores quanto às rápidas

---

<sup>32</sup> *Idem*, p. 19

<sup>33</sup> *Idem*, p. 144.

mutações das circunstâncias históricas dos fenómenos políticos que serviram de razão por si mesmo justificadas, tal seja, o desanuviamiento nas relações das duas superpotências, União Soviética e os Estados Unidos no que concerne a détente singularmente no que toca aos programas nucleares nas suas diversas dimensões, dando espaço a emergência dos temas de natureza económica, desenvolvimento e interdependência.

Um segundo facto está relacionado com a crise do petróleo; ao lado disso, a internacionalização do sistema financeiro. No contexto interno americano, vivia-se a crise pós-traumática da guerra do Vietname, e a desvalorização do dólar em relação ao ouro, tornando desta forma frágil a maior economia mundial. Somando ainda a todos estes acontecimentos, começam as novas noções independentes, a ter mais protagonismo junto das Nações Unidas e a exigirem uma Nova Ordem Económica Internacional; fazendo, por este efeito, transparecer a transformação e mudanças fundamentais no sistema internacional mundial, onde se verificava um certo declínio da URSS e dos EUA junto das suas congéneres e junto sobretudo de novos actores transnacionais como autênticos *players* com grandes influências não só económicos mas como também políticas, mostrando de forma tácita como o centro do poder se estava a diluir e por isso, chamados para uma nova abordagem do enquadramento desta nova situação.

Pois, no entender dos nossos autores, não fosse a presunção teórica do realismo enquanto corrente dominante no estudo das Relações Internacionais no período que vai do fim da II Guerra Mundial até ao início dos anos 80, cujos pressupostos e conceitos basilares passam pelo Estado, o poder, a guerra iminente, luta pela sobrevivência, ambiente anárquico e conflitual e do ambiente da auto-ajuda no panorama do sistema internacional; ademais, não fosse, a existência do *primus inter pares* entre os Estados para a soberania legal, estes considerados actores unitários onde a política interna normalmente encontra-se separada e distinta da política externa, tudo isto, visto como limitações de conjecturas realistas quer em análises teóricas quer nas políticas<sup>34</sup>, tornar-se-ia irrelevante a preocupação das adaptações do que veio a ser atribuído como liberais nas suas respostas aos actuais

---

<sup>34</sup> Joseph Nye e Robert Keohane, *Power and Interdependence*, 2009, Prefácio Iª Edição, p.vi

fenómenos políticos internacionais e, doutro lado, não seria notório o aparente fracasso do realismo.

A estrutura do Poder e Interdependência é de fácil compreensão e leitura. O livro em Recensão, 4ª Edição, apresenta-se dividido em seis partes: a primeira, faz uma abordagem geral do entendimento da interdependência; a segunda, fala sobre as mudanças no regime monetário e dos oceanos; a terceira parte, debruça-se sobre os regimes e as relações bilaterais; quarta, retrata sobre as questões mais contextualizadas dos Estados Unidos de América e a interdependência complexa; a quinta, faz uma elaboração da temática da globalização na era da informação; sendo que a última, é dedicada a um '*Post Scriptum*' de segundos pensamentos nas Teorias e políticas de 1989; totalizando, deste modo, dez capítulos.

Em síntese, a obra traz um rico contributo no entendimento e articulação entre o fenómeno económico e o político dentro da conjuntura da prática da cooperação internacional sem no entanto se distanciar dos holofotes do realismo no que concerne ao papel do poder e dos interesses dos estados.

#### **b) Consequências e dinâmicas da interdependência complexa num sistema internacional em transição**

A lógica da globalização no contexto da política internacional faz compreender que de facto “vivemos na era da interdependência”<sup>35</sup>. Foram, efectivamente, com essas palavras que Robert Keohane e Joseph Nye começaram o primeiro capítulo do livro, aparentemente vagas, mas cheias de significado, senão mesmo a súplica daquilo que iria formar toda a tese da obra do Poder e Interdependência: A Política Mundial em Transição.

Mais do que mera apreciação do fenómeno político internacional, é notória na obra, a convicção dos autores de que o período representava de facto uma nova era. Pois que, “old international patterns are crumbling; old slogans are uninformative; old solutions are unavailing. The world has become interdependent in economics, in

---

<sup>35</sup> Joseph Nye e Robert Keohane, *Power and Interdependence*, 2009, p.3.

communications, in human aspirations”.<sup>36</sup> Numa única palavra, estava-se a viver a era da “aldeia global” em que o conceito sobre fronteiras, território, soberanias, actores, poder, que sustentou gerações a fio, era submetido à prova junto dos novos desafios. E, era importante encontrar novas respostas para esses desafios. Estas respostas, estavam chamadas a transcender as anteriores e por isso ditarem um quadro analítico orientador que pudesse congrega “tradicionalistas” e “modernistas”, já que o presente tempo era marcado por “continuidades e mudanças”.

Daí, a relevância do livro recai em desenvolver um quadro geral político teórico-analítico da interdependência não como exclusão aos quadros analíticos tradicionais, como bem enfatizam, mas um quadro complementar a este, uma vez que “contemporary world politics is not a seamless web; it is a tapestry of diverse relationships. In such world, one model cannot explain all situations;”<sup>37</sup> e que “interdependence affects world politics and the behavior of states; but governmental actions also influence patterns of interdependence.”<sup>38</sup>

Suscitados por novos desafios, particularmente os económicos, Keohane e Nye, colocam uma das grandes questões que orientará o raciocínio do livro: “What are the major features of the world politics, when interdependence is extensive?”

Para os autores a explicação dessa interdependência, recai na definição atribuída aos regimes internacionais como “network of rules, norms, and procedures that regularize behavior and control its effects.”<sup>39</sup>

Adicionando a esta explicação, os autores, começam por postular de que num ambiente interdependente, a tomada de decisão por parte de actores estatais e, em menor grau, não estatais, tende a influenciar outros agentes do sistema internacional. Pois, os choques provocados pelas mutações aceleradas pela globalização e a despolarização e/ou multipolarização pela presença das multinacionais ou outros agentes transnacionais afecta toda a conjuntura internacional da política, da

---

<sup>36</sup> Joseph Nye e Robert Keohane, *Power and Interdependence*, 2009, p.3.

<sup>37</sup> *Idem*, p. 4.

<sup>38</sup> *Ibidem*

<sup>39</sup> Op. Cit., p. 16.

económica, da ecológica quer seja no relacionamento entre os estados ou organizações não estatais.

Mas para um melhor entendimento da realidade exposta, os autores buscaram no conceito da interdependência o significado elucidativo de dependência como o estado de ser determinado e afectado por forças externas; e, conseqüentemente, a interdependência a ser definida como dependência mútua, no sentido de se referir a situações caracterizadas por efeitos recíprocos entre países ou entre actores em diferentes países. Estes efeitos resultam, em muitos casos, de transacções internacionais como movimentação de dinheiro, bens e serviços, pessoas, informações, transportes através das fronteiras.<sup>40</sup>

Esta interdependência, na visão de Keohane e Nye, encontra-se enraizada na própria natureza mutante do actual contexto das relações internacionais, resultando na aceleração da interdependência económica, comunicacional e das aspirações humanas.

Obviamente, o objectivo central de Keohane e Nye é desenvolver um quadro teórico coerente que pudesse explicar a continuidade e mudança na política mundial, ou seja, demonstrando a realidade generalizada da interdependência do mundo económico contemporânea e não só, aplicados nos estudos de caso dos Estados Unidos de América, Canadá e Austrália.

Com efeito, os resultados das transacções internacionais vão depender de constrangimentos ou custos associados a elas. Quando tais interacções são recíprocas, sem serem necessariamente simétricas, e envolvem custos, pode caracterizar a existência da interdependência entre os países.<sup>41</sup> Precisamente, interdependência significa uma teia de situações de interacção que trazem consigo, necessariamente, reciprocidade e custo.

Nesta abordagem conceitual sobre a interdependência, afloram-se duas questões fundamentais: uma, relacionada com a restrição de autonomia dos actores quanto à dependência do comportamento dos parceiros com os quais se relacionam;

---

<sup>40</sup> Joseph Nye e Robert Keohane, *Power and Interdependence*, 2009, p.8.

<sup>41</sup> Idem, p.9

outra, está relacionada com as assimetrias geradas pelas relações desiguais a nível de poder e para tal usado por actores menos dependentes como fonte de influência vis-à-vis as questões de âmbito político e económico.

Uma outra tónica trazida por Keohane e Nye, na obra, diz respeito a sensibilidade e a vulnerabilidade. Na compreensão dos autores, as relações que envolvem sensibilidade ocorrem dentro de uma estrutura básica onde os políticos não podem ser mudados, isto é, situações onde acções são impostas de fora sem que haja tempo para mudanças na política por parte dos actores ou países. E, no que se refere a vulnerabilidade, compreende-se sobre as opções disponíveis e os variados custos das alternativas que os actores dispõem para a alteração de determinado panorama, isto é, as possibilidades de um actor sofrer com os custos impostos por eventos externos após as políticas já terem sido afectadas.

No âmbito do papel das organizações internacionais, cuja tradição realista considera assunto periférico, eles têm um tríplice papel nas relações com os estados:

1. Definindo as questões mais sonantes, decidindo desta feita quais assuntos devem ser agrupados, e por sua vez a Organização Internacional pode ajudar a determinar as prioridades dos governantes e a natureza dos comités interdepartamentais;
2. Congregando os funcionários e a Organização Internacional ajuda a activar possíveis coligações na política mundial;
3. Por último, permitindo pequenos estados e fracos a entrarem na arena internacional, e a Organização Internacional permiti-lhes prosseguir suas estratégias de relacionamento. Ou seja, os estados criam as Organizações Internacionais e essas por sua vez, afectam o funcionamento dos mesmos.

No que se refere as causas das mudanças de regimes internacionais, usando o quadro de modelos de Keohane e Nye para a explicação do processo económico, nossos autores afirmam que um modelo de mudanças de regime com base em processos económicos começaria com a revolução tecnológica influenciado as mudanças económicas, pelo facto de as tecnologias reduzirem o custo de transportes que por sua vez influenciariam o incremento de interdependência económica fazendo

com que os regimes se tornassem obsoletos. Ademais, o bem-estar económico nacional será o objectivo político dominante e finalmente, a economia dará aos governos fortes incentivos para modificar os regimes internacionais restaurando sua eficácia.

No entanto, o modelo peca na sua previsão a longo prazo e porque não diz como formar um novo *equilibrium*, carecendo explicação quanto as suas variações, ou seja, não é muito convincente e suficientemente explicado.

No que concerne a explicação geral da estrutura do poder (ou em contraste ao modelo “eroding hegemony”), o mesmo, pressupõe algumas implicações realistas e está baseada no princípio de que no processo de mudanças de poder do estado, também mudam as regras que compõem o regime internacional; no entanto, este modelo não é capaz de explicar claramente do porquê dessas mudanças pelas três razões:

1. O facto de que a força militar e o desenvolvimento económico não são sempre proporcionais;
2. O modelo não faz distinção entre as áreas temáticas;
3. O modelo ignora as complicações introduzidas por vários canais de contactos entre as sociedades que queiram que seus interesses económicos sejam salvaguardados.

Relativamente ao mesmo modelo de Organização Internacional, Keohane e Nye elaboram uma nova estrutura, ou seja, a organização internacional definida como ligações de vários níveis, normas e instituições governamentais e laços transgovernamentais.

O novo modelo aposta para duas virtudes importantes: a) é estável, pois é difícil as organizações internacionais serem erradicadas; b) coloca constrangimentos burocráticos, temporais e comportamentais para formas de acções do estado. Assim, de acordo com este enunciado, o mesmo modelo irá ajudar a explicar as falhas de modelos estruturais básicas de mudanças de regime, uma vez que os regimes nascem de acordo com a distribuição dos recursos.

### **c) Actualidade da obra sobre a política da interdependência**

Da década de 70 aos nossos dias, Poder e Interdependência, tem-se mostrado uma obra cada vez mais actual resistindo aos maiores testes do tempo nos seus diferentes momentos que se caracterizam por transições permanentes (bipolar, unipolar, uni-multipolar ou ainda difuso), mas sobretudo complexamente interdependente: político, económico e ecológico, ou seja, há um crescendo na multiplicidade de canais e conexões entre as sociedades, nem sempre controlados pelos estados, em que a hierarquia dos assuntos nas agendas é pluriforme e dependente de várias forças na sua formulação, e finalmente, o poder da força militar nem sempre encontra espaço prioritário na resolução dos assuntos.

Com a globalização, o munda encontra-se cada vez mais interdependente e como consequência a “incapacidade” dos estados controlarem todos os acontecimentos resultantes dos choques externos entre os Estados, pois o meio internacional está altamente interligado através do espaço cibernético mais rápido e eficaz, influenciando a interacção entre as pessoas. Daí o grande debate contemporânea na área dos estudos da Segurança, da transição conceptual e da construção da agenda sobre segurança nacional sabendo que os perigos e ameaças num mundo interdependente são cada vez mais transfronteiriços, transnacionais sobre a segurança global das populações.

Tudo isto vem apenas reafirmar o que Keohane e Nye denominaram como interdependência complexa, no sentido da existência de diferentes autores com participação activa nas relações internacionais, sem uma rígida hierarquia de temas onde nem sempre o instrumento da força é opção mais adequada e principal.

Doutro modo, importa sublinhar que nessas relações onde existem interdependências a fonte de poder é relativamente mais vantajoso ao actor que menos depende do outro quanto as alterações no relacionamento, porque isto irá representar custos menores para ele do que para o seu parceiro. Eis a razão por que estas relações devem ocorrer num contexto enquadrador normativo, ou seja, de regras e procedimentos que regulamentam seus comportamentos e controlam seus efeitos. Esta regulamentação é conhecida como Regimes Internacionais compreendido



na dupla dimensionalidade: sensibilidade e vulnerabilidade as quais explicadas no ponto anterior sobre as dinâmicas da interdependência no sistema internacional.

Ademais, rebuscando a definição da interdependência que os autores traduzem, apesar de preciso e conciso, parece-nos deixar um vazio fundamental na sua natureza e característica cuja recuperação é feita mais tarde: “there is interdependence where there are reciprocal «although not necessarily symmetrical» costly effects on transations.” “ If the relationships are linked without costs in causes and burdens in the effects, we have simply interconnectedness.”

Consequentemente, achamos que casos como estes têm facilitado para a opacidade, reinterpretações dessa mesma obra, aliás, basta vermos os acréscimos de capítulos e as releituras dos prefácios e posfácios.

Ainda, achamos que os autores invocam uma certa absolvição no sentido de críticos rotularem suas posições como liberais, tornando sinuoso a real posição que os autores tomam, uma vez que de um lado tentam propor uma nova construção teórica e analítica, diferente da do realismo da que denominam de interdependência complexa, oposta<sup>42</sup> àquela, quando em seguida nos mostram também que não fogem dos holofotes do realismo quanto a centralidade do papel do poder e da força militar e dos interesses egoístas do Estado.<sup>43</sup>

Não obstante, é preciso sublinhar que muito dessas inquietações foram respondidas no posfácio do mesmo livro, sem que no entanto não nos deixe inquieto quanto a atribuição da fórmula do ideal type. Pois que “both it (Interdependência complexa) and the realist portrait are ideal types. Most situations will fall somewhere between these two strems”.<sup>44</sup> A questão que se levanta é se os dois “ideal types”

---

<sup>42</sup> Op Cit., p. 8

<sup>43</sup> *Idem*, p. 16-17

<sup>44</sup> *Idem*, p. 25

(Realism e interdependência complexa), não se excluem, ou se são teorias complementares. *Generalitas obscuritatem parit!*<sup>45</sup>

Por isso, pensamos que a redenção dessa clareza é feita na obra *After Hegemony* (1989), de Robert Keohane, onde o autor integra a síntese do realismo estrutural e a interdependência complexa, resultando no que veio a ser denominado de Institucionalismo liberal em que o focus do poder e dos interesses fazem parte da centralidade do *mudus vivendi e operandis* dos Estados.

Deste modo, o desenvolvimento da análise de relacionamento entre Angola e Portugal, nos períodos de 2002 à actualidade, será efectuada com base nestes elementos teóricos como pano de fundo num contexto mais focado para cooperação económica interdependente. Uma abordagem conceitual que começa a alicerçar-se nos anos 70. Daí que, a adequação da teoria da interdependência à problemática da cooperação, mereceu sua atenção por parte dos pensadores políticos Joseph Nye e Robert Keohane nos estudos Institucionalistas liberais.

Portanto, ao estabelecer as premissas que sustentam os pressupostos da cooperação com base na interdependência assimétrica, pode-se dizer que a questão principal que conduzirá esta investigação encontra terreno para a sua compreensão e abordagem, pois a mesma assenta no impacto da interdependência sobre a cooperação entre os dois actores, Angola e Portugal. Ou seja, foi possível estabelecermos o terreno teórico sobre uma cooperação com base na interdependência. Pois é ainda nossa tese que só se percebe a importância das relações de cooperação entre Angola e Portugal quando se tiver a noção da verdadeira dimensão da intensidade, grau ou níveis e impacto que a interdependência exerce sobre a vida real do país.

Na elaboração de uma revisão da literatura sobre esta temática, considera-se fundamental analisar o contributo dos diversos quadros teóricos das Relações Internacionais para a presente investigação. Dada a pluralidade de abordagens na literatura, optou-se por uma tipologia geral das matrizes realista, liberal e

---

<sup>45</sup> Mesmo que não seja a questão de generalizações, a margem deixada leva ao que achamos gerar uma certa miopia ou entropia dos posicionamentos conceituais e assim evitar o que Popper advertia sobre a clareza e a objectividade no processamento das ideias na lógica do pensamento científico.

construtivista, por considerarmos mais úteis a compreensão do objecto de análise escolhido.

Assim, James Dougherty em *Relações Internacionais, Teorias em confronto*, diz que “Para além da guerra, da fragmentação política e do conflito, outra das principais questões abordadas pela teoria das relações internacionais é a cooperação, a integração, [Guerra], e a paz.”<sup>46</sup>

Ora, debruçar-se sobre a teoria de cooperação nas relações internacionais num sistema internacional de natureza anárquica e interdependente, constitui um ‘mergulho’ ousado, porquanto grandes dinossauros quer na filosofia como Adam Smith, Kant, Montesquieu quer nas relações internacionais como Karl Deutsch, David Mitrany, Ernest Haas, Robert Keohane e Joseph Nye debruçaram-se de forma profícua sobre este tema.

Se de um lado a cooperação demonstra a aproximação do ser em relação ao outro, positivo em si enquanto seres sociais e político por natureza, na voz de Aristóteles, doutro lado, as indagações, preocupações e conflitos também se tornam mais presentes ou eminentes entre os indivíduos, comunidades e sociedades.

Não é sem sentido que a cooperação, tal como nos referimos, seja um dos tópicos muito debatidos nas relações internacionais.

Numa pretensão de se desconstruir o conceito de cooperação muitas vezes vagamente conceituado e preconcebido, aparentando desde já como de comum consenso, quisemos começar pela sua hermeneutização e semântica e progressivamente revesti-la de ajustamento comportamentais políticos e económicos mas no contexto da sua utilização nas relações internacionais, mais propriamente o que cada corrente de pensamento tem tentado fazer uso como instrumento de política externa para os estados ou simplesmente como acção de qualquer actor em resposta ou em antecipação às preferências de outros actores, cujas motivações podem ser consensuadas num processo de negociação quer explícito quer tácito.<sup>47</sup>

---

<sup>46</sup> James E. Dougherty e Robert L. Pfaltzgraff, *Relações Internacionais: As Teorias em Confronto*, 2ª Edição, Gravita, Lisboa, 2003, p. 641.

<sup>47</sup> *Ibidem*

Nesse ensaio, é nosso objectivo, através das quatro principais escolas das relações internacionais, nomeadamente, o Idealismo, Realismo, Liberalismo e o Construtivismo, buscarmos as linhas de forças que as sustentam baseados na hermenêutica enquanto arte ou ciência da interpretação e de análise de situações importantes de fórum social ajudando assim na teorização do fenómeno da cooperação entre os actores estatais e não estatais, transnacionais, privados ou singulares.

Não é nosso intento, aplicarmos a análise do conceito num caso de estudo específico, mas uma tentativa de se fomentar um debate entre as diferentes escolas e pensamentos, fazendo sobressair indagações muito mais pessoais do que propriamente algemadas a uma escola específica, apesar de se fazer sentido muito de construtivismo.

Assim, no sentido de se materializar estes intentos, começamos por nos debruçar sobre a natureza do sistema internacional, como um tabuleiro onde se realizam as diversas jogadas internacionais, sejam elas mais viradas para a balança do poder, ou hegemónicas seja o da ordem constitucional.

No segundo item, 2.2., marcamos passos para o que é a cooperação enquanto conceito neutro com capacidade de se ideologizar de acordo com os impute que se podem dar a este conceito. Pois, por detrás de qualquer acto de cooperação está em primeiro lugar o homem, com os seus valores, identidade, motivações e intensões.

Seguidamente, passamos para o seu enquadramento nas relações internacionais em que fruto da sua abrangência há um verificar-se um elevado nível de complexidade nas envolvências e trato de diferentes actores estatais e não estatais, transnacionais e privados e indivíduos do que deve ser percebido de cooperação consensualmente aceite por todos intervenientes.

A abordagem do último tópico centrou-se nas quatro escolas das relações internacionais, nomeadamente, a idealista, realista, a liberal e a construtivista, no que concerne a cooperação vis-à-vis a anarquia e interdependência. Suas contribuições têm servido para cada vez mais se alargar o leque de opções e reflexões teóricas a favor da cooperação e não da sua negação, mesmo que cada um se esforço por indicar

caminhos mais fiáveis que em si não deixam de se complementarem e de mutuamente se aprofundarem.

#### **d) Abordagem compreensiva da natureza do sistema internacional**

##### **1. Sistema Internacional**

Partindo duma abordagem geral sobre o Sistema Internacional diremos que “tem funcionado como uma extraordinária ferramenta analítica no campo da Relações Internacionais, desempenhando papel central no desenvolvimento dessa disciplina.”<sup>48</sup> É em virtude desta realidade que também se atribui como a capacidade de conceituar um objecto (relações internacionais), de imensas dimensões e complexidade, reduzindo-o a modelos e regularidades abstractos.<sup>49</sup> Eis a razão por que as várias correntes teóricas fazem do conceito do Sistema Internacional parte integrante, senão mesmo obrigatório na análise dos diversos quadros teóricos.

Stanley Hoffmann (1991) define Sistema Internacional como “um padrão de relações entre as unidades básicas da política mundial, caracterizado pelo alcance dos objectivos perseguidos por essas unidades e pelas tarefas efectuadas entre elas, assim como pelos meios empregados para lograr essas metas e efectuar essas tarefas. Esse padrão está em grande medida determinado pela estrutura do mundo, pela natureza das forças que operam através ou dentro das unidades principais e por capacidades, padrões de poder e culturas políticas dessas unidades”.<sup>50</sup>

Porém, Kenneth N. Waltz (1979), verifica incompletude nesta definição de Stanley Hoffmann. Diz-nos Waltz que “essa estrutura vem a ser definida tão vagamente que qualquer significado distintivo é perdido.”<sup>51</sup> Acrescenta Waltz na sua crítica a Hoffmann que isto não o surpreende porquanto quer os objectivos e quer os

---

<sup>48</sup> SOUSA, Fernando, *Dicionário de Relações Internacionais*, 2005, p.254

<sup>49</sup> *Ibidem*

<sup>50</sup> Guilherme Silva e William Gonçalves, *Dicionário das Relações Internacionais*, 2010, p. 244.

<sup>51</sup> Kenneth N. Waltz, *Teoria das Relações Internacionais*, 2002, p.67.

métodos por ele usados não passam da “sociologia histórica, e essa é uma abordagem indutiva”.<sup>52</sup>

Ainda numa preocupação de definir o Sistema Internacional, Raymond Aron (2002), diz por seu turno que, o Sistema Internacional é “um conjunto constituído por unidades políticas, que mantêm relações regulares entre si e são susceptíveis de entrar numa guerra geral.”<sup>53</sup> Para Aron, do ponto de vista realista, o Sistema Internacional é dominado por guerras iminentes. O que, tal como em Hoffmann, efectivamente, Kenneth Waltz não irá concordar de todo com esta posição. A sua abordagem indutiva leva-lhe a prestar atenção aos detalhes do funcionamento não só do sistema geral da política internacional, mas do funcionamento das partes que nela se integram, nomeadamente os indivíduos, grupos sociais diversos, Estados, organizações intergovernamentais com objectivos diversos, organizações não-governamentais ou organizações transnacionais.<sup>54</sup>

Frequentemente, as perguntas que se levantam sobre os níveis da análise colocam os pensadores a discernir quais os níveis de análise no sentido de se obter resultados cientificamente credíveis, se vai para aquele que privilegia os Estados como actores e considera que a política internacional fornece a chave analítica do sistema, ou ainda, para aquele que considera que cada nível de análise (económico, político, militar e cultural), remete a resultados analíticos diferentes; ademais, com aquele outro que considera que a análise do Sistema Internacional só pode ser cientificamente válido quando centrada sobre os subsistemas regionais, que formam o Sistema Internacional em sua totalidade.<sup>55</sup>

Ao contrário do sistema político internacional, mais centralizado e menos claro no que toca às suas instituições definidoras, já para “os sistemas políticos nacionais são facilmente identificáveis devido à sua centralização e institucionalização em

---

<sup>52</sup> *Idem*, p. 68.

<sup>53</sup> Guilherme Silva e William Gonçalves, *Dicionário das Relações Internacionais*, p. 244.

<sup>54</sup> Kenneth. N Waltz, *Teoria das Relações Internacionais*, pp. 67-68.

<sup>55</sup> Fernando Sousa, *Dicionário de Relações Internacionais*, 2005, pp. 255-256.

organizações claramente referenciadas: o governo, o parlamento, os tribunais, o exército e assim por diante.”<sup>56</sup>

Efectivamente, este Sistema Internacional tem uma natureza; a sua natureza é a anarquia e a segurança é entendida nesse sistema como o objectivo primordial dos Estados. Porém, é de referir que essa natureza anárquica é compreendida de forma distinta tendo em linha de conta a especificidade de cada escola:

- a) Daqueles preferem na única utilização dos “óculos realistas” quanto a análise e interpretação dos fenómenos vivenciais das relações internacionais, cuja ênfase consubstanciava-se na iminência permanente da guerra entre os Estados soberanos, com prevalência na auto-ajuda num clima internacional anárquico onde os Estados se firmam como únicos actores do sistema internacional.
- b) Outros preferem um olhar mais “liberal” com o focus na democratização do mundo, na cooperação económica global seja através das organizações interestatais, governamentais e não-governamentais e reforça das instituições para a paz.
- c) Outros ainda preferem ter um olhar mais “idealista e/ou construtivista”, em que a persuasão das ideias, valores colectivos, cultura e identidades sociais fazem o centro “coração” da realidade das relações internacionais.

Faz-se, porém, mister, dizer que esta maneira de olhar para o sistema internacional, primeiro, muitos destes não negam a existência da sua natureza anárquica e doutras questões levantadas pelo realismo como a centralidade do poder e do estado; em segundo lugar, é importante dizer também que existem ainda dentro delas várias formas de desenhar o sistema internacional, cada um de acordo a sua especificidade tal como já mencionamos.

Aqui, a nossa preocupação é tentar fazer passar a ideia de que é possível falarmos de cooperação em qualquer dos olhares de análise conceptuais que se possam atribuir ao sistema internacional; em segundo lugar que é que essa

---

<sup>56</sup> *Idem.*, p.173

cooperação no sistema internacional, também é possível ser abordado sob o ponto de vista da sua natureza anárquica e interdependente complexa. Pois, tudo isto faz parte da dialéctica das Relações Internacionais.

Eis a razão por que queremos agora abordar sobre o conceito de cooperação, primeiro como um conceito neutro na sua etimologia e funcional e operacional ideológica quando revestida de “politicidade”. Pois “ a cooperação exerce-se nas diversas actividades humanas, desde a vida familiar à esfera do trabalho social, à actividade política, à defesa dos grupos e das comunidades.”<sup>57</sup>

## 2. Cooperação: o conceito

É nossa pretensão neste item é buscarmos as origens conceptual da palavra cooperação sem com isso sermos minuciosos aos detalhes históricos por que foi transitando a sua compreensão no contexto geográfico e cronológico.

Agindo desta forma, mesmo que pareça um tanto ou quanto tedioso, estarmos a lançar as bases do que será assumido pelas Relações Internacionais enquanto área de saber “autónomo” mais também muito interdisciplinar especificamente no enquadramento deste conceito como instrumento da acção da política externa dos Estados.

De acordo com a descrição terminológica baseada da tradução da palavra latina *cooperativo, -onis*, diz que é o acto ou efeito de cooperar ou ainda a acção de participar, de colaborar numa tarefa, para atingir um fim comum; ou seja, uma conjugação de esforços<sup>58</sup>.

“Etimologicamente, cooperação significa o acto de actuação conjunta de pessoas com interesses comuns que prosseguem os mesmos objectivos.”<sup>59</sup>

---

<sup>57</sup> Fernando de Sousa, Pedro Mendes, *Dicionário das Relações Internacionais*, Edições Afrontamento, 3ª Edição, Porto, 2014, p. 62.

<sup>58</sup> Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, Academia das Ciências de Lisboa, Verbo, I Volume A-F, 2001, p.966.

<sup>59</sup> Polis – Enciclopédia Verbo da Sociedade e do Estado: Antropologia, Direito, Economia, Ciência Política, 2ª Edição, Revisada e Actualizada, Lisboa/São Paulo, 1997, p. 1327.



Pensamos que, olhando para essas duas abordagens não é difícil entrever quatro realidades: pessoas, interesses, objectivos e fins. Ou seja, só é possível nos debruçar sobre cooperação *stritu sensu* quando no centro da discussão estiver a pessoa humana ente essencialmente racional, social, homem como animal político por natureza tal como nos define Aristóteles; Pessoa humana, ser relacional por antonomásia, coberto de inteligência, vontade e liberdade com capacidade de construir comunidade, fazê-lo evoluir para sociedade no esforço colectivo e cooperativo ad intra e ad extra do meio em que este estiver inserido.

Todavia, o mais flagrante é sobretudo a neutralidade semântica com que se reveste a palavra enquanto tal; ou seja, se a não revestirmos de “politicidade” (O termo política é derivado do grego antigo πολιτεία (*politeía*), que indicava todos os procedimentos relativos à *pólis*, ou cidade-Estado) ou ainda de moralidade, no sentido do bem e do mal no contexto das suas acções, decisões ou omissões, cooperação encontra-se num terreno neutro.

Mister é alongarmos mais um pouco porque achamos que a compreensão das nuances em que o termo tem sofrido ao longo da evolução dos tempos tem trazido a mesa discussões inconclusivas recheado de percepções, oportunismos, interesses, nem sempre salutar para harmonização das sociedades muito menos para a prossecução do que muito de apregoa de cooperação para ajuda ao desenvolvimento.

Deste modo somos de deduzir hipoteticamente que a apropriação do termo de cooperação enquanto significante de neutralidade é uma construção social dos Estados, sociedades, comunidades e de indivíduos cuja orientação dependerá das intenções, motivações e interesses dos mesmos, ou seja, da ideologia dos actores concorrentes para o efeito.

Daí que desde a antiguidade clássica que a humanidade procura organizar a sociedade através de um diálogo político que privilegia a cooperação como um dos pilares que impulsiona os povos ao bem-estar e desenvolvimento abertos aos valores percebidos como universais consignados na Declaração Universal dos Direitos do Homem: A Pessoa como valor em si; A Dignidade Humana; A Liberdade; A Igualdade; a Fraternidade; tudo isto numa tentativa de se evitar as permanentes subjectividades e

abusos de poder nas mãos dos que o detêm e portanto, servir de base de diálogo pacífico entre os povos.

É neste senda que se posicionam filósofos como Jean Jacques Rousseau, John Locke, século XVII, Emmanuel Kant na construção da ideia de que não só a paz entre os homens era uma realidade alcançável pela centralidade “sacralidade” da pessoa, mas que a cooperação seria o instrumento ideal para se alcançar esta “Paz Perpétua”. O “pacto federativo” criaria a possibilidade de uma paz permanente, que seria gerada pela aproximação dos Estados, uns aos outros, levando a percepção de que a guerra é irracional e a paz e a cooperação vantajosas. A cooperação seria interpretada como um meio para atingir a paz ou a convivência pacífica entre os Estados.<sup>60</sup>

Contrariamente ao intento Kantiano, Maquiavel, Thomas Hobbes, Carl Schmitt, sustentam que as relações entre os homens e os povos são, na sua essência, relações de violência, hostilidade e animosidade. Por isso, “é necessário àquele que estabelece um Estado e lhe confere uma constituição pressupor que todos os homens são maus”<sup>61</sup>, diz Maquiavel. Quando por sua vez para Hobbes todos os homens são naturalmente inimigos, dessa forma, o estado natural dos homens, era a guerra de todos contra todos.

Fruto disso, a historiografia tem sido predominantemente um retrato dessas configurações: dos que cooperam para a paz e dos que cooperam para a guerra. Desde o retrato do “Tratado de Kadesh”, celebrado entre o Egito e o Reino de Hatti no século XII a.C. que procurava solucionar o impasse gerado pela posse da cidade de Kadesh, na fronteira entre os dois Impérios e visava, diplomaticamente, reforçar o sentido de uma cooperação conjuntural entre as partes desavindas, visto como forma de garantir o livre comércio e assim contribuir para a melhoria das condições de vida das populações e para a prevalência da paz na região.<sup>62</sup>

---

<sup>60</sup> Hans Reiss, *Kant: political writings*, Cambridge: University Press, 1970, pp. 116-130.

<sup>61</sup> Monique Castillo, *A Paz: razão de Estado e soberania das nações*, RJ, DIFEL, 2001, p. 6.

<sup>62</sup> <http://timelines.com/1283BC/the-Ramses-hattusili-treaty-treaty-of-kadesh-is-ratified>

Terminada a abordagem mais genérica sobre a cooperação, achamo-nos agora em condições para nos concentrarmos mais para o âmbito das Relações Internacionais que faz dela um instrumento de acção de política externa dos Estados.

### 3. Cooperação na conjuntura das relações internacionais

Dissemos anteriormente que “cooperar é agir conjuntamente com o outro, ou interagir em vista à realização de um fim comum. O sucesso na obtenção deste objectivo comum depende de determinadas condições que a cooperação implica, tais como um consenso em relação aos fins a atingir, a existência de interesses comuns, a confiança recíproca dos actores”<sup>63</sup>, apenas para mencionar alguns. Dialectizando a este respeito, Moisi considera que as emoções serão o principal vector de relacionamento internacional do novo século. Para o autor, a humilhação, o medo e a esperança são as emoções dominantes no sistema internacional e sistematiza quais as reais potencialidades destes na catalisação de algumas dinâmicas que poderão deflagrar, em muitos casos, em conflitos.<sup>64</sup>

Ora, as Relações Internacionais no contexto do seu objecto tal como afirma Max Gounelle lida com todos os domínios da vida social, desde as relações interestaduais, transnacionais, ao conjunto dos fenómenos internacionais até as relações entre os indivíduos ou grupos quer seja no âmbito comercial, cultural, científico e social ou ainda tudo o que diz respeito a trocas de bens ou à circulação de ideias ou informações.<sup>65</sup>

Deste modo a cooperação no contexto das relações internacionais constitui um dos seus principais vectores de estudo.

Aliás, é preciso dizer que esta cooperação por si mesma é uma cooperação internacional, por estar ligada a fenómenos internacionais. Daí toda uma complexidade. Pois, tal como tivemos a ocasião de nos referirmos no ponto 2.1., a

---

<sup>63</sup> Fernando de Sousa e Pedro Mendes, *Dicionário de Relações Internacionais*, Edições Afrontamento, 3ª Edição, Porto, 2014, p. 62

<sup>64</sup> Dominique Moisi, *The Geopolitics of emotion*, London, Bodley Head, 2009, p.24

<sup>65</sup> *Idem*, p. 207

cooperação não só se encontra num terreno neutro mas depende muito de quem a constrói, fins, objectivos, interesses e motivações na concomitância das suas implicações como os consensos e interesses recíprocos.

Internacionalmente essa exigência da cooperação é uma realidade cada vez mais desafiante para qualquer actor e sociedade pela velocidade e mutações por que os fenómenos políticos, económicos, comerciais se interrelacionam agregados num único “cyber café” de informação do mundo globalizado, interdependente e integrado.

Obviamente é irreversível a conjugação de esforços, planos, estratégias, alianças para qualquer propósito. Porque as vidas estão interconectadas, as economias, os altos e baixos das políticas, os problemas sociais afectam a margem de qualquer fronteira num piscar de olho.

Mas foi sobretudo com o incluir da Primeira Guerra Mundial que a necessidade de cooperar, em grande escala, a nível mundial, envolvendo todas as forças vivas da sociedade internacional se fez sentir. Esta cooperação teve absolutamente um único distintivo, o da paz global e desenvolvimento das nações. A imperatividade da coexistência pacífica era a voz de comando.

Deste modo, para os que marcam o nascimento científico das Relações Internacionais enquanto ciência autónoma e sistematizada, diríamos que, também ela “ressuscitar” a semente já presente em todas as sociedades, anteriormente em níveis talvez não muito expressivos, a grande cooperação entre muitas nações nas suas diversas atribuições e operacionalidade. Tal como nos diz Martin, 1999<sup>66</sup>, esta necessidade e percepção, resultou no aparecimento de diversas instituições internacionais com o objectivo de potenciar o relacionamento saudável entre Estados. O melhor destes exemplos, é o aparecimento da Sociedade (Liga) das Nações.<sup>67</sup>

Apesar de desse esforço mundial ter sido visto como um fracasso idealista wilsoniano “kantiano” sob o ponto de vista dos intentos da paz mundial atribuído aos

---

<sup>66</sup> Lisa Martin, “*An Institutional view: international institutions and state strategies*”, 1999, In Hall, John, *International Order and the Future of World Politics*, Cambridge: University Press, pp. 78 – 98.

<sup>67</sup> Fundada em 1919, esta organização internacional foi responsável pelas negociações de paz depois da I Guerra Mundial. Considera-se recorrentemente que foi a antecâmara do aparecimento da ONU (Oppenheim, 2009).

seus teorizadores como utópico, do ponto de vista das Relações Internacionais, como nos afirma Hinsley, 1980<sup>68</sup>, mas pensamos que teria servido como trampolim para os subsequentes esforços de aproximação e cooperação no engajamento para os compromissos globais quer relacionados a manutenção da paz e segurança internacional quer para as diversas formas de cooperação para o desenvolvimento ou ainda no esforço conjunto do combate as grandes endemias aos focos de instabilidade militar, conflitos, terrorismo, ciberterrorismo, tráfico de seres humanos e de drogas. Daí que em 1945, essa mesma vontade das nações de cooperar internacionalmente fez nascer a Organização das Nações Unidas, sendo que desta altura até aos nossos dias milhares de organizações se seguiram, como o caso da OMS, OMC, TPI, FMI, apenas para mencionar estes.

Efectivamente, não é nossa pretensão abordar cada uma das organizações ou outros tipos de cooperação no contexto dessas organizações como a Cooperação para Ajuda ao Desenvolvimento ou ainda da Ajuda Pública ao Desenvolvimento, a descentralizada, cooperação norte-sul ou sul-sul, porque achamos limitar a nossa abordagem para os conceitos mais genéricos e suas dinâmicas nas Relações Internacionais.

#### **e) Perspectivas de cooperação, anarquia e interdependência nas escolas: idealista, realista, liberal e construtivista das relações Internacionais**

##### **1. Teoria Idealista**

Corrente de pensamento nas Relações Internacionais, cujo *focus* são as normas morais e legais e valorização das organizações internacionais.

É com Woodrow Wilson, presidente dos EUA entre 1912 e 1920, que procurando debelar o mal das guerras, sobretudo as da primeira Guerra Mundial, delineou por este efeito, os chamados Catorze Pontos, anexos do Tratado de Paz de Versalhes, numa exigências de as nações procurarem um equilíbrio, buscando através das suas políticas externas acções morais convictos no cultivo do interesse comum pela paz unindo esforços na punição dos estados prevaricadores e assim podendo

---

<sup>68</sup>Harry Hinsley, *Power and Pursuit of Peace*, Cambridge: University Press, 1980, pp. 309 – 322.

defender a ordem internacional pelo consenso moral em instituições como a Sociedade das Nações.

Por outros termos, esta corrente de pensamento em Relações Internacionais, visava impedir uma nova hecatombe de similitude da Grande Guerra e promover a paz. Um utopismo cuja crítica atribuída pelos realistas, nascia com uma postura de intervenção pública clara, de promover e reforçar o ideal de segurança colectiva instituído por Versalhes: autodeterminação dos povos, democratização das sociedades, segurança colectiva por via de arquitecturas parlamentares de concertação internacional da Sociedade das Nações (SdN).

Subjaz, no fundo, uma antropologia muito optimista em relação a pessoa humana; e neste sentido o homem como ser racional ter a capacidade de dialogar, para resolver os seus problemas e ultrapassar suas diferenças. Por meio do debate, da troca de ideias, as paixões guerreiras são passíveis de controlo, e, nos casos em que não seja, a percepção do bem comum prevalecerá, seja entre os governantes, seja nas diversas opiniões públicas mundiais através da cooperação. As diferenças humanas são passíveis de conciliação ou acordo por meio do diálogo, da mesma forma como aos diversos tipos de ética e de moral podem ser reduzidas a um mínimo denominador comum por meio do mesmo expediente.<sup>69</sup>

Deste modo, o espírito/natureza anárquica da Sistema Internacional apesar de se encontrar na relação dos Estados, é controlada, domesticada pela cooperação, diálogo, negociações e acima de tudo na comunhão dos esforços de todos Estados pela garantia da segurança e da paz e sobretudo garantida pelas Instituições Internacionais criadas para este fim, agindo com entidades supraestatais.

---

<sup>69</sup> Inversamente, a percepção de que as várias éticas e morais não podem chegar a um acordo ou compromisso mútuo, seria fruto, na concepção idealista, da falta de diálogo ou da simples cegueira causada por paixões incontroladas. Em contraposição a essa perspectiva, o realismo considera que as morais diversas são, pura e simplesmente, diversas entre si, muitas delas incompatíveis ou mesmo opostas umas às outras. Em tal caso, as únicas opções são a coexistência mais ou menos tolerante (mas tensa de qualquer forma), ou a mútua destruição. Um defensor da radical incompatibilidade entre as visões do mundo foi o grande sociólogo alemão e igualmente grande defensor da glória e da potência alemã, Max Weber (Cfr. Weber, 1977; 1993).

Para esta corrente de pensamento idealista, são tidos como referência os filósofos clássicos como John Locke, Adam Smith, Montesquieu, Immanuel Kant, Jeremy Bretham, John Stuart Mill e John Hobson.<sup>70</sup>

Tal como em Kant, com a “Paz Perpétua” os idealistas foram traídos pelas boas intenções. “De boas intenções está cheio o inferno”, assim nos remarca o adágio popular português! Mas com muita convicção acreditavam os idealistas de que mais cooperação forja um caminho certo para a paz entre as nações. O quê que realmente não foi bem percebido, o conceito de paz ou o de cooperação? Serão dicotómicos os dois conceitos? Quanto mais interdependentes são as sociedades mais se verificam os conflitos e com tendência a se intensificarem? Serão questões que os realistas hão-de se propor responder aos idealistas.

## 2. Teoria Realista

O realismo político surge como resposta ao descalabro da Segunda Guerra Mundial e segundo seus críticos, da utopia com que os idealistas projectavam o cenário político internacional. Para estes pensadores de Relações Internacionais, o “Estado é o único actor do sistema internacional; é um actor unitário; racional; e a segurança nacional ocupa o topo da hierarquia dos assuntos internacionais.”<sup>71</sup> No entanto, não constitui propriamente uma teoria unificada, já que inclui autores com perspectiva teóricas não necessariamente idênticas mas que convergem na ênfase ao poder e sua procura constante e à condição particular do campo internacional. A corrente é dotada de pessimismo antropológico a respeito da pessoa, onde os Estados à semelhança dos indivíduos são essencialmente entes egoístas. Autores como Reinhold Neibuhr (1892-1917), Hans Morgenthau (1917-1980), Raymond Aron (1905-1994) e John Herz (1914-1993), entre outros, são considerados “realistas clássicos”. Porém, são apontados como predecessores do Realismo, para além de Tucídides, pensadores como Maquiavel, Thomas Hobbes, Jean-Jacques Rousseau, Hegel, Max Weber e Carl Schmitt. Hobbes, por exemplo já preanunciou a natureza anárquica que viviam os Estados pela ausência

---

<sup>70</sup>Guilherme Silva e William Gonçalves, *Dicionário das Relações Internacionais*, p.155.

<sup>71</sup> Fernando Sousa, *Dicionário de Relações*, p. 245

duma instância soberana com o poder de fazer com todos respeitem as leis por ela instituída.

A distinção no campo da filosofia política entre uma perspectiva “realista” e uma “utópica” foi introduzida por E. H. Carr, no final dos anos 30, no clássico, *The Twenty Years' Crisis, 1919-1939*. Para este autor, o realismo político implicava na consideração da dimensão política como envolvendo conflito de poder e a distinção entre moral e política, no sentido que a política não é função da ética, como seria o caso da visão utópica, mas a ética é função da política. A “moralidade é produto do poder”, argumentava Carr.<sup>72</sup>

A sistematização da perspectiva realista nas Relações Internacionais foi efectuada, porém, por Hans Morgenthau. Em *Politics Among Nations: the Struggle for Power and Peace (1948)* aquele autor expõe os seis princípios do realismo. Estes princípios têm uma natureza dupla na sua formulação. Por um lado, constituem um guia para a acção dos estadistas na tradição iniciada por Maquiavel. Por outro, descrevem as “realidades objectivas” da acção política permitindo ao estudioso das Relações internacionais a sua sistematização teórica. Dentre eles, mencione-se o “conceito de interesse nacional definido em termos de poder”, conceito que tornaria possível a elaboração de uma teoria da política internacional, separada de outros campos do conhecimento, uma vez que aquele conceito impõe ao atores da política uma “disciplina racional na acção”, criando uma continuidade surpreendente na política externa de países os mais diversos, independentemente dos motivos, preferências e qualidades morais e intelectuais de seus estadistas. Também para Morgenthau a acção política deve ser guiada pela ética da responsabilidade e não por princípios morais abstractos. A prudência, a ponderação das consequências de acções políticas alternativas, é a virtude suprema na política.<sup>73</sup>

Sem ser nossa pretensão abordar cada uma dos realistas nos seus aspectos políticos mais específicos, grosso modo, o realismo clássico destaca-se pela abordagem

---

<sup>72</sup>Maria Regina Soares Maria, *Teorias e Conceitos de Política Internacional*, IRI/PUC-Rio, Setembro de 2001, p.5.

<sup>73</sup> *Ibidem*



do poder como ideia central do pensamento, claro tirando os aspectos já mencionados como a segurança do próprio estado e o interesse nacional. Será, por exemplo, a concentração do poder que irá distinguir a política nacional/doméstica da internacional.

Em um texto clássico que, inclusive, antecipou várias das transformações teóricas operadas no realismo político, Arnold Wolfers (1962) observou que os realistas elaboraram dois argumentos para explicar por que os Estados agem de acordo com o postulado pela teoria. No primeiro deles, exemplificado na obra de Morgenthau, a aspiração de poder é inerente à natureza humana. “A tendência a dominar é um elemento de toda associação humana”, escreve o autor. (Morgentahu, 1971, p. 32). A outra explicação enfatiza o “dilema de segurança” em que estão imersos os Estados na anarquia. Assim, a insegurança de um sistema de múltiplas soberanias coloca os Estados na necessidade defensiva de buscar mais poder, mesmo que assim procedendo prejudique seus verdadeiros interesses. Formulado por John Herz (1951), o dilema implica que se cada um dos Estados buscar individualmente a sua segurança, o resultado será a insegurança de todos os demais.

O poder também é fundamental para a estabilidade internacional que depende em última análise de instituições baseadas no próprio poder. Desta forma, o mecanismo central para regular o conflito internacional é a “balança de poder” que implica em um equilíbrio das capacidades de forma tal que a maior força de um Estado seja compensada pelo aumento da força de um outro ou pela extensão das aliança entre Estados. Para os realistas clássicos, o equilíbrio de poder tanto pode ser utilizado para descrever uma determinada realidade, como constitui uma prescrição à acção. Na verdade a política de equilíbrio é quase uma decorrência inevitável da anarquia internacional e da inevitabilidade do conflito em um mundo de soberanias múltiplas. Segundo Aron na sua obra magna, Paz e Guerra entre as Nações (1962), esta política constitui imperativo da prudência: na medida em que os Estados não reconhecem qualquer árbitro ou lei superior às suas respectivas vontades nacionais, o objectivo principal de todos eles é preservar sua independência, evitando a todo custo ficar à mercê daqueles Estados com força superior a sua.

A operacionalização da política de equilíbrio consiste em impedir que os outros Estados acumulem forças superiores a de seus rivais.

De fato, a maior preocupação dos realistas é garantir a autonomia e a liberdade das potências, reafirmando a pluralidade entre elas no sistema interestatal. O próprio Morgenthau é explícito com relação ao destino dos países pequenos e sem poder. Não apenas os últimos podem ser o objecto da política de equilíbrio e compensações entre as potências, como a eles está vedada a escolha de políticas de equilíbrio, restando apenas a aliança com um dos mais fortes para impedir ser dominado pelo outro, estratégia que realistas posteriores chamariam de *bandwagoning*, conceito utilizado nos estudos sobre comportamento eleitoral.<sup>74</sup>

O mesmo é dizer que “... numa sociedade anárquica, os estados cumprem os seus objectivos de segurança, quer através de instrumentos cooperativos quer através de instrumentos conflituais.”<sup>75</sup>

Não obstante a corrente realista ser um dos principais pilares das Relações internacionais, esta tem sido desafiada não somente porque não conseguiu prever o colapso implusivo da antiga URSS, mas sobretudo pela incapacidade e incompatibilidade teórica e analítica quanto a abordagem da emergência económica no plano internacional junto duma cooperação institucionalizada onde nem sempre há interesse do uso da força ou em que o estado é o único actor; razão pela qual se exige um alargado espectro de reflexão cujos instrumentos ultrapassam os realistas. Na conjuntura dessas críticas encontra-se os liberais “institucionalistas” Robert Keohane e Joseph Nye, evocando para o caminho da interdependência complexa.

Neste item deixamos de forma deliberada um nome muito importante e do seu pensamento realista estrutural, Kenneth Waltz. Pela relevância, preferimos enquadrá-lo no ponto 3, sobre as consequências da anarquia e oportunidade da interdependência no contexto da cooperação.

---

<sup>74</sup> Fernando Sousa, *Dicionário de Relações*, p. 176

<sup>75</sup> James E. Dougherty e Robert L Pfaltzgraff, *Relações Internacionais: As Teorias em Confronto*, 2ª Edição, Gravita, Lisboa, 2003, p. 641

### 3. Teoria Liberal

Data-se a sua fundação a partir dos anos 1950, mas é a partir dos grandes nomes de historiadores e teóricos, fazedores de política internacional, tais como Martin Wight (1991) e Hedley Bull (1977) que se destaca a escola.

Partindo de uma reacção ao realismo, sobretudo na sua carga excessiva do pessimismo antropológico hobbsiano do homem, mesmo sendo sistémico, traça a sua formulação teórica no conceito de sociedade internacional e ou mundial, em vez do conceito mais tradicional de sistema internacional.<sup>76</sup> Para a Escola Inglesa, o objecto de estudo das Relações Internacionais deve centrar-se na sociedade internacional, ou seja, mais do que um simples sistema de interacção entre unidades, existe uma sociedade internacional que precisa de ser analisada.

Na definição de Hedley Bull, “uma sociedade de Estados (ou sociedade internacional) existe quando um grupo de Estados, consciente de certos interesses e valores comuns, forma uma sociedade no sentido de que se concebem a si mesmos como obrigados por um conjunto comum de regras em suas relações uns com os outros e compartilham o funcionamento de instituições comuns” (Bull, 1977, p.1).<sup>77</sup> Ora, falar de sociedade internacional significa sublinhar interesses e valores comuns, bem como regras e instituições comuns.

Assim para Bull, ordem internacional implica determinados padrões da actividade internacional que garantam os objectivos primários da sociedade de Estados, quais sejam: a preservação do sistema e da sociedade de Estados; a manutenção da independência ou a soberania externa dos Estados individuais; o objetivo da paz, ou pelo menos da ausência de guerra. Um quarto conjunto de objectivos é comum à toda vida social: limitação da violência, a manutenção da palavra empenhada e a estabilização da posse ou das regras de propriedade. Na sociedade internacional estes últimos estão representados pela cooperação entre Estados para

---

<sup>76</sup> *Idem*, p.177

<sup>77</sup> Hedley Bull, *The Anarchical Society*, London, The Macmillan Press, 1977, p.1

manter seus respectivos monopólios da violência, pelo princípio da *pacta sunt servanda* e pelo reconhecimento mútuo da soberania.<sup>78</sup>

Para o autor, as principais instituições internacionais são: a balança de poder; o Direito Internacional; a diplomacia; o sistema de regulação das grandes potências e a guerra. Existe porém um limite para a autonomia destas instituições que é dado pela própria natureza interestatal da sociedade internacional. Nesta, a responsabilidade pelo desempenho de todas as funções de governo no plano mundial – fazer as regras, dar a elas publicidade, administrá-las, interpretá-las, legitimá-las, modificá-las, protegê-las e torná-las obrigatórias – recai sobre uma mesma instituição, o Estado. Nesta tarefa ele é auxiliado pelas instituições acima mencionadas. Estas últimas são a expressão dos elementos de cooperação entre os Estados no desempenho de suas funções políticas e, simultaneamente, constituem meios/instrumentos para implementar a colaboração entre eles. Em última análise, porém, é o Estado que constitui a principal instituição da sociedade de Estados.<sup>79</sup>

Finalmente, na escola inglesa Hedley Bull concorda com a anarquia, mas de forma diferente: sociedade anárquica (inspirada na definição de estado de natureza de John Locke). Ou seja, a realidade anárquica dos estados ligados directamente aos aspectos de ordem societários e transnacionais reguladas pelo princípio normativo da política mundial. “Os Estados podem ser autónomos, pois não existe autoridade acima deles, mas não são autárquicos/atomizados, uma vez que estão imersos em um sistema social. O título do livro de Bull, *The Anarchical Society* é a expressão desta combinação. É esta realidade que possibilita que possa haver cooperação entre eles em muito maior grau do que aquela possível no realismo.”<sup>80</sup>

#### 4. Construtivismo

Diz-nos Emanuel Adler (2003), que o “construtivismo representa uma postura metafísica, uma teoria social e uma perspectiva empírica.”<sup>81</sup> É das abordagens

---

<sup>78</sup> Maria Regina Lima, *Teorias e Conceitos de Política Internacional*, p. 16.

<sup>79</sup> *Idem*, 16

<sup>80</sup> *Idem*, p 17

<sup>81</sup> Guilherme Silva e William Gonçalves, *Dicionário das Relações Internacionais*, p. 31.

sociológicas e filosóficas, reflexológicas sobretudo das hermenêuticas objectivas e subjectivas, juntamente com a teoria crítica e do pragmatismo que o construtivismo encontra a sua razão seminal no âmbito das Relações Internacionais. O seu pendor reflexivista gnosiológico leva-lhes a questionar a existência de qualquer conhecimento objectivo sob o argumento de que a realidade se origina de interpretações e padrões de comportamento provenientes de práticas históricas.<sup>82</sup>

A existência de actores estatais como entidades essencial para a análise do Sistema Internacional, não é colada em questão; porém, essas “relações entre Estados não são definidas com base em interesses nacionais fixos, mas por padrões de comportamento e de identidade que se transformam com o tempo.”<sup>83</sup> Tal como nos afirma Alexander Wendt (1992), um dos grandes mentores do construtivismo, com a sua obra intitulada: *Anarchy is what States Make of it: The Social Construction of Power Politics*, “dizer que a estrutura é social é, seguindo Weber, afirmar que os actores levam em conta os outros ao escolher as suas acções”.<sup>84</sup> Daí que, para Wendt, mesmo aceitando a ideia de anarquia internacional, este será um conceito vazio senão ficar impregnado de lógica em função da estrutura, no sentido do estoque de conhecimentos partilhados ou da cultura política, que dá conteúdo e formato à anarquia. Para o autor, segundo a professora Maria Regina (2001), a estrutura e as tendências de sistemas anárquicos depende de qual dos três papéis – inimigo, rival ou amigo – é dominante nestes sistemas e, conseqüentemente, os Estados estarão sob pressão para internalizar aquele papel nas suas identidades e interesses. Um dos exemplos apontados é o da Guerra Fria, ela enquanto estrutura social. A Guerra Fria existiu apenas enquanto os actores sociais se entendiam como inimigos, e terminou quando essa identificação antagónica se extinguiu.

Seguindo ainda o pensamento de Alexander Wendt, para os construtivistas, as estruturas não possuem nenhum significado, a não ser quando relacionadas às identidades. Ademais, “a anarquia [ou capacidade material] não são capazes de

---

<sup>82</sup> *Idem*, p.31

<sup>83</sup> *Ibidem*

<sup>84</sup> Alexander Wendt, *Social Theory of International Politics*, Cambridge University Press, 1999, p.249.

explicar o comportamento do Estado e suas relações. Não é possível saber em que medida dois Estados se relacionam ou mesmo o tom desse relacionamento apenas pela aferição de sua capacidade militar ou económica.”<sup>85</sup>

Portanto, o construtivismo quer nos fazer perceber que a cooperação quer seja num ambiente anárquico e/ou interdependente, é uma construção social. Extrapolando Wendt, diríamos que “is what states [indivíduos, comunidade, sociedade] makes of it”.

#### **f) Consequências da anarquia num mundo cada vez mais interdependente**

A principal consequência da anarquia, para Kenneth Waltz, é a guerra. Waltz para chegar a esta conclusão, parte da reflexão lógica e dedutiva sobre as indagações da ordem no sistema internacional e a sua relação com política doméstica. “The state among states, it is often said, conducts its affairs in the brooding shadow of violence. Because some states may at any time use force, all states must be prepared to do so or live at the mercy of their militarily more vigorous neighbors. Among states, the state of nature is a state of war. This is meant not in the sense that war constantly occurs but in the sense that, with each state deciding for itself whether or not to use force, war may at any time break out.”<sup>86</sup>

Apesar desta consciência do factor anárquico da natureza do próprio sistema internacional que conduz os Estados à guerra, Kenneth Waltz afirma que a questão não está apenas pela ausência de um governo mundial na conjuntura da política internacional, já que internamente também se pode ter guerras. Waltz, serve-se dos exemplos das guerras mais destrutivas como as Napoleónicas dos cem anos culminadas com a sua derrota; a rebelião chinesa de Taiping; a guerra civil americana; as rebeliões da América Latina e da África<sup>87</sup>.

---

<sup>85</sup> Guilherme Silva e William Gonçalves, Dicionário das Relações Internacionais, p. 32.

<sup>86</sup> Kenneth Waltz, *Consequences of anarchy*, p.39

<sup>87</sup> *Idem*, p.39

Mas há outras: a balança de poder – se todos os Estados têm como principal objectivo sobreviver, então devem seguir estratégias moderadas de defesa da sua segurança (maximização da segurança, e não no poder) – assim nos elucidam os realistas defensivo. Nisto, John Mearsheimer,<sup>88</sup> diz que “States in the international system also aim guarantee their own survival. Because other states are potential threats, and because there is no higher authority to come to their rescue when they dial 911, states cannot depend on others for their own security. Each state tends to see itself as vulnerable and alone, and therefore it aims to provide for its own survival.”

Mearsheimer é um realista ofensivo, que entende que os Estados para garantirem a sua segurança têm de acumular o máximo de poder que conseguirem obter, nenhum Estado está satisfeito com o seu poder e que a lógica da anarquia é a acumulação de poder, com tendência para a hegemonia imperial.

Apprehensive about the ultimate intentions of other states and aware that they operate in a self-help system, states quickly understand that the best way to ensure their survival is to be the most powerful state in the system. The stronger a state is relative to its potential rivals, the less likely it is that any of those rivals will attack it and threaten its survival. Weaker states will be reluctant to pick fights with more powerful states because the weaker states are likely to suffer military defeat.”<sup>89</sup>

Aron acrescenta outro tipo de classificação do Sistema Internacional: homogéneos e heterogéneos. Esta classificação serve para distinguir sistemas anárquicos com valores e instituições comuns e os sistemas onde isso não acontece – podendo não haver sequer uma linguagem comum. Pode-se dizer, no limite, que a Guerra Fria criou “dois sistemas internacionais” porque não existia homogeneidade moral, não havia linguagem comum.

Aron designa, assim, os sistemas homogéneos como aqueles que reúnem estados de regimes análogos, que partilham uma mesma concepção da política, que se

---

<sup>88</sup> John Mearsheimer, *Anarchy and the struggle for Power*, In the Tragedy of Great Power Politics, New York and Lond: WW Nort \$Company, p. 33.

<sup>89</sup> *Idem*, p.33

subordinam ao cumprimento das mesmas regras e que reconhecem os interesses comuns que os unem, a despeito dos interesses nacionais que os podem separar. A homogeneidade do sistema favorece a distinção entre inimizade e competição, evidencia uma solidariedade natural, uma moderação das pretensões e uma limitação da violência nas relações entre estados que partilham a mesma cultura e os mesmos princípios políticos. Num sistema homogéneo, os estados podem ficar indiferentes às mudanças internas dos outros estados, desde que estas não impliquem uma alteração substancial do sistema.<sup>90</sup>

Raymond Aron caracterizou a Guerra Fria com uma fórmula bem conhecida: «paz impossível, guerra improvável»<sup>91</sup>. Nesse impasse, Aron defende que «cada um dos blocos tende a empregar, para uso interno, uma fórmula da Santa Aliança», que é uma fórmula de reconhecimento da homogeneidade assente na comunidade militar e político-ideológica dentro de cada um dos dois blocos.<sup>92</sup> Aron designa, em contraponto, os sistemas heterogéneos como aqueles que congregam estados organizados segundo princípios diferentes, postulando valores contraditórios. A natureza heterogénea não questiona, necessariamente, o parentesco cultural profundo dos membros, em tempo de paz, mas, após o início das hostilidades, a instabilidade agrava-se pela intensidade da guerra, tornando difícil, ou impossível, uma paz negociada, sobretudo quando a subversão do governo inimigo se torna um dos objectivos estratégicos.<sup>93</sup>

---

<sup>90</sup> A perspectiva de Aron assemelha-se à posição de Morgenthau que refere que o equilíbrio no sistema internacional só é possível quando as suas partes constitutivas interagem entre si sem se anular mutuamente. Morgenthau, Hans – *Politics Among Nations*. Nova York: Alfred A. Knopf, 1954, pp. 185-186. Neste âmbito, Aron acrescenta que a homogeneidade das elites e da nação inferem na capacidade de influência externa de um Estado, face aos estados aliados e aos estados neutros, bem como permite uma maior resistência à subversão e à chantagem externas, distinguindo, em termos dos objectivos das guerras, entre a «guerra social e a guerra político-económica», no âmbito das tipologias da guerra. Cf. Aron, Raymond – *Paix et guerre entre les nations*, pp. 440-441, 351-352.

<sup>91</sup> Aron diz que a paz é impossível, por não poder existir uma verdadeira paz com um regime totalitário ideologicamente ofensivo, e que a guerra é improvável, enquanto prevalecer a dissuasão estratégica entre os detentores das armas nucleares. Aron, Raymond – *Le grand schisme*, pp. 13 e 31.

<sup>92</sup> ARON, Raymond – *Paix et guerre entre les nations*, 2004, p. 109.

<sup>93</sup> *Ibidem*



### **g) Algumas considerações**

As ciências oferecem-nos saberes objectivos e subjectivos mas nunca dogmas. Por isso, por mais que se possa explorar um tema, ficará sempre uma certa insaciabilidade no amago de cada investigador.

E qual é a nossa insaciabilidade depois de termos feito este percurso investigativo sobre a cooperação nas relações internacionais?

Podemos afirmar que o primeiro passo foi cumprido: o de indagar o conceito enquanto tal a partir da sua etimologia. Mesmo não sendo o propósito primário dessa investigação, no entanto a ele ligado, pois para se teorizar o conceito sob o ponto de vista das relações internacionais era fundamental que se desconstruísse e no processo da sua construção pudéssemos aproveitar todas as contribuições que fazem compreender as diferentes abordagens científicas do universo interdisciplinar das relações internacionais.

Já para os passos subsequentes, queremos reafirmar que ao fim desse peregrinar teórico nas sendas da cooperação, continuar a cogitar! Porque cogitando, não só descobrimos a nossa existência “cogito ergo sum”, mas porque nos abre sobretudo na relação com o outro: “eu sou, porque somos” (Filosofia Bantu ou Ubuntu Africano). Sou enquanto somos de entes relacionáveis, “cooperativo”; sendo que a nossa existência ganha significado e identidade apenas em relação ao outro não importa se de forma egoísta e altruísta.

Enfim, se a cooperação não é sinónimo de paz, pelo menos faz duas caras da mesma moeda fazendo de um e doutro oportunidade para diálogo e construção de uma convivência possível na prevenção permanente de conflitos e guerras. Este é o nosso olhar optimista para a cooperação como conceito transversal no contexto das relações internacionais.

No entanto, no próximo item abordaremos com mais profundidade sobre o contexto da definição do objecto de estudo apoiando-nos na descrição da análise histórica das relações entre os dois Estados.

## II. 2. Definição do objecto de Estudo

A análise da política de cooperação entre os dois Estados (Angola e Portugal), permitir-nos-á compreender o percurso, a evolução, as rupturas e continuidades entre estes, e, pelo enquadramento da teoria da interdependência complexa, buscará compreender como os factores da mútua dependência económica têm impactado o processo de cooperação bilateral e em que medida os constrangimentos domésticos e oportunidades internacionais afectam suas escolhas em matéria de política externa.

Angola e Portugal vão assinalar quatro décadas do estabelecimento de relações diplomáticas, cujo papel da cooperação entre os dois actores perpassaram por várias e diferentes fases em diferentes períodos históricos, políticos e económicos, definidos como momentos de reaproximação, de conflito, de abrandamento e de pragmatismo, da cooperação assistencialista do modelo Norte-Sul, doador-receptor e paulatinamente a ser substituída por uma cooperação mais horizontal, de reciprocidade e mútua dependência, vantagens e triangular com a emergência económica de Angola. Estas relações sobreviveram, ainda, aos impactos endógenos de cada parte, desde a “(in)definição” duma política mais europeísta, atlantista e africanista e/ou ambos, para Portugal, e, para Angola, desde os conflitos/guerra civil de três décadas entre os movimentos nacionalistas e mais tarde partidos políticos a pura dependência económica; no plano internacional para os dois, o contexto da guerra fria e suas influências ideológicas entre os blocos do Leste e do Ocidente a crise financeira e interdependências; ainda dum contexto internacional bipolar para o iminentemente uni-multipolar e multipolar de facto.

As relações entre a República de Angola e a República Portuguesa foram formalizadas no dia 26 de Junho de 1978, pelos presidentes António Agostinho Neto e Ramalho Eanes, dois anos depois do reconhecimento da Independência de Angola, a 11 de Novembro de 1975.

Inicialmente, e ao longo de algum período, do ponto de vista político-diplomático, estas relações foram caracterizadas por um momento de acentuada tensão e crispação entre as duas partes, sobretudo durante os mandatos de Mário

Soares<sup>94</sup> pela alegada parcialidade no conflito entre o governo de Angola, liderado pelo MPLA e a UNITA.

Esta distensão e uma determinada reaproximação entre os dois Estados começaram com o X governo do PSD, liderado por Aníbal Cavaco Silva, a partir de 1985 e subsequentes governos de Guterres, Durão Barroso e Sócrates.

O ambiente favorável entre as duas partes permitiu com que Portugal participação na TROIKA das conversações entre o governo, liderado pelo MPLA e a UNITA, culminando com a assinatura do protocolo de paz em Bicesse, a 31 de Maio de 1991.

Com a criação da CPLP, em 1996, veio de certo modo reforçar o clima de reaproximação e de cooperação bilateral entre os dois actores marcada, neste mesmo ano, pela quinta sessão da Comissão Bilateral Angola-Portugal.

No entanto, apesar do envolvimento das duas partes quanto ao reforço da cooperação e amizade, demonstrado com os diferentes protocolos, acordos e memorando, nomeadamente no âmbito do Programa de Reabilitação Comunitária (PRC) à luz do Acordo Geral da Cooperação, seguidas de visitas de proeminentes figuras das duas partes, como duas presença de José Eduardo dos Santos a Lisboa, as presenças de Aníbal Cavaco Silva, Durão Barroso, António Guterres, José Sócrates, demonstrando o nível de interesse político e diplomático, tendo como resultado na adopção e assinaturas dos PIC (Programas Indicativos de Cooperação)<sup>95</sup> em 1999, com a duração de três anos, visando a promover das condições sociais e da saúde a valorização dos recursos humanos e naturais, o apoio a consolidação das instituições e desenvolvimento socioeconómico sustentável; estas relações de cooperação

---

<sup>94</sup> Mário Soares declarou-se amigo incondicional de Jonas Savimbi, o líder da UNITA, e isso foi o suficiente para o afastar dos amores palacianos de Luanda, seus arredores e mais de meia Angola. As simpatias, se as gozou, foram garantidamente num único ponto da geografia angolana, Jamba, o bastião onde se escondeu o amigo Savimbi para fazer a guerra pelo poder que estranhamente os aproximou. (<http://www.angonoticias.com/Artigos/item/53196/mario-soares-nas-memorias-de-ca>)

<sup>95</sup> O PIC (Programa Indicativo de Cooperação) resulta do quadro de cooperação bilateral entre Portugal e seus parceiros (Angola e outros PALOP), assinados para um período de três anos, que se desdobra em Planos Anuais de Cooperação (PAC). Os PIC enquadram a cooperação a se desenvolver entre Portugal e cada um dos países e estabelece as linhas de força que vão reger o contributo português para o desenvolvimento económico e social do país parceiro.

ganharam um outro rumo efectivamente apenas com a assunção da paz em Abril de 2002, pois permitiu a reposição e extensão da administração pública em todo o território nacional angolano e, coincidentemente com a explosão do preço do petróleo do mercado internacional, fez com que o país atingisse níveis acelerado de desenvolvimento económico no sentido de tornar o mercado angolano cada vez mais favorável às empresas portuguesas e sua mão de obra até aos anos de 2010.

Assim, se de um lado os PIC<sup>96</sup> 2000 a 2002; 2002 a 2004; 2004 a 2006; 2007 a 2010, é um vector fundamental na cooperação entre Angola e Portugal, por outro, a sua exequibilidade e prestação de contas encontravam-se aquém do desejado.<sup>97</sup>

Porém, não obstante a avaliação dos PIC apresentar os constrangimentos de transparência de execução acima apontadas, os mesmos surgem no âmbito e desejo de consolidar e projectar as relações entre os dois Estados através da garantia da “amizade e afinidade” entre os dois povos e na vontade de contribuir e apoiar o desenvolvimento equilibrado e sustentado no contexto regional e internacional, definidas por princípios de alinhamento, concentração, apropriação e eficácia<sup>98</sup>.

Perante a definição deste objectivo como princípios basilares da cooperação entre Angola e Portugal, surge umas das questões que está na origem da presente investigação: *De que forma a interdependência afecta as relações de cooperação entre os dois Estados (Angola-Portugal)?* Ou, dito de outra forma, *como é que ela (interdependência) influencia a formulação e decisão de política externa dos dois Estados?*

Tal como fora enunciado nos pontos anteriores, a literatura de Relações Internacionais apresenta uma grande lacuna quanto ao estudo das relações de cooperação entre Angola e Portugal na dimensão de relações de cooperação interdependente do ponto de vista económico e, consequentemente, da análise das

---

<sup>96</sup> O primeiro PIC teve lugar no período 2000 a 2002, com uma dotação financeira a volta dos 75 milhões de dólares, mas a sua execução ficou na ordem de 30%. O segundo cobriu o período de 2004 a 2006, com a dotação de 60 milhões de euros, tendo uma taxa de execução aquém das expectativas.

<sup>97</sup> Cfr. Relatório de avaliação do PIC 2004-2006.

<sup>98</sup> Cfr. Memorando de Entendimento entre Portugal e Angola relativo ao Programa Indicativo de Cooperação para o quadriénio 2007-2010.

medidas advindas dos constrangimentos domésticos e oportunidades internacionais com o impacto nas suas escolhas em matéria de política externa entre os dois Estados. Ou seja, a densa relação económica entre os dois actores não é seguida por uma abordagem académica e científica na área das Relações Internacionais. A âncora académica, motivo de desenvolvimento analítico de qualquer sociedade, no sentido de tratamento rigoroso, objectivo, não politizado de matéria desta índole vantajoso para os dois países, a constatação é de uma vazia absoluta, cujas razões não foram constituem matéria de análise para essa investigação. Na afirmação de Manuel Ennes Ferreira “a natureza problemática da relação bilateral tal como foi reconceptualizada no início dos anos 90 – um dos open secrets da vida política portuguesa da última década e meia – está praticamente ausente de discussões públicas sérias e de publicações académicas, cujo carácter se esgota na mini-indústria de entusiasmo lusófono e nas úteis mas enfadonhas descrições factuais de investimento português em Angola.”<sup>99</sup>

Sublinha-se, desde logo, que a selecção dos eixos de análise deste estudo, consubstanciado em político-diplomático, económico-comercial e exposição internacional ficam longe de abarcar a totalidade e complexidade existentes e que envolvem as relações de cooperação entre os dois países. Aqui, estamos a falar, por exemplo, o vector relacionamento ao relacionamento social e de diversos agentes da sociedade civil, a realidade interventiva e de valor da diplomacia cultural entre os dois países.

Quanto ao período de análise central à presente investigação situa-se desde a assinatura do Memorando de Paz no Luena, em 2002, devolvendo condições efectivas a expansão da administração pública a nível do território angolano ausente desde 1975, propiciando deste modo para um ambiente de comércio doméstico e de cooperação internacional aos tempos actuais; coincidentemente, em 2002, é assegurado a substituição do Escudo como moeda de Portugal para Euros, e, o ano de 2003 ficou marcado também pelas mudanças profundas de alterações da definição de

---

<sup>99</sup> , Ricardo Soares Oliveira, “*Sobre as relações entre Portugal e Angola ao fim de trinta anos: um ensaio crítico*”, Relações Internacionais, n.º 8, Dezembro, 2005, p. 1.

um modelo português de diplomacia económica e promoção externa do comércio, do turismo e do investimento estrangeiro.

## **2.1. Breve Caracterização Histórica**

Neste item irá ser abordado particularidades históricas, políticas, económicas, sociais e do contexto internacional que sustentaram e condicionaram a forma como Angola desenvolveu e continua a desenvolver sua relação com Portugal.

Vinte sete anos depois, o 04 de Abril de 2002 é o ano considerado da paz em Angola. Nesse dia foi assinado o Memorando de Entendimento de Paz no município do Luena, província do Moxico, em Angola entre o governo e a UNITA. Constitui o marco histórico do fim das guerras e de conflito armado de quatro, dividido entre a luta de Libertação Nacional iniciada em 1961 e do conflito armado entre inicialmente os movimentos FNLA, MPLA e UNITA e por fim simplesmente entre o governo liderado pelo MPLA e a UNITA desde 1975, ano da independência de Angola, até então, sob o domínio colonial português ocupada a volta de 500 anos.

O novo quadro político e militar de paz e estabilidade do país, apesar da vasta destruição das infra-estruturas e do tecido humano e social estar destruído pelas circunstâncias de guerra, cujo breve balanço encontra-se descrita abaixo (Vide tabela 1), vislumbra-se o desafio da reconstrução humana, social e de infra-estrutura que se transformou em oportunidade para trabalho. Por meio do programa que ficou conhecido de “Programa de Reconstrução Nacional” no qual se ajustou a “Estratégia de Combate à Pobreza” delineada pelo governo angolano no sentido de priorizar a Reinserção social dos deslocados, militares desmobilizados e repatriados, desminagem, segurança alimentar humana e desenvolvimento rural, educação, saúde; recuperação de infra-estruturas básicas e equipamentos sociais, emprego e formação profissional; Boa governação e gestão macroeconómica, a partir do biénio 2002-2004.<sup>100</sup> De referir que é a margem deste programa traçado pelo governo angolano que se enquadram os compromissos dos Memorandos de Cooperação com Portugal

---

<sup>100</sup> Cfr. Discurso do Embaixador José Marcos Barrica no quadro do Almoço-Debate sob o tema, Angola: Os novos rumos de desenvolvimento, realizado a 10 de Abril de 2014.

denominados PIC (Programa Indicativo de Cooperação) com acordos renováveis de dois em dois anos, cuja menção se fez anteriormente.

**Breve balanço da Guerra Civil de 27 anos em Angola**

Mortos	1 Milhão
Mutilados e estropiados	200 Mil
Órfãos	50 Mil
Deslocados	4,5 Milhões
Refugiados	600 Mil
Minas e outros engenhos explosivos em campos agrícolas e via de acesso	2 Milhões
Destruição de estradas, pontes, aeroportos, barragens, linhas de transporte de energia eléctrica, caminho-de-ferro	20 Mil milhões
Destruição de hospitais, centros de saúde, escolas, pavilhões desportivos, repartições públicas	10 Mil milhões

Tabela 1. Cfr. Fonte: Adaptado do Discurso do Embaixador angolano em Portugal, Dr. Marcos Barrica, realizado no quadro do Almoço-Debate com o tema: “Angola: Os novos rumos do desenvolvimento.

No conjunto desse balanço “trágico” do fim da guerra civil, nas palavras de Marcos Barrica, embaixador de Angola em Portugal, encontramos no percurso da reconstrução com a subida do preço do petróleo, permitindo um rápido crescimento económico do país avaliados, segundo a revista the Economist, em dois dígitos, apresentando-se com o segundo maior Produto Interno Bruto (PIB) da região austral do continente africano, avaliados até 2010 em 87,5 bilhões de dólares, vindo duma contracção de 0,9% em 2009 (EIU, 2010), estimativas apontadas para uma média mundial de crescimento de 11,1%, comparadas apenas com o crescimento da China nessa altura.

Todavia, apesar desse crescimento rápido da economia demonstrado pelo PIB, o mesmo não se reverteu para o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) aceitável, fruto em parte das políticas precárias de fiscalização, transparência e corrupção colocados como vectores estranguladores da distribuição da riqueza do país, espelhado pelo Índice de Bem Estar da População (IBEP), lançado pelo governo

(ANGOLA, 2010), assinalando os 36,6% a viverem abaixo da linha da pobreza, numa renda diária de 2 dólares; números que outras fontes colocam esta percentagem num nível mais superior.

No entanto, a carteira da balança do comércio, fruto das exportações essencialmente do petróleo, em 90% do total da Balança Comercial Angolano (Vide tabela abaixo), é notório como a dependência da indústria extractiva contribuiu, entre 2003 e 2011, com 80% dos fluxos de IDE e como continuará a ser a maior fonte de atracção de capital estrangeiro, revela o estudo da Ernest Young.<sup>101</sup>

#### **a. Contexto político-diplomático**

O 25 de Abril de 1974, e o 11 de Novembro de 1975, datas que marcam para Portugal e Angola, o fim de um longo círculo de presença efectiva dos 500 anos de colonização, dos quais, 14 anos de guerra entre o exército português e as forças de resistência angolana, desde 1961 até à data da independência, em 1975<sup>102</sup> e a queda do fascismo em Portugal, a 25 de Abril de 1974.

Com a independência de Angola, a 11 de Novembro de 1975, até aos tempos actuais, as relações bilaterais de Portugal e Angola, testemunharam bloqueios, estagnações, mediações, avanços, seja no plano político-diplomático, seja no económico-comercial e na cooperação aos vários níveis. Ou seja, nem sempre essas relações, consideradas de amizade, foram pacíficas entre os dois Estados. Por exemplo, apesar de Portugal ter reconhecido o governo angolano três meses depois da sua independência, isto na segunda metade de Fevereiro ano seguinte, já no mês de Maio do mesmo ano, Portugal encerrava a sua Embaixada em Luanda.<sup>103</sup> Era apenas o início do “ciclo de males entendidos”, indefinição, que apesar de tudo, sempre superadas.

---

<sup>101</sup> <http://www.ppa.pt/wp-content/uploads/2014/06/02-Estudo-Angola-Elaborado-pelo-Banco-BIC.pdf> visto 14.11.2016

<sup>102</sup> Tony Neves, *Justiça e Paz em Angola* – Justiça e Paz nas Intervenções da Igreja Católica (1989-2002), p. 23

<sup>103</sup> <http://www.embaixadadeangola.org/relacoes.htm> visto 14.11.2016



Assim, foi a 24 de Junho de 1978, na Guiné Bissau, que depois de amainados os ânimos de mal-estar, e recobrada o clima de confiança, amizade e solidariedade entre os dois povos, na base dos princípios de respeito mútuo pela soberania nacional, integridade territorial, igualdade e não ingerência nos assuntos internos, Agostinho Neto e Ramalho Eanes, traduziram em Acordo Geral de Cooperação num documento denominado “Espírito de Bissau” simbolizando primeiro passo sólido de reconciliação e aproximação entre os dois povos, que recomendava a instituição de uma Comissão Mista Permanente luso-angolano.

No quadro da nova era, imbuídos no “Espírito de Bissau” e, pelas reuniões que se seguiram em Lisboa, no mês de Julho de 1979, “é assinado, na capital angolana, em Janeiro de 1979, o Acordo Comercial válido até o mesmo mês de 1988.”<sup>104</sup>

No entanto, é preciso que se note que, essas incongruências político-diplomáticas que preferimos chamá-las de “ciclos de mal entendidos”, estavam intrinsecamente ligados, ao que Nuno Severiano<sup>105</sup> denomina de modelo histórico, ou modelo clássico de inserção internacional da Política Externa Portuguesa, que se desenha a partir do século XV, estendendo-se ao longo de cinco longos séculos, que só terminaria entre 1974 e 1986, com o processo de democratização e a integração europeia.<sup>106</sup> Deste modo, a redefinição da política externa portuguesa desde esse período até a adesão à Comunidade Europeia, em 1986, testemunhou uma política de transição e de governos provisórios, cuja situação oscilante desembocou na tensão entre os partidários de opção africana e de opção europeia e com todas suas implicações.

Para o lado de Angola, o comportamento de Portugal era escrutinado constantemente tendo em conta o favoritismo que a UNITA encontrava junto do

---

<sup>104</sup> <http://www.embaixadadeangola.org/relacoes.htm> visto 10.12.2016

<sup>105</sup> Nuno Severiano Teixeira no seu breve ensaio sobre a Política Externa Portuguesa coloca em destaque as várias opções em manga que alimentaram os grandes vectores de orientação política na altura no qual espelha muito claramente a dificuldade do país em se posicionar entre os africanistas e o europeístas com suas devidas consequências que muitas vezes levou a políticas muito indecisas, dúbias, e uma política externa repleta de hesitações. (Cfr. Nuno Severiano Teixeira, in Breve Ensaio sobre Política Externa Portuguesa.)

<sup>106</sup> <http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n28/n28a04.pdf> visto 11.11.2016

executivo Português do PS nessa altura. Aliás, foi mostrado em 1976, pelo VI Governo, o que levaria o MPLA a queixar-se sobre a parcialidade do PS e de Mário Soares em relação à UNITA.<sup>107</sup> Neste âmbito, refere “Cavaco Silva (Silva, 2002, p. 231) que quando chegou ao poder, em 1985, as relações eram tensas.”<sup>108</sup>

No processo de desanuviamento dessas relações tensas, estavam os três acontecimentos que foram decisivos para um novo relacionamento entre Angola e Portugal, aos mais diversos níveis: Primeiro, a estabilidade política em Portugal inaugurada, em Novembro de 1985, com uma década de governação do Partido Social Democrata (PSD) tornando propícias às acções de cooperação; segundo, o desmoronamento do antigo Bloco socialista soviético; e, terceiro, a opção do MPLA, então partido único no poder em Angola, pela abertura da sociedade a um sistema de democracia pluripartidária e de economia de mercado livre.<sup>109</sup>

Pelo menos argumentos da literatura, (Teles, 2008; Sousa Galito, Maria, 2011; Bandi, Simão, 2014) dentre outras, são consensuais em defender o reatar gradual das relações propriamente dito apenas no período de 1986 a 2006, onde já se podia verificar uma política externa mais ou menos consistente em relação aos países lusófonos.<sup>110</sup> Ademais, no âmbito do reforço dessas relações, verificou-se, nesse período, a visita do Presidente José Eduardo dos Santos (em 1987), relançando uma vez mais as reuniões da Comissão Mista luso-angolana; e, ainda, um Acordo de fornecimento directo de petróleo permitindo ultrapassar o estrangulamento financeiro nas relações (Teles, 2008). Assim, foi ao abrigo dessa visita que se realizou o Primeiro Encontro Empresariais bilateral, firmando maior investimento directo português em Angola.

A merecer de igual forma uma atenção, ainda no quadro do ciclo do entusiasmo pragmático das boas relações, encaixa-se o papel importantíssimo de Portugal na

---

<sup>107</sup> José António Telo, *História Contemporânea de Portugal – do 25 de Abril à Actualidade* – Vol.II p. 222.

<sup>108</sup> *Ibidem*

<sup>109</sup> <http://www.embaixadadeangola.org/relacoes.htm> Visto 11.11.2016

<sup>110</sup> Maria Sousa Galito, *Diplomacia Económica de Portugal no Atlântico – Lusofonia e EUA*, CI – CPRI, AI, Nº15, pp. 1-149.

mediação do processo de paz, que a meu ver, não fosse o retorno a guerra, seria uma oportunidade de repor a história o que não foi conseguido nas conversações de Alvor em 1974. Porém, não obstante ao aparente fracasso da assinatura de paz no dia 31 de Maio de 1991, presidida por Cavaco Silva, ficou registado o entusiasmo pragmático dessas relações. Esse espírito de cooperação entre os dois países, foi reforçado ainda pela Constituição da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) no âmbito multilateral em 1996.

Apesar desses esforços de cooperação, o desenvolvimento efectivo das relações Portugal e Angola encontravam-se encravadas com as questões internas de Angola que ainda não gozava de um ambiente de segurança saudável devido a situação de guerra civil que iria alastrar-se até o ano de 2002. Ou seja, 27 anos depois da independência, 1975-2002, tudo girava a volta do conflito armado com seus efeitos para as outras áreas como economia, comércio e investimento. Para trás ficava um balanço desastroso de um milhão de mortos, duzentos mil mutilados e estropiados, mais de cinquenta mil crianças órfãs, cerca de quatro milhões e meio de deslocados e mais de seiscentos mil refugiados.<sup>111</sup>

#### **b. Acordos bilaterais de cooperação**

O ano de 2002 é marcado pela morte de Jonas Savimbi líder da UNITA e, consequentemente é assinado o Memorandum de Entendimento de Paz no Luena.

Assim, a paz abria novas oportunidades e novos rumos das relações que há anos nunca mais atingiam níveis desejados.

---

<sup>111</sup> Em todo o território nacional, especialmente nas vias de acesso e campos agrícolas, estavam implantados mais de dois milhões de minas e outros engenhos explosivos – tornando o país um dos mais minados do mundo para além do Afeganistão.

O interior do país estava demograficamente deserto, enquanto as cidades do litoral, especialmente Luanda a capital apinhavam-se de pessoas em busca desenfreada de segurança e sobrevivência.

Os prejuízos em infra-estruturas como estradas, pontes, aeroportos, barragens, linhas de transporte de energia eléctrica e caminhos-de-ferro, eram calculados em mais vinte mil milhões de dólares.

Os prejuízos em equipamentos sociais como hospitais, centros de saúde, escolas, pavilhões desportivos, repartições públicas, etc. estimavam-se em dez mil milhões de dólares.

Em termos práticos o país estava devastado, o desenvolvimento económico e social estagnado e a esfera afectiva e emocional das pessoas profundamente abalada. Havia desolação e angústia generalizadas. (Cfr. Discurso do Embaixador de Angola em Portugal, Dr. Marcos Barrica, no International Club of Portugal, realizado no dia 10 de Abril de 2014.

Do registo de pobreza, destruição de infra-estruturas, deixadas pelos 27 anos de guerra civil abria-se o desafio mas também uma oportunidade para novos e grandes investimentos com Portugal. Foi à luz desse quadro que o então Primeiro-Ministro português, José Sócrates, realizou uma visita oficial a Angola, em Abril de 2006, em que foi recebido pelo Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos. Este ciclo de entusiasmo pragmático é referenciado por Margarida Figueiredo (2006), como o ponto de “viragem”, pois as relações bilaterais passaram a ser “excelentes”.<sup>112</sup>

A corresponder com a excelência dessas relações foram os Acordos de cooperação produzidos para o efeito, tal como: Acordo de cooperação do Domínio do Turismo, diploma legal em vigor desde 12 de Dezembro de 2007; Convenção sobre Segurança Social; Acordo sobre a Promoção e a Protecção Recíproca de investimentos; Acordo Bilateral entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da República de Angola sobre a Facilitação de vistos recíprocos.<sup>113</sup>

Efectivamente, esses acordos de cooperação bilateral visam em todos aspectos, no cumprimento do próprio espírito, fortalecer e desenvolver as relações entre os dois Estados, na base da igualdade de direitos e vantagens mútuas e, em conformidade com as leis e os regulamentos em vigor nos respectivos países.

Contundo, fica aqui assente, um aspecto de elevada relevância nessas relações: é que Portugal é membro da União Europeia. E, por ser assim, está obrigado no âmbito desses acordos e convenções salvaguardar sempre as normas que regem a União e que muitas vezes não se conformam ao modelo pragmático das relações bilaterais que se exigem, sobretudo quando o país parceiro, neste caso Angola, “o novo quadro político [tem proporcionado] condições para uma política externa mais pragmática do que a dos anos anteriores, pois o governo vê como prioridade o desenvolvimento das infra-estruturas do país baseado em busca de parceiros externos sem opções

---

<sup>112</sup> Maria Sousa Galito, *Diplomacia Económica de Portugal no Atlântico – Lusofonia e EUA*, CI – CPRI, AI, Nº15, p.75.

<sup>113</sup> <http://www.portugalglobal.pt/PT/geral/Paginas/ProtocoloFacilitacaoVistosPortugalAngola.aspx>,

Visto 16.11.2016

excludentes.”<sup>114</sup> É exemplo disso é a parceria de Angola com a China, Brasil, África do Sul e outros parceiros ocidentais.

Assim, sentida a urgência numa melhor operacionalização dos instrumentos de parceria e de cooperação como variáveis fundamentais na política externa de cada Estado, Portugal viu-se na necessidade de actualizar o seu rumo estratégico de cooperação, através de um documento denominado “Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa”, no qual se reafirma, tal como em 1999, “o importante desafio que se coloca a Portugal é o de saber articular, nos planos políticos, económico e cultural, a dinâmica da sua integração europeia com a dinâmica de constituição de uma comunidade, estruturadas nas relações com os países e as comunidades de língua portuguesa no mundo, e da reaproximação a outros povos e regiões.”<sup>115</sup>

É na senda dessa reaproximação dos povos portugueses e angolanos, num sentido de se dar resposta a carência de emprego, que encontramos milhares de jovens portugueses a emigrarem para Angola, concomitantemente verificado por um crescimento exponencial de pequenas e médias empresas.

Nessa perspectiva faz-se mister referenciar que se no âmbito económico e comercial, cuja abordagem se segue nos itens subsequentes, verificar-se um crescimento e um acelerar das relações, o mesmo já não se pode dizer para o vector político-diplomático. O ciclo bom, pragmático, dez anos depois da paz, 2002-2012, começa a ceder para mais um ciclo de mal entendidos e abrandamento.

Como se disse, no plano bilateral político-diplomático, nos dez anos de relações excelentes, em 2013, os sinais de mal entendidos e incompreensões marcam novamente estas relações. Ou seja, na voz do presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, em mensagem sobre o Estado da Nação aos deputados, refere que “no plano bilateral, Angola tem relações estáveis com quase todos os países do mundo, muitos deles tem uma relação de cooperação crescente e com benefícios recíprocos. [...] Só com Portugal, lamentavelmente, as coisas não estão bem. Tem surgido

---

<sup>114</sup> Joveta José, *A política externa de Angola: novos regionalismos e relações bilaterais com o Brasil*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011, p. 5.

<sup>115</sup> Diário da República – I Série – B Nº244 – 22 de Dezembro de 2005.

incompreensões ao nível da cúpula e o clima político actual, reinante nessa relação, não aconselha a construção da parceria estratégica antes anuncia.”<sup>116</sup>

Apesar dessa reacção de Angola, por meio de seu presidente, não alterar o quadro geral das relações de cooperação, não deixa de ser um comportamento susceptível de estudo como indicador da avaliação no contexto de quem detém e manipula a política da interdependência entre os dois actores.

Pois, tal como foi frisado na introdução, o argumento defendido aqui, entre Portugal e Angola no período em análise, revela uma mútua dependência económica entre os dois Estados e, por isso, é há a necessidade da articulação das vulnerabilidades devem ser acompanhadas e acauteladas com o poder ostentado por cada um dos actores vincadas nas suas sensibilidades.

### **c. Contexto Económico e Comercial**

Foi frisado logo na introdução, que as realidades político-diplomáticas, económicas-comerciais e de cooperação a vários níveis, estavam imbuídas de uma estreita relação com os aspectos seja políticos e diplomáticos seja ainda relacionado com o contexto interno de cada parceiro.

Contudo, ainda mesmo assim, é possível fazer uma certa destriça que nos ajuda a compreender também a complexidade do período histórico, primeiro da pós-independência, 1975 a 1991, e numa segunda fase, de 1992 a 2002, e de 2002 a 2013. Ou seja, de 1975 a 1991, Angola vive uma economia planificada ou Economia de estado, fortemente centralizado, pelas razões de vivência sob ideologia socialista. Deste modo, apenas em 1992, foi declarada uma economia de mercado livre, ou seja, sofrendo um processo de liberalização e abertura, porém, fruto do retorno à guerra civil, todo esforço económico foi direccionado para o mesmo conflito armado até 2002. Portanto, grosso modo, continuou centralizada. Assim, a partir de 2002 a 2012, verificou-se um verdadeiro esforço de reconstrução e foi o período em que Angola se destacou no cenário internacional e regional com uma potência económica regional

---

<sup>116</sup> Mensagem sobre o Estado da Nação, proferido por José Eduardo dos Santos, Presidente de Angola, na abertura da II sessão legislativa da III Legislatura da Assembleia Nacional, a 15 de Outubro de 2013.

depois da África do Sul e da Nigéria e com grandes perspectivas de crescimento fruto dos seus imensos recursos naturais e num clima de paz e segurança.

Nesse contexto, depois de 1975, “o Acordo Comercial Luso-Angolano de 1979, em Luanda, abriu as portas ao relacionamento”<sup>117</sup> Económico-comercial propriamente dito. Obviamente, está-se a falar de um acto puramente formal.

Assim, “o ano de 1982 foi uma nova etapa no relacionamento bilateral, com a realização em Lisboa, no mês de Março, da II Reunião da Comissão Mista; com a visita de Estado a Angola de Ramalho Eanes em Abril; e a assinatura do Acordo de Cooperação Económica, em Luanda, em Maio.”<sup>118</sup>

Aqui, é pretensão da investigação apresentar apenas o panorama geral desses Acordos, que como se disse, começam a desenhar-se desde o Acordo Geral de Cooperação<sup>119</sup> referindo que os dois Estados prosseguirão uma política de cooperação em vários domínios, designadamente cultural, científico, técnico e económico, com vista a salvaguardar vantagens mútuas para ambas as partes, sendo as formas de cooperação definidas para cada sector por acordos específicos. De frisar aqui, o destaque que os dois Estados atribuem a defesa e valorização da língua portuguesa enquanto património e instrumento das relações internacionais.

É em função do contexto do Acordo Geral de Cooperação que se enquadram o Acordo de Cooperação Económica<sup>120</sup> e o Acordo Comercial<sup>121</sup> entre os dois países, sempre no desejo de se intensificar acções concretas de cooperação como nas áreas de construção e habitação, agricultura e indústria, e no âmbito do comércio respeitante a várias mercadorias exportações de Angola para Portugal e de Portugal

---

<sup>117</sup> Maria Sousa Galito, *Diplomacia Económica de Portugal*, p. 74.

<sup>118</sup> *Ibidem*

<sup>119</sup> Feito em Bissau, aos 26 dias do mês de Junho de 1978, e dois exemplares igualmente autenticados. Publicado no Diário da República, 1ª Série, Nº221, de 24 de Setembro de 1979.

<sup>120</sup> Acordo Económico feito em Luanda, aos 26 dias do mês de Março de 1982. Publicado no Diário da República, 1ª Série, nº147, de 29 de Junho de 1982.

<sup>121</sup> Acordo Comercial feito em Luanda, a 20 de Janeiro de 1979. Assinado pelo Governo da República Portuguesa por Abel Repolho Correia, Ministro do Comércio e Turismo e pelo Governo da República de Angola, por Roberto de Almeida, Ministro do Comércio Externo.

para Angola segundo a balança comercial do INE (Instituto Nacional de Estatística dos dois países).



### Capítulo III: Justificativa metodológica

O presente trabalho de projecto procura debater a existência de interdependência económica, apesar de assimétrica, nas relações de cooperação entre Angola e Portugal à luz da teoria da interdependência complexa, entendida como mútua dependência, podendo ser no caso em estudo desequilibrada, onde apesar de duas partes serem interdependentes, o comportamento dos Estados revela um interesse em manipular as assimetrias como fonte de poder, razão teórica da política de interdependência.

Neste âmbito o objectivo geral que sustentará o trabalho consubstancia-se na familiaridade e compreensão da dimensão da interdependência económica nos dois actores, com base nas relações pragmáticas, tendo em conta sua origem, seus benefícios, custos relativos e sua simetria. Assim, por meio da análise de documentos relacionados com os diversos Memorandos de cooperação entre Angola e Portugal assinados sob os auspícios do Acordo Geral de Cooperação entre os dois Estados, articulados nos vários PIC (Programa Indicativo de Cooperação), resultantes do enquadramento dos documentos do Programa Nacional de Desenvolvimento e outros programas do governo angolano e a elaboração de estratégia de cooperação para o desenvolvimento do governo português concomitantemente com a resolução de Conselho de Ministros nº 152/2006, onde a diplomacia económica portuguesa passou a ser entendida como actividade desenvolvida pelo Estado e seus institutos públicos fora do território nacional, focando sua atenção nos mercados emergentes, no caso nas relações bilaterais com Angola, permitirá descrever e perscrutar a evolução da política externa angolana nos termos da sua formulação e decisão junto dos *policy makers* vis-à-vis a política externa portuguesa no período em análise, entre 2002 à actualidade.

No sentido de atingir o desiderato levantado pela problemática e das relações estabelecidas entre as variáveis da investigação por meio das inferências delineou-se as seguintes questões:

*Problematização e elaboração da hipótese da investigação*

P1 – Qual é o impacto da interdependência económica nas relações de cooperação Angola-Portugal entre os períodos 2002 à actualidade?

H1 – Em termos de conceptualidade analítica podemos, então, considerar que os dois países são interdependentes se uma mudança no país A é seguida por alguma mudança previsível no país B (Deutsch, 1978, 255)

P2 – Quais são os benefícios e custos relativos da interdependência sobre a cooperação entre os dois Estados?

H2 – Os efeitos das transacções na interdependência dependerão dos constrangimentos ou dos custos que lhes estão associados; a reciprocidade de custos, enquanto indicador referencial determinante das acções dos actores, constitui o parâmetro analítico essencial que permite identificar a diferenciação entre as diversas situações (Keohane & Nye, 1989, p.9)

P3 – De que forma o efeito percepcionado da interdependência afecta as políticas internas de cada país?

H3 – O fenómeno da interdependência e a necessidade de atender a exigência de desenvolvimento económico e social obrigou os Estados a abrirem-se cada vez mais ao exterior, o que aumentou ainda mais essa interdependência e restringiu a sua margem de autonomia. Neste sentido, registou-se uma redução gradual e significativa de capacidade do Estado em termos de gestão e de exercício de influência sobre a política internacional, designadamente, no plano de definição, elaboração, decisão e condução da sua política externa (Arenal, 1990, p.32).

P4 – De que forma a manipulação e controlo das assimetrias têm revelado o poder que cada Estado detém junto do outro?

H4 – A assimetria verificada no processo será, conseqüentemente, potenciada enquanto factor de projecção de poder pelo actor mais beneficiado, perante os actores que terão de aceitar, em certa medida, o que poderíamos chamar, em determinadas situações, a inevitabilidade do “mal menor” (Keohane & Nye, p.81-82).

Noutros termos, as relações de cooperação entre Angola e Portugal serão vistas nas lentes da política da interdependência ou ainda da interdependência complexa “tipo ideal” e levar-nos-á a traçar uma perspectiva metodológica multi/transdisciplinar

pluralista, isto é, na combinação e articulados das perspectivas racionalista e reflexivista e multinível, numa convergência epistemológica sobre vários assuntos entre questões “domésticas e internacionais”, “high politic and low politic”, hard and soft/intelligent politic” no contexto do paradigma institucionalista liberal das Relações Internacionais.

Em suma, é nosso argumento de que as Relações de Cooperação entre Angola e Portugal no período em estudo, 2002 à actualidade, assentam num relacionamento pragmático, articulado, no contexto angolano, nas três importantes premissas: a) uma política externa entendida como instrumento de desenvolvimento económico; b) onde a diversificação das relações diplomáticas pretendem aprofundar a integração do país na economia mundial, ampliando, deste modo, sua importância internacional e diminuindo suas vulnerabilidades internas; c) com a opção pela inserção autónoma e livre dos alinhamentos ideológicos, com ganhos para as emergências económicas regionais, num contexto internacional reinante pela anarquia, globalização e multipolaridade. As relações de cooperação pragmáticas Entre Angola e Portugal em função de serem enquadrados no contexto da interdependência fazem com que os Estados sejam mais flexíveis, adaptáveis face às mudanças rápidas das circunstâncias do sistema internacional num mundo cada vez mais globalizado e interdependente e assim, a) sejam capazes de equacionar com destreza os custos relativos associados aos benefícios esperados, b) inclusive na articulação das agendas domésticas e internacionais seja junto do seu eleitorado seja junto dos seus parceiros internacionais e, enfim, c) sejam capazes de compensar a projecção do poder do actor parceiro, seja por meio de vinculação ou desvinculação de problemas sectoriais, apesar de arriscado, pois nem sempre a manipulação da assimetria resulta favoravelmente, *ipso facto*, vulnerabilidade encontra margem para tantas manobras, por outro, podendo compensar com os acordos e compromissos de instituições internacionais.

Assim, as principais variáveis identificadas no problema são:

Variáveis Independentes:	Variáveis Dependentes:
a) Políticas de interdependência	a) Políticas de cooperação
b) Políticas económicas internacionais	b) Políticas domésticas, agendas políticas
c) Contexto internacional	c) Definições e execução de políticas e acções

Para o efeito, as bases lógicas da investigação, quanto ao método a serem seguidas pelo trabalho do projecto tendo em conta o objecto de estudo recairá para o método hipotético-dedutivo, vinculado a corrente filosófica do neopositivismo, sem prejuízo da opção metodológica pluralista das Relações Internacionais, onde, para este trabalho, se estabelecerá a dialéctica entre a perspectiva refelexivista e a racionalista concomitantemente com o realismo crítico, o analiticismo, a reflexividade e o neopositivismo. Assim, a lacuna identificada no caso em estudo, permitir-nos-á, por um lado, através do processo de inferência dedutiva, buscar evidências empíricas para testar ou falsear, rejeitar ou corroborar com as hipóteses formuladas para o ajustamento e correcção do modelo vigente de cooperação existente entre Angola e Portugal, respondendo à relevância pragmática do trabalho em si e, por outro, não menos importante, permitirá a reorientação da discussão e ensaios académicos contemporâneos cujos teores evocam respostas técnicas de especialidade das Relações Internacionais como âncora do debate de concertação política a nível dos policy makers dos dois países, mormente no reforço às iniciativas empreendidas pela Comissão Mista da Cooperação criada pelos dois Estados em vista a facilitar a articulação das políticas para um fim desejável de ganhos recíprocos face às alterações e mutações do contexto interno e externo do sistema internacional.

### **III.1. Método de Abordagem**

Do ponto de vista da forma de articulação do problema com o método de procedimentos e as técnicas, a nossa investigação seguirá uma abordagem iminentemente qualitativa, pois esta pesquisa enquadra-se no âmbito descritivo-exploratório. Contudo, não excluirá alguma análise quantitativa, seja para o aprofundamento do objecto de estudo no que se refere à dados económicos e comerciais, mormente a respeito dos resultados da balança do comércio, fluxo financeiros, seja para garantir algum fiabilidade no cruzamento de informação no âmbito da objectividade e veracidade dos assuntos, embora, como é óbvio, sem a manipulação destes resultados por parte do investigador deste Trabalho de Projecto.

Com este método de abordagem espera-se ter a noção dos reais benefícios, custos relativos, os indicadores de sensibilidades e vulnerabilidades, as (as)simetrias, conferindo ou não por sua vez às hipóteses formuladas neste trabalho.

### **III.2. Métodos de procedimentos**

Relativamente aos métodos de procedimentos “têm por objectivo proporcionar ao investigador os meios técnicos, para garantir a objectividade e a precisão no estudo dos factos sociais”<sup>122</sup>.

Assim, pela natureza metodológica da investigação exploratória e descritiva, aliás aliado à metodologia seguida pelos estudos da política de interdependência, descreveremos de forma cronológico os acontecimentos e trajectória relativos às relações de cooperação entre os dois Estados, no período entre 2002 à actualidade, no entanto sem prejuízo dos termos anteriores à delimitação temporal do estudo, para uma melhor compreensão dos impactos da mudança. Deste modo, começaremos por apresentar um contexto histórico mais amplo, isto é, desde 1975, ano da independência de Angola do domínio colonial português, para perceber as diferentes fases históricas, políticas, económicas, sociais e do impacto da política internacional do período da guerra fria, seus alinhamentos, as guerras por procuração entre os EUA e URSS, o Apartheid regional Sul-africano e a frente dos países não-alinhado até a era da assinatura do Memorando de Paz, a 04 de Abril de 2002, no Luena. Ou seja, o estudo irá perseguir um método histórico eminentemente ligado aos estudos de pendor teórico e qualitativo como este.

Ademais, insistindo na natureza, a pesquisa será básica ou pura, no sentido de objectivar gerar novos conhecimentos úteis para o avanço da ciência sem uma aplicação prática imediata prevista. Daí que, do ponto de vista dos seus objectivos esta pesquisa é exploratória, pois pretende proporcionar mais informações sobre as relações bilaterais entre os dois actores (Angola-Portugal), possibilitando, para o efeito, abertura a mais investigação, abordagens teóricas e conceptuais, apoiado no levantamento bibliográfico e a entrevistas; mas também, enquadrar-se-á numa

---

<sup>122</sup> António Gil, *Como Elaborar um Projecto*, 2008, p. 15

pesquisa descritiva, pois pretende descrever sob o espectro compreensivo os factos e fenómenos sociais, políticos, económicos e internacionais observados da vivência e relação entre os dois Estados. A nosso ver, a natureza exploratória e descritiva, ambas, neste caso de estudo, complementam-se e aproximam-se e assim “proporcionam uma nova visão do problema” <sup>123</sup>.

### **III:3. Procedimentos técnicos**

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, a investigação articulará o modelo conceitual, designadamente do conceito de cooperação e como ela é impactada pela realidade da interdependência, mas acima de tudo o da interdependência complexa segundo a visão de Keohane e Nye no modelo traçado em power e interdependence; pois, tal como foi referenciado na definição do objecto do estudo, o conceito da cooperação aliado à interdependência é, na verdade, um conceito ausente na abordagem das relações de cooperação entre Angola seja nas fases que se seguiram à independência de Angola, seja na fase da sua emergência regional e de crescimento económico, seja ainda quando Portugal se deparou num contexto de recensão económica provocada pela crise económica e financeira internacional.

A nosso ver, esta realidade traduz uma grande lacuna que precisa por se ser abordada e discutida nos fora académicos e não só no âmbito de especialidade das Relações Internacionais.

Assim, por meio de bases teóricas e conceptuais apresentada pelos teóricos Joseph Nye e Roberto Keahone, sobre o poder e interdependência entre diversos actores no sistema internacional, pretendemos revisitar a mesma teoria usando suas premissas e inferirmos as hipóteses que se ajustem ao objecto de estudo no sentido de falseá-las, rejeitá-las ou corroborar com as mesmas, e assim empreender uma nova abordagem da que se tem feito até ao presente momento.

---

<sup>123</sup> Cleber Cristiano Prodanov, Ernani Cesar de Freitas, *Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Académico*, 2013, p.53

No sentido de definir caminhos para o delineamento e planeamento da pesquisa e em harmonia com o objecto de estudo nos socorreremos dos procedimentos técnicos chamados “fontes de papéis”, ou seja, pesquisa bibliográfica e documental.

Deste modo a pesquisa bibliográfica sobre o assunto em estudo será constituída por livros, revistas, publicações em periódicos e artigos científicos, jornais, boletins, monografias, dissertações, teses, material da internet sobre matérias relacionadas com o assunto, relatórios das embaixadas de Angola e Portugal, do MNE e do MIREX, das Finanças, Economia, INE, AICEP, BNA, Banco Bic, Millennium, Banco de Portugal BPI.

Quanto às fontes documentais, estarão diferenciadas entre os de primeira mão e os de segunda mão. Assim, em relação os documentos de primeira mão, estão relacionados com documentos oficiais, discursos, diários, testemunhos, reportagens de jornais, cartas, Memorandos, fotografias, gravações; e, para os de segunda mão estarão relacionados com os relatórios de empresas, tabelas de estatísticas.

Do ponto de vista da forma de abordagem do problema a nossa pesquisa será eminentemente qualitativa e descritiva, sem que no entanto, deixe de apresentar dados, gráficos numéricos a relataram os fluxos comerciais entre os dois países, aliás, tal como foi previamente anunciado.

Não obstante a utilização das fontes de papéis estarem no centro metodológico dos procedimentos técnicos a serem conferidas por este trabalho, será de igual forma dedicada uma atenção à entrevista e à observação como instrumentos de colecta de dados como desiderato qualitativo da investigação.

#### **III.4.Apresentação da Estrutura**

A presente investigação encontra-se dividida em três capítulos fundamentais, nomeadamente, uma caracterização do caso em estudo, seguida duma explanação da estrutura conceptual e uma parte final dedicada à justificação metodológica.

O primeiro capítulo dedica-se à descrições no que tem que ver com as motivações, pertinência e relevância do estudo, sua delimitação espacial e temporal,

tendo em atenção o enquadramento numa matriz epistemológica multidisciplinar e pluralista. Ainda, neste capítulo, houve a preocupação de se apresentar a formulação do problema do estudo, seu objectivo geral e específicos, culminando com as descrições de Termos, com ênfase para o conceito de cooperação exposta e interligado ao conceito de interdependência complexa à luz de Joseph Nye e Robert Keohane.

O segundo capítulo tem que ver com a estrutura conceptual do trabalho alicerçada na matriz acima referenciada, própria da natureza das Relações Internacionais *ad initio*. O termo cooperação constitui, deste modo, o fundamento conceptual do Trabalho cuja associação e ligação com o termo interdependência complexa será articulada com o Estado da Arte, problematização e a definição do objecto do estudo constituindo, assim, o âmago desta investigação. A revisão na literatura servirá não só o ponto de partida para a familiarização do estudo, mas também visará compreender as várias nuances da cooperação seja no contexto das abordagens das correntes das Relações Internacionais, seja do tratamento e entendimento da mesma entre os dois actores.

Finalmente, o terceiro capítulo ao tratar sobre a justificativa metodológica procurou delinear e apresentar de forma detalhada o tipo de abordagem a ser seguida pela Tese, os métodos de procedimentos e as técnicas a serem utilizadas. Aqui, interessa realçar a preocupação pela harmonia e coerência metodológica do Trabalho, na articulação entre a Teoria e o Método.

A adopção desta estrutura visa cumprir o objectivo central da investigação que é o de traçar um mapa orientador que servirá para dar corpo à Tese do doutoramento na mesma área sobre o mesmo tema, encontrando em curso desde o ano de 2015. Nestes termos, o Trabalho de Projecto está a servir de veículo para a prossecução dos objectivos traçados na Tese que se propõe em analisar a cooperação entre os dois Estados numa perspectiva pragmática de interdependência complexa.



## CONCLUSÃO

O Trabalho de Projecto “... é, na realidade, uma carta de intenção onde são traçados os caminhos que deverão ser trilhados para alcançar seus objectivos”<sup>124</sup>.

Ora, a discussão, análise e aplicabilidade do modelo teórico da cooperação articulado com a teoria “tipo ideal” da interdependência complexa de Joseph Nye e Robert Keohane às “Relações de Cooperação entre Angola e Portugal”, no período de 2002 à actualidade, não obstante enquadrar-se ainda no âmbito de um projecto, deu para perceber com surpresa, quanto insipiente é o número de estudos, trabalhos e bibliografias versados na área em questão, reforçando, deste modo, a nossa convicção sobre a relevância deste projecto.

Uma segunda nota, referente às hipóteses levantadas, os estudos exploratório demonstram que, quando se fala de interdependência no âmbito do processo das relações de cooperação entre Angola e Portugal, no tempo em estudo, nos exíguos pronunciamentos, o focus tem que ver mais com a cooperação económica, quando na verdade a política internacional envolvendo dos dois países apontam para, a) a existência de múltiplos canais de ligação entre os mesmos; b) uma ausência de hierarquia clara entre os assuntos; c) irrelevância das forças militares para a resolução dos seus problemas, constituindo desta forma características essenciais na aferição das relações cujo vector condutor seja traduzido por um sistema cooperativo de interdependência complexa.

Assim, da análise feita sobre as diversas contribuições teóricas existentes sobre o assunto, desde documentos, livros e materiais escritos, chegou-se a conclusão que do ponto de vista conceptual a cooperação entre duas partes é vista como mutuamente vantajosa, ou seja, tem perseguido ganhos recíprocos. Porém, o problema reside na sua operacionalização que, apesar do pragmatismo na formulação, decisão e acção no contexto da política externa dos dois Estados, a mesma, é limitada e/ou pouco assimilada pela inevitavelmente dos processos políticos internos e

---

<sup>124</sup> *Idem*, p. 169

externos de cada um, tornando-a, deste modo, uma realidade muito mais complexa e sensível.

Ademais, investigação reserva para a tese o desenvolvimento de todos os itens anunciados, demonstrando sua evolução por meio de um critério cronológicos dos factos e acontecimentos referente às relações de cooperação entre os dois actores. Daí que, os assuntos, como: a apresentação detalhada das relações económicas e financeiras entre os dois actores, a apresentação da balança de pagamento, balança de comércio, os ganhas, peso de Angola no comércio Externo Português e vice-versa, Exportações e Importações de Portugal com Angola e vice-versa; a balança corrente com Angola; o Investimento Directo Estrangeiro e Bilateral entre os dois países; os posicionamentos multilaterais nas Instituições Internacionais, os quais, permitirão uma análise, validação, falseamento ou corroboração das hipóteses traçadas no trabalho.

Culminamos este ensaio remarcando algumas considerações gerais sobre as relações bilaterais entre Angola e Portugal com a consciência de que o exposto foi apenas uma gota no oceano a contar com a muito ainda que não foi possível ser colocado aqui. Porém, o objectivo do ensaio era mesmo este, o de servir de introdução ao trabalho que irá ser desenvolvido ao longo da tese.

Pois, acreditamos que as relações bilaterais de Angola e Portugal face a intensidade político-diplomática, económica-comercial e de cooperação nos seus diversos sectores, carregam consigo caminhos cruzados de povos que se dispõem senão mesmo “condenados” a viverem juntos, a continuar a desenhar o quadro da história juntos sobretudo nesse mundo cada vez mais globalizado e globalizante.

O Estado, ainda actor e sujeito principal das relações internacionais, que procura salvaguardar dos interesses dos seus povos e da segurança, está chamado nos nossos tempos, tempos das interdependências, a fazer atenção ao escrutínio e a conjugação de todos os esforços quanto aos interesses chamados nacionais. E, nesses interesses nacionais, no bem e no mal, passará necessariamente os dois povos e países: Portugal e Angola.

Portanto, encontrar caminhos que tornam esse relacionamento cada vez mais profícuos e progressivo, com ganhos recíprocos, entre os dois Estados, não é só

importante no fortalecimento e confiança nas instituições e no desenvolvimento das sociedades mas também constitui uma necessidade de sobrevivência das mesmas.

## FONTES E BIBLIOGRAFIA

- ACEP, Portugal e África – *Melhor Cooperação, Melhor Desenvolvimento* – 2012.
- AFONSO, Maria Manuela, *Cooperação para o Desenvolvimento: Características, evolução e perspectivas futuras*, Centro de Identificação e Documentação Amílcar Cabral (CIDAC).
- AFONSO, Óscar e Aguiar, Álvaro, *Comércio Externo e Crescimento da Economia Portuguesa no Século XX*. Porto: CEMPRES – Centro de Estudos Macroeconómicos e Previsão, 2004.
- AICEP - Angola, *Relações Bilaterais com Portugal*, Aicep Portugal, 2006.
- ALMEIDA, Eugénio da Costa, *Angola: potência regional em emergência*. Lisboa: Edições Colibri, 2011.
- ALMEIDA, Políbio Valente de, *Do Poder do Pequeno Estado*, Instituto de Relações Internacionais, ISCSP, Lisboa, 1990.
- ALMEIDA, Políbio Valente de, *Ensaio de Geopolítica*, ISCSP e IICP, Lisboa, 1994.
- ALVES, Carlos Alberto de Jesus, *Política Externa Angolana em Tempo de Guerra e Paz: Colonialismo e Pós-colonialismo*. Tese de doutoramento, Universidade de Coimbra, 2013.
- AMADO, Luís, *A Cooperação internacional para o desenvolvimento*, Janus 2003.
- AMORIM, C., *Perspectivas da Cooperação Internacional*. In: MARCOVITCH, J. *Cooperação Internacional: Estratégia e gestão*. S. Paulo, Editora da Universidade de S. Paulo, 1994.
- ANGELL, N., *A grande ilusão*. Brasília/ São Paulo, Editora UnB/ Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- ANSTEE, Margaret Joan, *Órfão da guerra fria. Radiografia do colapso do processo de paz angolano 1992/1993*. Porto: Campo de Letras, 1997.
- AXELROD, Robert & HAMILTON, William, *The Evolution of Cooperation*, Science, New Series, Vol. 211, Nº 4489, 1981.

AXELROD, Robert, *The Evolution of Cooperation*, Adapted from Robert Axelrod, the evolution of cooperation. New York: Basic Books, 1984.

AXEROLD, R., KEOHANE, R., *Achieving Cooperation Under Anarchy: Strategies and Institutions*, World Politics, nº 38, 1985.

AZEVEDO, Fátima, *Europa, África e América Latina: Triângulo Estratégico*. Angola-Portugal Negócios. 95 (2013) 23, 24.

AZEVEDO, Fátima, *Novas Regras Para Investimento Privado em Angola*, Angola-Portugal Negócios, 2011.

AZEVEDO, Fátima, *Novas Regras Para Investimento Privado em Angola*, Angola-Portugal Negócios. 86 (2011) 14.

BANCO DE PORTUGAL, *Relações Económicas e Financeiras entre Portugal e os PALOP*, in *Evolução das Economias dos PALOP*, Departamento das Relações Internacionais, Área de Cooperação, 2003.

BANDI, André Pedro., *S, Relações Económicas Bilaterais Angola-Portugal: Dinâmicas do Relacionamento, 2005-2010*, Lisboa, 2014.

BARBEITOS, Arlindo, *Portugal e Angola: representações de si e de outrem ou o jogo equívoco das identidades*. Beira Interior: Universidade da Beira Interior, 2006.

BARROSO, Durão, *O Factor Político na Cooperação Portuguesa*, Cadernos de Economia, 45, 36-41, 1998.

BERGEIJK, P. Van, *The Significance of Political and Cultural Factors for International Economic Relations*, Londres: Longman, 1996.

BERNARDINO, Luís Manuel Brás, *“Contributos de Angola para a arquitectura da paz e segurança africana. A cooperação militar no quadro da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, uma estratégia de afirmação regional”*, in PAIVA, José Francisco (coord.), *A política externa de Angola no novo contexto internacional*. Lisboa: Quid Juris, 2011, pp. 107-120.

BOOTH, Ken, SMITH, Steve, *International Relations Theory Today*, Londres: Polity Press, 1995.

BOUCHER, David, *Political Theories of International Relations*, Oxford, Oxford University Press, 1998.

CAMATI, Manuel S., *Os títulos do Banco Central de Angola (TBC'S)*. Análise para a compreensão da sua natureza jurídica. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2005.

CAMERON, Rondo, *História Económica do Mundo*, 2ªed, Europa-América, 2004.

CARDOSO, Fernando Jorge, “SADCC e interdependência económica: realidades e perspectivas”, in *África Austral – O desafio do futuro: integração nacional e regional*. Lisboa: IEEI, 1989, pp. 73-100.

CARDOSO, Fernando Jorge, *Diplomacia, cooperação e negócios: o papel dos atores externos em Angola e Moçambique*. Lisboa: Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais, 2006.

CARNEIRO, E., *Angola: Os Desafios do Futuro*. *Política Internacional*. 25 (2002) 35-42.

CARVALHO, António Manuel Luvualu de, “O crescimento da economia angolana nos nove anos de paz. A internacionalização da Sonangol a maior multinacional do País”, in PAIVA, José Francisco (coord.), *A política externa de Angola no novo contexto internacional*. Lisboa: Quid Juris, 2011, pp. 127-156.

CHACON, Vamireh, *O Futuro Político da Lusofonia*, Verbo, Lisboa/São Paulo Dezembro de 2002.

COMERFORD, Michael G, *O Rosto Pacífico de Angola, Biografia de um Processo de Paz (1991-2002)*, Luanda, 2005.

CONCEIÇÃO, José Maria Nunes Pereira, *Angola: uma política externa em contexto de crise (1975-1994)*. S. Paulo: USP, 1999.

COSTA, João Custódio da, *O endividamento da República de Angola*. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 1998.

CRAVINHO, João Gomes, *Visões do Mundo, As Relações Internacionais e o Mundo Contemporâneo*, ICS; Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, 2002.

DEUS, Ruth Costa, *Cooperação Internacional: Uma Perspectiva Europeia*, Universidade Moderna, Lisboa, 1996.

Diário da República – I Série – B Nº244 – 22 de Dezembro de 2005

ESTEVES, Dilma, *Relações de cooperação China-África: o caso de Angola*. Lisboa: Universidade Técnica, 2007.

FERNANDES, M., *Para Um Renovado Conceito Estratégico Nacional Português*. Lusíada Política Internacional e Segurança. 9 (2013) 219-253.

FERREIRA, C. B., *Novas Formas de Parceria Aproximam Angola e Portugal*. Angola Portugal Negócios. 86 (2011) 1.

FERREIRA, Ennes, M, *Angola-Portugal: dois espaços económico português às relações pós-coloniais*, 1990.

FERREIRA, M. E., & GONÇALVES, F.R., *A Diplomacia Económica e Empresas de Bandeira: Os Casos da Galp e da Unicer em Angola*. Relações Internacionais. 24 (2009) 115-133.

FERREIRA, Manuel, *Angola e África na Rota de Portugal*. 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa : Edições Colibri, 2010.

FONTANEL, Jacques, *A Globalização em Análise: Geoeconomia e Estratégia dos Actores*. Trad. Pedro Henriques. Lisboa: Instituto Piaget, Divisão Editorial, 2007.

FONTOURA, Luís, *Das Relações Norte-Sul à Cooperação Horizontal*, in Separata da Conjuntura Internacional 1996, ISCP, Lisboa, 1996.

GILPIN, Robert, *A Economia Política das Relações Internacionais*, Editora UnB, Coleção Relações Internacionais, 2002.

GONÇALVES, Pedro, “Angola e Portugal: uma relação do passado que se projecta no futuro. O eixo económico entre Lisboa e Luanda”, in PAIVA, José Francisco (coord.), A

política externa de Angola no novo contexto internacional. Lisboa: Quid Juris, 2011, pp. 73-87.

GRAVINHO, Gomes João, *O Futuro da Cooperação Portuguesa*, Colóquio sobre Cooperação Portuguesa, 2008.

GUEDES, Armando Marques, “*As constantes emergentes e a atipicidade das linhas de força na política externa de Angola, 1975-2002*”, in PAIVA, José Francisco (coord.), *A política externa de Angola no novo contexto internacional*. Lisboa: Quid Juris, 2011, pp. 21-72.

HOLSTI, K. J., *National role conceptions in the study of foreign policy*. In *International Studies Quarterly*, 14 (1), 1970, pp. 233-309.

HUNTINGTON, Samuel, P., *O Choque das Civilizações e a Mudança na Ordem Mundial*, Gradiva, Lisboa, 1999.

ICP – *Plano de Acção de Cooperação Portugal/Angola 2004*, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2004.

ICP – *Programa Indicativo de Cooperação Portugal/Angola 2004-2006*, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2000.

IPAD – *Uma Visão Estratégica para a Cooperação Portuguesa*, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2006.

JERVIS, Robert, *Realism, neoliberalism, and cooperation: understanding the debate*. In ELMAN Colin, MIT Press, 2003.

JOSÉ, Joveta, *A política externa de Angola: novos regionalismos e relações bilaterais com o Brasil*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2011.

KEHOANE, Robert O.; MARTIN, Lisa L. – *The Promise of Institutional Theory in Theories of International Relations* editado por David. A. Baldwin, Princeton University, USA, 2008.

KEOHANE, Robert O. - *International Institutions: Can Interdependence Work?*, in *Foreign Policy*, Primavera de 1998.



KEOHANE, Robert, *After Hegemony, Cooperation and Discord in the World Political Economy*, Princenton University Press, 1984.

KEOHANE, Robert, NYE, Joseph, *Power and Interdependence: World Politics in Transition*. Boston, Little Brown and company, 1977.

KEOHANE, Robert, *The Theory of Hegemonic Stability and Changes in International Economic Regimes* in Ole Holsti, Randolph Silverson, Alexander George, editores, 1980.

LARA, António de Sousa, *Ideologias e Política Externa Portuguesa*, Moderna Textos Universitários, Porto, 1991.

Lopes, José da Silva, *A Economia Portuguesa do Século XX*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2004.

MARTINS, José, RODRIGUES, Luís, FERNANDES, Tiago, *Cooperação Para o Desenvolvimento, Diploma de Especialização em Cooperação Para o Desenvolvimento: Memória e Estudos*. Oeiras: Instituto Nacional de Administração (INA), 2005.

MENDES, Melanie Bravo, *Relações económicas bilaterais de Portugal com Angola*. Coimbra: Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2008.

MIGUEL, Manuel Alfredo, *A política externa angolana e a sua inserção no contexto nacional e internacional*. Lisboa: Universidade Técnica, 2002.

MILNER, Helen, *International Theories of cooperation among nations: strengths and weaknesses: world politics*, Vol.44, nº3, 1992.

NETO, Agostinho, *Discursos pronunciados pelo camarada presidente Dr. António Agostinho Neto*. Luanda: Departamento da Educação Político Ideológico de Propaganda e Informação do Comité Central do MPLA, 1978.

NOGUEIRA, João Pontes, MESSARI, Nizar, *Teoria das Relações Internacionais*, Rio de Janeiro, Elsevier, 2005.

NYE, Joseph, Jr., *Cooperação e Conflito nas relações internacionais: uma leitura essencial para entender as principais questões de política mundial*,

NYE, Joseph, Jr., *O Futuro do Poder*, 1ª Edição, Círculos de Leitores, 2012.

NYE, Joseph, Jr., *Redefining the National Interest*, in *Foreign Affairs*, Volume 78, N.º 4, July/August 1999.

NYE, Joseph, Jr., *Soft Power: the means to success in the world politics*, Public Affairs, New York, 1994.

OLIVEIRA, Ricardo Soares, “*Sobre as relações entre Portugal e Angola ao fim de trinta anos: um ensaio crítico*”, *Relações Internacionais*, n.º 8, Dezembro, 2005, pp. 5572.

ORGANSKI, AFK, *World Politics*, New York, 1958.

PALMA, Elisabeth Proença Rodrigues e Costa, *Cultura, desenvolvimento e política externa: ajuda pública ao desenvolvimento nos países africanos lusófonos*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros, 2006.

PAULO, Manuel Paulo, “*A política externa angolana entre 1975 e 2002*”, VIDAL, Nuno, e ANDRADE, Justino Pinto de (orgs.), *O processo de transição para o multipartidarismo em Angola*. Lisboa: Firmamento, 2002, pp. 301-305.

PAVIA, J. (Cord.), GUEDES, A., GONÇALVES, P., SARAIVA, L., BERNARDINO, L., & CARVALHO, A., *A Política Externa de Angola no Novo Contexto Internacional*. Lisboa: Quid Juris? – Sociedade Editora Lda, 2011.

PAVIA, José Francisco Lynce Zagalo, “*As relações Angola R.P. China*”, in PAVIA, José Francisco (coord.), *A política externa de Angola no novo contexto internacional*. Lisboa: Quid Juris, 2011, pp. 7-19.

PAVIA, José, MONTEIRO, Manuel, *A Política Externa nos Programas de Governo do Portugal Democrático (1974-2013)*. Lisboa: Universidade Lusíada Editora, 2013.

PINHEIRO, João de Deus, *Grandes Eixos na Política Externa no Portugal de Hoje*, MNE-IDN, Lisboa, 1989.

PINHEIRO, João de Deus, *Notas Sobre Questões Actuais da Política Externa*, MNE-IDN, Lisboa, 1989.

PND - *Angola-Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2014: Uma nova Angola e Construção*.

PORTUGAL-ANGOLA - *Angola-Especial CCIPA 25 anos C de Comércio*, Negócios, 2012.

RAMOS, Justino da Glória, *As Dimensões da Política Interna e Externa de Angola e sua Influência na História das Relações Internacionais Contemporâneas* – Tese de doutoramento, ISCTE-IUL, Lisboa, 2014.

RUGGIE, J. G., *International Regimes, Transactions, & Change: Embedded Liberalism in the Postwar Economic Order*. In *International Regimes*, Krasner. S. D. (ed.) Ithaca: Cornell University Press, 1983.

RUGGIE, J. G., *Multilateralism Matters: The Theory And Praxis Of An Institutional Form*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1993.

RUGGIE, J. G., *The antinomies of interdependence: National welfare & the international division of labor*. Nova Iorque: Columbia University Press, 1983a

RUGGIE, J. G., *What makes the world hang together?: Neo-utilitarianism & the social constructivist challenge*. In *International Organization* 52 (4), 1998, pp. 855-885

RUGGIE, John G, *Continuity and transformation in the world politic: toward a neorealist synthesis*. *World Politics*, Vol.35, nº2, 1983.

SÁ, Tiago Moreira de, *Os Estados Unidos e a descolonização de Angola*. Gerald Ford, Henry Kissinger e o programa secreto para Angola. Lisboa: D. Quixote, 2011.

SANGREMAN, Carlos, *A Cooperação Internacional para o Desenvolvimento em Portugal: Portugal e a APD*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2007.

SANGREMAN, Carlos, *A Teoria da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento e o Estado da Arte da Cooperação Portuguesa*, Coleção Documentos de Trabalho, nº 80, CEaA, 2009.

SANGREMAN, Carlos; Costa Fernando Marques, Pereira, Raquel, *Cooperação Políticas, princípios e práticas*, Lisboa: Instituto de Estudos e Desenvolvimento, 2003.

SARAIVA, José Flávio Sombra, *“Um momento especial nas relações Brasil-Angola: do reconhecimento da independência aos descobrimentos atuais”*, in PANTOJA, Selma (org.), *Angola e Brasil nas rotas do Atlântico Sul*, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, pp. 225-254.

SEABRA, Pedro e GORJÃO Paulo, *Intertwined Paths: Portugal and Rising Angola*, South Africa Institute of International Affairs, 2011.

SOUSA Galito, Maria, *Diplomacia Económica de Portugal no Atlântico – Lusofonia e EUA*, CI – CPRI, AI, Nº15, 2011.

TEIXEIRA, Nuno Severiano, “*Entre África e a Europa. A política externa portuguesa, 1890-2000*”, PINTO, António Costa (org.), Portugal Contemporâneo. Lisboa: D. Quixote, 2004, pp. 87-116.

TELO, José António, *História Contemporânea de Portugal – do 25 de Abril à Actualidade – Vol.II*, Editorial Presença, 2008.

Tony Neves, *Justiça e Paz em Angola – Justiça e Paz nas Intervenções da Igreja Católica (1989-2002)*, Texto Editores, Lda., 2012.

VAISSE, Maurice, *As Relações Internacionais desde 1945*, Edição Revista e Actualizada, 70 Lda, Lisboa, 2012.

ZUMBA, João, *Factores internos como condicionantes da assistência externa: aspectos qualitativos e quantitativos da APD do caso angolano, 1976-1998*. Lisboa: Universidade Técnica, 2001.

## **ANEXO 1**

### **Apresentação do sumário de tese do doutoramento**

Introdução

Definição do objecto estudo

Justificação epistemológica

Estado da arte e Problematização

Justificação metodológica

Apresentação da Estrutura

#### **I – ABORDAGEM TEÓRICO CONCEPTUAL**

1.1. Enquadramento terminológico da Cooperação

1.2. Conceito de Cooperação Internacional

1.3. Cooperação Internacional nas Teorias das Relações Internacionais

1.3.1. Tipologias de Cooperação Internacional e seu desdobramento

1.4. A Política da Interdependência nas Relações Internacionais

1.4.1. O impacto da interdependência para a cooperação internacional

1.4.1.1. nas relações bilaterais

1.4.1.2. nas relações multilaterais

1.4.1.3. nas relações pragmáticas liberais

1.5. Política Económica Internacional e as Relações Internacionais

#### **2 – ABORDAGEM HISTÓRICA DA COOPERAÇÃO ANGOLA-PORTUGAL VIS-A-VIS AO CONTEXTO INTERNO E INTERNACIONAL**

2.1. Angola e o relacionamento com o Ocidente: Antecedentes históricos

2.2. Iª Fase – Período pós-independência

2.3. A Inserção de Angola no cenário Internacional

2.4. Modelo pragmático liberal de Angola nas relações internacionais  
(Formação e decisão de PE)

2.5. Uma cooperação pragmática na acção externa

2.6. Contexto Histórico das Relações bilaterais

2.7. IIª Fase – Período pós 1991 a 2002 -Queda do muro e do socialismo

2.8. Condicionismos de Cooperação Internacional em Angola: cenário político/A Política Externa Angola: a) alinhamento Vs Autonomia

2.8.1. Cooperação em Contexto da Guerra Fria

2.8.2. Cooperação em Contexto da Guerra Civil

- 2.8.3. Cooperação em Contexto da Paz
- 2.8.4. O Cenário Político, económico e comercial do “Day-after”
- 2.9. IIIª Fase Período da Paz – 2002 - “The Game Changer” da Cooperação angolana: Início de um *aggiornamento*<sup>125</sup> político-diplomático, económico-comercial de Angola no cenário internacional
  - 2.9.1. 2ªs Eleições legislativas em 2008
  - 2.9.2. Nova Constituição República de Angola
  - 2.9.3. 3ªs Eleições gerais em 2012
  - 2.9.4. 4ª Eleições e V república
- 3- O BILATERALISMO NAS RELAÇÕES ANGOLA-PORTUGAL À LUZ DA MATRIZ INSTITUCIONAL E DA INTERDEPENDÊNCIA COMPLEXA
  - 3.1. Relações de cooperação Angola-Portugal à luz da Política Externa Angolana: Contexto Pós-guerra civil Base pragmática
    - 3.1.1. Formulação e Decisão de Política Externa de Cooperação Angolana
    - 3.1.2. Relações Bilaterais Angola-Portugal
    - 3.1.3. Acordos bilaterais e seu impacto na cooperação com o seu parceiro
      - 3.1.3.1. Cenário político-diplomático
      - 3.1.3.2. Cenário económico-comercial
      - 3.1.3.3. Exposição internacional
  - 3.2. Relações de cooperação Portugal-Angola à luz da Política Externa Portuguesa
    - 3.2.1. Formulação e decisão de Política Externa de Cooperação Portuguesa
    - 3.2.2. Relações Bilaterais Portugal-Angola
    - 3.2.3. Acordos Bilaterais e seu impacto na cooperação
      - 3.3.1. Cenário político-diplomático
      - 3.3.2. Cenário económico-comercial
      - 3.3.3. Exposição internacional
- 4- POSICIONAMENTOS MULTILATERALISTAS DE ANGOLA E PORTUGAL À LUZ DA COOPERAÇÃO BILATERAL

---

<sup>125</sup> **Aggiornamento** é um termo [italiano](#), que significa "actualização". Esta palavra foi a orientação chave dada como objectivo para o [Concílio Vaticano II](#), convocado pelo [Papa João XXIII](#) em 1962<sup>[1] [2]</sup>. Por outras palavras, o *aggiornamento* é a adaptação e a nova apresentação dos princípios católicos ao mundo actual e moderno, sendo por isso um objectivo fundamental do Concílio Vaticano II.

O documento conciliar [Sacrosanctum Concilium](#) resume o espírito do *aggiornamento* da seguinte maneira: *"fomentar a vida cristã entre os fiéis, adaptar melhor às necessidades do nosso tempo as instituições susceptíveis de mudança, promover tudo o que pode ajudar à união de todos os crentes em Cristo, e fortalecer o que pode contribuir para chamar a todos ao seio da Igreja"*

- 4.1. Angola nas Instituições Internacionais e regionais no contexto da sua Política Externa:
  - 4.1.1. Angola nas Nações Unidas,
  - 4.1.2. Angola nos PALOP, CPLP,
  - 4.1.3. Angola na SADC/CDEAO, Grandes Lagos
- 4.2. Portugal nas Instituições Internacionais e Regionais no contexto da sua Política Externa
  - 4.2.1. Portugal nas nações Unidas
  - 4.2.2. Portugal na EU/CEE
  - 4.2.3. Portugal na CPLP e PALOP

## ANEXO 2

### CRONOGRAMA DA TESE EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

#### RELAÇÕES DE COOPERAÇÃO ANGOLA-PORTUGAL

Especialidade em História e Teoria da R.I. , por Tarcísio Tchivole

	Janeiro a Junho 2016	Julho a Dezembro 2016	Janeiro a Junho 2017	Julho a Dezembro 2017	Janeiro a Junho 2018	Julho a Dezembro 2018
Pesquisa bibliográfica e análise documental	●	●				
Entrevista/ Observação/ Recolha de dados Questionários e análise de dados	●	●	●			
Redacção dos capítulos	●	●	●	●	●	
Considerações finais					●	●
Ajustes finais: DEFESA						●